

PUBLICAÇÕES
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Porto (1865), Paris (1867), Philadelphia (1876),
Barcelona (1878) e Lisboa (1898)

Reconhecida como instituição de utilidade pública em Portaria de 22-2-1918 e regida pelo Decreto n.º 8630 de 9-2-1923

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

VOLUME III



PROPRIETARIA E EDITORA

A
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SÉDE : — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — M. DCCC. XXIV

BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUESES
Edifício Histórico do Carmo

3561

ARQUEOLOGIA E HISTORIA

BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES
Edifício Historico do Carmo

3361

PUBLICAÇÕES
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Porto (1865), Paris (1867), Philadelphia (1876),
Barcelona (1878) e Lisboa (1898)

Reconhecida como instituição de utilidade pública em Portaria de 22-2-1918 e regida pelo Decreto n.º 8630 de 9-2-1923

ARQUEOLOGIA
E
HISTORIA

VOLUME III



PROPRIETARIA E EDITORA

A
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SÉDE : — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — M.DCCC.XXIV

A responsabilidade dos escritos insertos nas publicações d'esta Associação pertence exclusivamente aos seus autores, cuja ortografia é, portanto, como é intuitivo, respeitada.

NUMISMÁTICA COLONIAL PORTUGUÊSA

A 6 de Novembro de 1908 o fatal Destino, na sua terrível devastação, abatia, de súbito, um cérebro privilegiado, que jamais devêra extinguir-se; um coração de ouro, cuja ternura se manifestava em exuberantes manifestações de carinho; um caracter impoluto; uma individualidade que, na sua figura modesta e quasi apagada entre os outros, era *alguém*. Foi Manuel Joaquim de Campos, coleccionador fanático; investigador profundo e inteligente; numismáta insigne; numa palavra, um erudito.

Como o pertinaz pesquisador em busca do cubiçado ouro, sujeitando-se às intempéries e às canceiras da porfiada labuta, assim êle caminhou nesta infinda e misteriosa estrada da numismática, à procura do ambicionado numisma, perscrutando o mais ínfimo grão de terra, que parecendo sem valôr, era, para êle, uma joia inestimavel.

Se possível fôsse ressuscita-lo, difficilmente a sua temporaria ausência seria compensada, quanto mais sabendo-se que ella é eterna, que essa profunda lacuna, por êle deixada, é irreparavel, porque levou consigo, para o algido túmulo, sêgrêdos só por êle desvendaveis.

Que fazer? Encarar o espaço infinito com os olhos arrazados de lágrimas, entrevendo, atravez delas, a imagem daquêle que nos foi Amigo e Mestre querido e procurar perpetuar a sua imorredoura memória.

Entre muitos apontamentos, para trabalhos de grande fôlego que êle tinha em mente, encontrei alguns, bem como o esbôço dum artigo sobre *A Casa da Moeda de Paraty*.

Parecendo-me constituir êste assunto mais um importante elemento para a Historia da Numismática Colonial Portuguesa, tentei coorde-

na-lo, embora lutando com bastantes dificuldades, sendo a principal querer adivinhar a orientação do autôr.

Que os meus illustres confrádes me relevem a ousadia e as naturais e consequentes deficiencias, em recompensa da bôa vontade de não deixar no olvido um trabalho de valor.

Augusto Vianna de Moraes.

A CASA DA MOEDA DE PARATY

A Capitania de Minas Geraes, pela sua situação, pois estava em melhor contacto com o Rio de Janeiro, e produções auríferas, era uma das mãis importantes do Brasil.

Os diamantes, exclusivamente consignados aos cofres reaes e o ouro em pó, simultaneamente moeda e mercadoria, ocupavam as atenções gerais.

A cubiça do metal mais nobre, como sentinela avançada no cortejo das paixões humanas não tivera limites. O ouro era facilmente encontrado nas margens umbrosas dos rios e nos veiros das montanhas adjacentes.

Como causa de opulência, foi desordeiro e por vezes assassino, mórmente quando a carência dos meios de subsistência oprimia os exploradôres, como sucedeu no Canadá, na California e noutras regiões, onde a riqueza e a miséria, como duas irmãs gémeas, vitimaram milhares de desgraçados.

Não se vive de metal onde as vitualhas faltam.

Os primeiros habitantes vieram de S. Paulo, com o fim de pesquisar ouro, e estabeleceram-se nos sítios conhecidos então por Minas Gerais, denominação que, mais tarde, foi dada a toda a Capitania, que se compoz de quatro comarcas: Vila Rica, Rio das Velhas (depois Sabará) Serro do Frio e Rio das Mortes.

Fôra importante a invasão de aventureiros (gente de toda a espécie) atraídos pela descoberta de terrenos auríferos, desde que Moreno Bartolomeu Bueno fundou a primeira colônia mineira na floresta de Goyaz.

Desordens, roubos, assassinatos, tais foram as consequências da

aglomeração dessa camada heterogénea em que predominavam a ambição e a ausência de escrúpulos.

Toda aquela região, inóspita para o branco, era desprovida de recursos essenciais à sua existência, embora aventureira; isto e a falta de picadas abertas para transportes de toda a ordem, eram o mais serio obstaculo à fundação de povoados e roças.

A exploração, desde o seu inicio, tinha sido sempre livre; porém, a fama das riquezas atravessara o Atlantico, repercutindo-se no régio paço e, em 1700, criava-se o imposto real *do quinto*.

Nos primeiros tempos do reinado de D. João V a prata abundava em Portugal, depois que conquistas de Pizarro e de outros assassinos tinham devastado a grandeza dos Incas e mais potentados do occidente da America, derivando de Espanha pela via comercial.

Sob o ponto de vista da suntuosidade com que em França vivia Luiz XIV, El-Rei de Portugal, para a igualar, senão exceder, carecia do agente indispensavel: — o ouro.

Depois a idéa da basilica de Mafra, das embaixadas magestáticas, etc., germinava no espirito do monarca e não era a prata que poderia presidir a tais empreendimentos, para marcar, na Historia, um ponto luminoso, que deslumbrasse as gerações futuras, comemorando o fausto d'um rei.

Os conselheiros de D. João V entenderam que, sendo El-Rei senhor daquelas riquissimas paragens, devia cobrar um imposto para a sua Real Fazenda, estabelecido o principio de que os mineiros seriam apenas arrendatarios ou foreiros.

Assente a idéa de se obter para a Corôa o maximo lucro, foi resolvido intensificar o imposto *do quinto*.

Em 6 de Abril de 1714, o governador D. Brás Baltasar da Silveira dividiu a Capitania em quatro comarcas: — Vila Rica, Rio das Velhas, S. João d'El-Rei e Serro do Frio, instituindo o pagamento do imposto, primo: por avenças dos povos em certa quantidade de arrobas, que se haviam por derrama; secundo: por *bateas*, capitação de certo número de oitavas de ouro, tão sómente, sôbre cada escravo mineiro, a qual chegou a 25 %.

Uma consideravel parte dos mineiros pobres eram garimpeiros e faiscaidores: os primeiros ocupavam-se em descobrir os diamantes, furtivamente, nas terras diamantíferas; os segundos em extrair do cascalho, da terra já cavada e das lavras deixadas nos córregos e nos

rios, algumas faiscas ou particulas de ouro, em que apuravam dois, três e quatro vintens por dia.

Quando acabavam, á noite, o trabalho iam para as vendas e ali gastavam, forçadamente, todo ou parte do ouro que tinham recolhido, porque não podiam juntar quantia que levassem a fundir, nem achavam quem lho trocasse por moeda, visto que a unica moeda corrente na capitania era a *oitava*.

A 3o do mesmo mês estabeleceram-se registos nos caminhos e os póvos obrigaram-se a pagar, por ano, 3o arrôbas de ouro. Neste tempo, 2o oitavas valiam 1.500 réis.

Os paulistas, principalmente os moradores na Vila de Pitangúi, achando excessivo o tributo, não se sujeitaram de bom grado a pagá-lo; pegando em armas, impondo pêne de morte a quem o pagasse, e postando guardas avançadas nos caminhos, tentaram impedir o ingresso das justiças que vieram conhecer os sediciosos.

Os régulos erãm senhores absolutos com simpatias gerais e com a escravatura.

Queriam conservar-se independentes das leis e do governo; não pagar o *quinto* e defraudar, por todos os meios possiveis, a Fazenda Real.

Com os direitos das Alfandegas e entradas de Minas, diziam, era pága a contribuição *do quinto*.

Queriam lavar o ouro com toda a liberdade, como antigamente; que não deviam pagar outro *quinto*, do ouro que tiravam das explorações mineiras.

Em 1715 lançaram-se 36 arrôbas sobre os povos de Minas por conta dos reaes quintos e desde 3 de Março de 1718 passaram a pagar 25 arrôbas.

Em 16 de Novembro de 1716 foi aprovado o imposto *do quinto*.

Vencidos, lançaram mão doutros processos para iludir a forma de pagamento; adoptaram o extravio do ouro, fazendo-o não só transportar, clandestinamente, para fóra da Capitania, a caminho do Rio de Janeiro e de S. Paulo, mas abrindo casas de moeda falsa, isto é, de fundição do ouro, como fôram as de Inácio Ferreira de Sousa (de que adiante se trata), de João Francisco dos Santos e doutros, de menos porte, que as justiças d'El-Rei lograram perseguir e aniquilar.

Ao mesmo tempo que, com êstes criminosos artificios, defraudavam a Real Fazenda, queixavam-se, a esta Côrte, das violencias que

sofriam com os métodos estabelecidos, fazendo crêr que a diminuição do *quinto* procedia da decadência das minas.

Esta inquietação geral, com derivados não menos espinhosos, segundo o espirito que preside ao acatamento pelas leis, deu causa á lei de 11 de Fevereiro de 1719, abolindo o método das bateas e substituindo-o por casas de fundição, onde o publico iria levar o precioso metal para a operação do cadinho e ali pagar o imposto de 20 0/0, que outro não era o denominado *do quinto*.

Em 16 do mesmo mês de Fevereiro expediu-se ordem para que todos os officiaes de ourives saíssem dos limites das Minas.

Levantou-se o povo de Vila Rica, apesar de ter sido abolido o método de que se queixava.

Presos os cabeças de motim, apaziguou tudo o governador.

Parecia, assim, que ficava assegurada a cobrança dos direitos reaes *do quinto*, estabelecidos póstos nas passagens do mato, porém, o ouro continuava fugindo dos cadinhos d'El-Rei e convergia para as officinas particulares, ignoradas pelo fisco, cuja lavra era importante.

De 1700 a 1713 o rendimento *do quinto* foi:

Livre	56.655 oitavas	53 grãos
Confisco	46.975	» 29 »

Em dinheiro:

Quinto.....	84.983	» 667 reis
Confisco	70.463	» 105 »

Rendimento do quinto pago por ajuste:

De 20 de Março de 1714 a 1 d'Agosto de 1724 312 1/2 arrôbas ou 112.216 000 réis, não incluindo o confisco.

Até ao ano de 1734 o rendimento *do quinto* andava por 30 arrôbas e, nalguns anos, menos de 15!

Em 1720 criava-se a casa da moeda de Vila Rica, por carta de lei de 19 de Março. Aberta em 1 de Outubro de 1724, durou até 1734, em que foi substituída por casa de fundição. Abolida em 1735, foi restabelecida em 1752.

Desde o dia da sua abertura até fim de Janeiro de 1725, fundiu ouro livre do quinto e assim continuou até 24 de Maio de 1730, em que se reduziu a 12 0/0, o que se observou até 4 de Setembro de 1732, findando então tal pratica, por ordem regia de 24 de Abril.

Transcrevemos o precioso documento manuscrito, existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra:

COPIA DO MODO COM Q̃ SE ESTABELECEO
A CAZA DA MOEDA DAS MINAS
OU A SUA PERDIÇAM COMO DEPOEZ SE VYO

Aos 15 de Jan.^o de 1724 nesta Igreja de S.^a Quiteria de V.^a Rica estando presente D. Lourenço de Alm.^{da} do Cons^o de sua Mag.^e que D.^s G.^e e Cappi.^{am} Gen.^{al} destas Minas, Eugenio Pr.^a de Andr.^a superintendente g.^l das cazas da moeda, e fundiçam, o D.^{or} Antonio Berquo del Ryo Prov.^{or} da faz.^a real destas Minas, o D.^{or} Francisco Roiz da Fonseca Proc.^{or} da Coroa e real fazenda, os Juizes Veriadores e Proc.^{or} da Camera da V.^a de N. S.^a do Carmo, os Juizes Veriadores e Procur.^{or} da Camera desta Villa Rica, os Procur.^{es} das Cameras das Villas destas Minas a saber o Capp.^{am} mor José Botelho Fogaça Proc.^{or} de V.^a Rica o Capp.^{am} mor Feliciano Pinto de vas.^{llos} Procur.^{or} da V.^a de S. João del Rey o Capp.^{am} mor Faustino Per.^a da S.^a de V.^a nova da R.^a, Capp.^{am} da Cavalr.^a da ordenansa Jose Pr.^a de Brito, Procur.^{or} da V.^a do Principe o Capp.^{am} mor Jose Fer.^a de Carn.^o Proc.^{or} da V.^a de N. S.^a da Piedade do Pitangui, João Fer.^a dos S.^{os} Proc.^{or} da V.^a de S. Joze, e assim mais todos os homens bonz, e vassaloz zellozos e amantes do serviço de S. Mag.^e que D.^{os} G.^e abaxo asinadoz e sendo todos prez.^{tes} e convocadoz p.^{lo} d.^o Sn^r e Capp.^{am} Gn.^{al} p.^a uma junta em q̃ actualm.^{te} estão para que nella lhe fizesse publica huma real ordem del Rey nosso S.^{or} p.^a ser obedecida na mesma forma q̃ nella contem e o d.^o Sr. manda o que sempre exprou de vassaloz tam leaes, e de tanta honra como tem mostrado em m.^{tas} occaziões. Foy declarado a todos p.^{lo} d.^o Governador e Capp.^{am} Gn.^{al} destas Minas q̃ El Rey nosso S.^{or} he servido mandar que nestas Minas se estabelessa caza de fundiçam p.^a nella se fundir todo o ouro q̃ se extrahir na terra; e pagarse lhe o seu quinto da mesma forma que as suas leys o mandão, e que as barras que se fundirem serem marcadas como se contem na sua ley que para este efeito mandou lavrar e publicar para ter a sua verdadr.^a observancia a qual ley lhe foy a todos publicam.^{te} declarada e se acha registada nos livros da Secretaria deste Governo. Provedoria da faz.^a Real, e em

todas as cameras onde o d.^o General a manda registrar p.^a q̃. cada qual possa mandar tirar o treslado della; e como El-Rey nosso S.^{or} p.^{la} sua real piedade e grandeza sempre he servido fazer m.^{ce} aos seus vassaloz na mesma d.^a Ley consede a todas estas Minas e Brazil o tempo de quatro mezes para que no decurso delles possa cada qual meter o seu ouro na caza de fundiçam donde elle se hade fundir e quintar p.^a que nam soceda pagarem os homenz os quintoz do oiro de que já tinhão pago pella contribuiçam das arobas, e estez ditos quatro mezes que El Rey nosso S.^{or} he servido conseder se principiãrão a contar do primeiro dia em que a caza da moeda estiver prompta p.^a trabalhar e conforme a conta que o d.^o Gen.^{al} tem feito com o Superintend.^e g.^l Eugenio Fr.^e de Andrade, asentaram que no prim.^o do mez de outubro proximo que vem estará a caza de fundiçam prompta para dar principio ao seu trabalho, e do d.^o dia 1.^o do mez de Outubro se principiarem a contar os quatros mezes livres que El Rey nosso S.^{or} por grandeza sua tem dado de m.^e aos seus vassaloz e se findos os ditos quatro mezes no ultimo de Jan.^{ro} de 1725 e logo (no) dia socessivo que he o 1.^o de Fever.^o se hade principiar a quintar na forma da ley de S. Mag.^e todo o ouro que entrar na caza de fundiçam do d.^o dia por diante; maz p.^a que nam haja alguma duvida, ou engano, mandará o d.^o Gn.^{al} fazer publico por hu bando o tp.^o e dia em q̃ a d.^a caza de fundiçam hade principiar a lavrar o qual bando se publicará a tempo d'abrilo p.^a que todoz possam trazer dentro nos quatro mezes o seu ouro para ser fundido. E outro sim declarou na mesma junta o d.^o Gen.^{al} que sua Mag.^e que D.^s G.^{de} he servido mandar estabelecer huma caza de moeda onde se hade lavrar toda a casta da moeda nacional de ouro, e tambem moedas nascionaes do valor de doze mil reiz, e outras de vinte e quatro; por que tem o d.^o Sr. considerado que a mayor m.^{ce} que pode fazer a estes povoz he o estabelecim.^{to} desta caza de moeda por que assim lho representavão a mayor p.^{te} destas cameras pedindolhe huma caza de moeda para estas Minas na qual se hade reduzir a moeda todo o ouro que for a ella pagandose por seu valor verdadr.^o conforme os quilates que tiver da mesma forma q̃. se observa nas cazas da moeda do Rio de Janeiro, B.^a e Lisboa e espere o d.^o G.^{or} q̃. esta caza de moeda da melhor reputaçam pela summa verd.^e com que se hade proceder nella por ser estabelecida, e governada p.^{lo} superintend.^e g.^l Eugenio Fr.^e de Andr.^e e esta d.^a caza da moeda hade principiar a lavrar no mesmo

dia em q̃. estiver prompta a caza de fundiçam p^a assim se dar todo o bom aviam.^{to} as partes que meterem nas d.^{tas} cazas o seu ouro, ou p.^a se lhe fundir, ou p.^a se lhe reduzir a moeda conforme cada qual quizer. E sendo ouvida de todos a real ordem de S. Mag.^e que D. G.^e respondeu o Capp.^{am} mor Raphael de S.^a e Souza como juiz mais velho da Camera da V.^a de N. S.^a do Carmo, a mais antiga destas Minas que elle por sy e pella sua Camera, e povo, não só estavam promptos para tudo obedecerem as reaes ordenz de El Rey nosso S.^{or} senam tambem postadoz a seus reaes pez lhe agradeciam a sua real piedade em que se havia com os povoz destas Minas fazendohe tam generozas m^{oes}, e logo o Juiz, e mais officiaez desta V.^a Rica responderão o mesmo, egualm.^{te} da mesma forma os Procuradores todos das mais Cameras, e todas as maiz pessoas que assistirão a esta junta, por serem os homenz bonz e de distincão destas Minas com cuja resposta bem mostraram assim p.^{or} sua verdr.^a obediencia como peloz serviçoz que cada hú em p.^{ar} e em todoz em geral tem feito S. Mg.^{de} em repetidas occazioens, e m.^{to} à custa de sua faz.^{da} no que nunca repararão que eram estes povoz compostoz de vassaloz de m.^{ta} honra e verdadm.^{te} leaes e am^{os} do servico de El Rey N. S.^r q̃. D.^s goarde. Outro sim representando o d.^o Gn.^{al} q̃. q.^{do} se principiar a quintar o ouro nas cazas da moeda e fundiçam no 1.^o de Fever.^o de 1725 athe o d.^o dia se havião de dobrar os quintos p.^a El Rey N. S.^r da mesma forma q̃. athe o prez.^{te} e p.^{la} mesma contribuiçam que vinha a ser anno e meyo de contribuiçam por q̃. o anno se finda com os ultimos de julho. Asentaram todoz oniformem.^{te} que por se não fazerem doiz lansam.^{tos} geraes hum de hú anno e outro de seis mezes se faça logo o lansam.^{to} de anno e meyo por intr.^o para que os povoz paguem logo por hua vez; o que lhe serve de menoz detrimento do q̃. pagarem hú anno e logo dentro em pouco temp.^o tornarem a pagar os seis mezes, e de como assim convieram todoz oniformemente me mandou o d.^o Gov.^{or} e Capp.^{am} Gn.^{al} D. Lour.^{co} de Almeida fazer este tr.^o que todos assinarão, e eu Manoel de Affonseca de Azevedo, secretr.^o deste Governo das Minas o escrevy.

(Seguem-se as assinaturas de todas as pessoas que assistiram á Junta).

Já citámos as casas de moeda falsa como um dos meios para defraudar a Fazenda Real.

Ora é, justamente, da existência duma destas casas de laboração particular que nos vamos ocupar, movidos pelo interêsse que nos despertou a leitura dum manuscrito do seculo XVIII, vindo da ilha de S.^{ta} Catarina e que existe na Biblioteca do Museu Etnologico.

O documento consta de 30 folhas e duma estampa colorida, adiante reproduzida com a mais rigorosa fidelidade. E' um processo judiciário, complexo pela forma, linguagem, minuciosidade e clareza.

Este crime teve tanta importância na questão da lesa-Magestade que não foi julgado na colonia; veiu para a Relação de Lisboa.

Posto isto, entrêmos no assunto :

No dia 15 de Janeiro de 1731, Francisco Borges de Carvalho, que residia no sitio da Boa Vista de Paraupeba, comarca do Rio das Velhas, apresentou-se ao ouvidor e corregedor Diogo Cotrim de Souza para delatar o acto criminoso do seu socio, Inácio de Souza Ferreira, que instituiria e mantinha, em plena laboração, uma officina de fundir e marcar ouro, à semelhança do que se fazia nas officinas reaes, no sitio de Paraty, na região montanhosa, visinha do rio Paraupeba.

Dos termos da delação, pode concluir-se, afoitamente, que a moveu o ódio e o despeito da prosperidade do acusado, a qual, em parte, êle roubára aos seus direitos de associado para toda a espécie de negocio, incluído o crime. Que o delator e o acusado eram dignos um do outro, ver-se há no decurso desta narrativa, que não deve ser um ponto obscuro na historia numismática do Brasil, dos tempos coloniais.

Entre ambos os associados houve relações de commercio licito. Ao tempo em que o delator assistia no Rio de Janeiro, ali recebia generos de cultura local, que o associado lhe remetia até à foz do rio de S. Francisco e daqui até ao ponto do litoral atlantico (?). Aconteceu que, oprimido pela necessidade de pagar no Rio de Janeiro o melhor de cem mil cruzados, foi avisado para receber em S. Paulo, da mão de frade, uma quantia representada por barras de ouro, devidamente marcadas, porém desacompanhadas de certificados de origem, conforme a lei. Este facto era revelador de criminalidade.

Contudo, a apresentação de certificados de barras de ouro, não era condição essencial para elas girarem. O dono da barra, recebida por êle na fundição do seu ouro, guardava o certificado e daqui os sujos e rôtos que se vêem em Meili — (As Moedas da Colonia do Brazil — 1645 até 1822 — Zürich. 1895).

Pouco tempo depois recebia a visita de Manuel Mourão Teixeira, negociante, que trazia uma partida de ouro, em barras e em pó, para sêr beneficiada por um pratico, assistente em Paraty, de nome José de Souza Salgado.

Nesta altura, o delator partiu para as Minas, com o intuito de desfazer a sociedade, visto que dela fazia parte um crime, cujo castigo o poderia, um dia, atingir.

Souza Ferreira era despótico, teimoso, rico e com pretensões a régulo, não se curvando às exigencias e súplicas do socio.

Borges, tinha-se apresentado ao Ouvidor Geral, declarando-se leal vassalo de Sua Magestade, temente ás suas leis e justiça e, como tal, fazia a delação. Ocultou o principal motivo dela, uma remessa de diamantes, que o lesava nos seus interesses.

E' evidente ter sido este o mobil acusador.

O delator vivia na roça, sujeito ao jugo do falsario e ás leis por êle impostas aos companheiros : — leis duras de trabalho, embora, o lucro fosse dividido á pro-rata entre todos. Multas de 200,000 reis ou 500 cruzados por uma cancela que ficasse aberta, por isto ou por aquilo ; falta leve para o nosso tempo, mas pesada para as condições de cautela em que vivia a colonia falsificadora.

A roça era uma verdadeira praça de guerra, com sentinelas armadas, de noite e de dia, para prevenir suspeitas. Ninguem saía sem licença.

O delator, com o pretexto de comprar ouro, poude obter a permissão que o libertou e poz em termos de poder delatar o acusado e seus cumplices, pedindo para si e seu sobrinho, que foi co-delator, alguns dias mais tarde, a graça régia.

Eis a copia da interessante Acção passada no governo de D. Lourenço de Almeida (1720-1732).

**TRESLADO QUE FES FRAN.^{co} BORGES DE CARUALHO
DO SEU SOSIO IGNASIO DE SOUSA FERR.^a DE TER CAZAS
DE FUNDISÃO, E POR CUNHAR MOEDA.**

Anno do Nasim.^{to} de N. S.^r Jezus Xp.^{to} de mil e sete, çentos, e trinta, e hũ annos aos 15 dias do mes de Janr.^o do d.^o anno nesta Villa Real de N. S.^{ra} da Conceyção em cazas de morada do D.^r Diogo Cotrim de Souza Ouuidor, e correg.^{or} desta comarca do Rio das

Velhas donde eu escriuão ao diente nomeado fui uindo, e sendo ahi appareseo presente Fran.^{co} Borges de Carualho morador no çitio da Boa vista da Paraupeba, e por elle foi d.^{to} q̄. per si e em seu nome e de hũ seu sobrinho João Joseph Borges uinha dellatar a elle Ouuidor como lial vasalo de S. Mag.^e q̄. Ds. g.^{de} tementes as suas leys, e Justissas, e confidentes a sua Real coroa, e faz.^{da} a Ignasio de Souza Ferr.^a por ter no sitio cazas de fundisãõ, e marcar com marcas falças barras de ouro como se fose na caza da moeda real, e nouam^{te} preparada caza p.^a cunhar moeda, de cujo neg.^{co} e barras comesou a huzar ha annos, e em tempo q̄. elle denunciante como seu sosio q̄. era em outros assistia no Rio de Janr.^o p.^a remeter as carregassões, onde vendose oprimido de sento, e tantos mil cruzados de dividas, e repetindo varios auizos ao d.^o seu sosio p.^a q̄. os mandasse satisfazer lhe respondeo com o auizo de q̄. fose a S. Paulo, onde acharia trinta, e tantos mil cruzados; como com effeyto indo a d.^a çid.^e recebeu por mão de hũ Religiozo do Carmo por nome Fr. Victorino de Tal tantos em barras marcadas sem saber q.^m as fundio, ou marcou, e recolhido outraves ao Rio de Janr.^o teve logo outro auizo q̄ hũ M.^{el} Mourão Teyxeyra hia a Parati com outra partida de ouro p.^{te} delle em barras, e outra em pó p.^a hũ Joseph de Souza Salgado o beneficiar: E uendo q̄ o d.^o seu sosio continuaua em semelhante neg.^{co} se recolheo ao d.^o Rio de Janr.^o, e sem demora partio p.^a as Minas não esperando q̄. o ouro saise da caza da moeda, ficando na dilig.^{ca} de o tirar o d.^o M.^{el} Mourão Teyxr.^a, e chegada q̄. foi as mesmas Minas quis desfazer a sosied.^e de q̄. se excluia o d.^o seu sosio Ignasio de Souza com o pretexto de estarem m.^{tas} faz.^{das} em ser, e po.^r mais q̄. repetio as instancias, e tambem procurou desuadir o d.^o seu sosio daquela negociasão illisita nunca quis admitir os seus rogos por ser dispotico administrador de tudo como he publico nestas Minas, e tanto asim q̄. ainda p.^a o neg.^{co} liçito como o das carregassõens dos diamantes os remeteo só em seo nome sendo elle Fran.^{co} Borges tambem emteresado, e nesta conformid.^e p.^{lo} risco q̄. corria a sua uida, e faz.^{da} se retirou p.^a o seu çitio de Parati em companhia de seu sobrinho por nome Caetano Borges de Caru.^o a esperar dese fim ao resto da sosied.^e, e perseuerando o d.^o seu soçio no seo mao intento se ajustou com hũ Joseph de Faria Coimbra p.^a lhe fabricar hũ engenho de marcar barras, como as da caza real da fundisãõ destas Minas, e justos a forão estabelecer no d.^o çitio; e vendo elle

Fr.^{co} Borges aquella execusão emtrarão em cuidar nos meyo p.^a se liuarem de semelhante absurdo, e asentarão q̄. o d.^o seu sobrinho lhe desse a Rosa ou a parte q̄ nella tinha p.^a q̄. saindo p.^a fora em lugar seguro sem risco de uida podese per si, ou seu nome delle Fran.^{co} Borges delatar aquelle crime. E sabendo o d.^o seu sosio Ignacio de Souza da deliberação da venda, o ajustou p.^a a susied.^e, dizendo não comvinha emtrase outro de fora, e neste mesmo tempo intentou a sua ambisão a mayor ruina de fazer caza de moeda, p.^a o q̄ ajuntou congreso de algũas pessoas q̄. se achavão na rossa como forão Miguel de Torres, João Barboza Maya, Joseph de Faria Coimbra, Damião Gomes do Valle, Manuel Mourão Teyxeyra, Manuel da Silua Neues; e elle Fran.^{co} Borges de Caru.^o, juramentando a todos p.^a q̄. não delatassem o segredo com pena de morte; E asim comesou a juntar nella mais gente, com q̄. fabricou a caza da moeda, pormulgando Leys, e com temor sogeitou a todos, q̄. brancos e negros só estavam a sua obediensia, sendo o prinsipal preseyto o de ninguem sahir da Rossa sem sua lisensa, nem emviar, nem receber carta sem psr elle ser uista. E por saber q̄. o d.^o seu sobrinho queria sahir da Rossa armou hũas rezões feytisas, de q̄. se originou a cauza de lhe tirarem a uida no mesmo çitio; tendo tal industria q̄. pode emganar a todos; e ainda a elle denunciante ser outro o matador imputando a culpa a hũ negro q̄. morreo no conflito; E está tão absoluto com o poder de negros, e brancos q̄. tem adquirido, que por qualquer leue motivo manda espancar; e nesta consternação posto não podendo elle Fran.^{co} Borges sahir da dita Rosa, nem mandar pesoa algũa se uiu na impossibilidad.^e de a mais tempo poder dellatar este crime pois corria evidente perigo a sua vida, e não corre menos risco a delig.^{ca} por qualquer leve sombra de suspeyta, p.^{las} sentinelas, e uigias com q̄. se goarda o d.^o seu soçio; E uindo a esta V.^a em comp.^a de hũ confidente seu caixeyro e emteresado, João da Silva Neves q̄. vai p.^a o serro do frio, e fica elle denunciante por lhe dar ordem d.^o seu soçio p.^a lhe fazer delig.^{ca} por pessoas q̄. lhe comprem ouro p.^a as ditas cazas; e tanto q̄. elle denunciante teve a d.^a liçença, e ordem p.^a sahir da d.^a Rosa deu p.^{te} ao d.^o seu sobrinho João Jozeph Borges, p.^a q̄. ficase obseruando todos os mouim.^{tos}, visto elle não poder sahir fora tambem junto com elle denunciante, e partiçipar da occazião de poder delatar este crime lhe pedio o fizese tambem em seu nome em q.^{to} se não recolhia elle denunciante p.^a a d.^a Rosa, e se buscava algũ caminho de o por se-

guro della ; o q̄. se o poder conseguir elle denunciante o mandara ao Dr. Ouvidor p.^a q̄. tambem como pratico no caminho q̄. não he pouco embarasado lhe seguir os passos p.^a melhor emprego e effeyto da delig.^{ca} q̄. lhe propoem ser de m.^{to} risco, e mayor na falta de segredo p.^{las} continuas vigias, e cautellas com q̄. o d.^o Ignasio de Souza se goarda, como p.^a melhor emformasão deste cazo, e melhor desposição da delig.^{ca} dava toda a narrassão nessesaria por escrito, e p.^{la} prez.^{te} declarasão q̄. fas do d.^o crime protesta p.^{lo} benefisio da Ley, e mais q̄. tudo p.^{ia} real clemensia de S. Mg.^{de} q̄. D^{ss} g.^{de} p.^a o perdão q.^{do} os sobreditos respeytos o não relleuem de algũa culpa, e ao d.^o seu sobr.^o na demora da d.^a delassão. O q̄. ouuido p.^{lo} d.^o Dr. Ouvidor lhe deferio ao juram.^{to} dos S.^{tos}. Euangelhos em hũ liuro delles debayxo do qual lhe emcarregou não fizese a d.^a delassão por odio, e resebido por elle denunciante o d.^{to} juram.^{to} debaixo d'elle declarou, o não mouia odio algũ a d.^a delassão mas sim a liald.^e de vasalo de S. Mg.^{de} q̄. D^{ss} g.^{de}, e não ser participante de tão infame delicto, e mandandolhe que declarase q̄. mais pesoas assistião no d.^o çitio, e sabião das d.^{tas} cazas, e trabalhauam nellas ; declarou alem das acima nomeadas, estavam nellas dous ferreyros João Glz. ; e Ant.^o Per.^a ; e hũ carapina João Moreyra, e hũ fundidor Joseph Fran.^{co} ou João Pacheco, e outro fundidor mais João Lour.^{co} ou André Gandeo, e hũ sobrinho do d.^o Ignasio de Souza. por nome Ant.^o de Souza Ferr.^a e hũ surgião que assistia na d.^a Rosa para curar os escrauos, ainda que este nunca uio elle denunciante fose a tal caza, nem admitido ao segredo deste neg.^{co}, e mais declara na d.^a caza, ao d.^o Joseph de Faria, e ao d.^o Joseph de Souza Salgado. E dise mais q̄. p.^a este cazo não pode assignar testemunhas, por ser tão occulto q̄. só as pesoas domesticas o sabião, com inteyreza, e nem ainda todas com a sogeisão da pena de morte em a violasão do segredo o q̄. ouuido p.^{lo} Dr. Ouvidor lhe aseytou a sua dellasão, e mandou q̄. p.^a melhor effeyto da delig.^{ca} e inteira informasão deste cazo lhe dese com toda a indiuiduasão por escripto ; de tudo mandou fazer este auto q̄. assignou com o d.^o delatante, com e eu Ant.^o Per.^a Jardim escriuão q̄. o escreui = Cotrim = Fran.^{co} Borges de Caru.^o

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DELLASÃO ASIMA POR
JOÃO JOSEPH BORGES DE CARU.º

Aos vinte dias do Mes de Feureyro de 1731 annos nesta Villa Real de N.ª S.ª da Conçeyção em cazas de morada do D.^r. Ouuidor Diogo Cotrim de Souza Ouuidor g.^{al}, e corregedor desta comarca do Rio das Velhas onde eu escriuão ao diente nomeado fui uindo, e estando ahi apareseo prezente João Joseph Borges de Caru.º sobrinho de Fran.^{co} Borges de Caru.º, e por este foi d.º q̃. elle ratificaua a dellasão q̃. o d.º seu tio tinha dado em seu nome, de Ignasio de de Souza Ferr.^a por ter caza de fundisção de barras, e de cunhar moeda, e se nesessario era de nouo a daua com as circunstansias nella expendidas nas tais cazas no sitio de Parati. E p.^{lo} d.º Dr. Ouu.^{lor} g.^{al} lhe foi aseyta a d.^a declarassão deferindolhe ao juram.^{to} dos S.^{tos}; Euang.^{os} p.^a q̃. não inputase culpa em a dellasão q̃. fazia, por odio ou ma vontade; e sendo por elle aseyto declarou a retificaua, e se nessesario era de nouo a daua não por odio mas por obrigassão de leal vassalo, e se exorserar de culpa, e partisipassão de semelhante delicto do q̃. o d.º ouuidor g.^{al} mando fazer este termo q̃. com elle assignou, e eu An.^{to} Per.^a Jardim escriuão q̃. o escreui = Cotrim = João Joseph. Borges de Caru.º.

S.^R D.^R OUU.^{OR} G.^{AL} DIOGO COTRIM DE SOUZA

Obedesendo a ordem de Vm.^{ce} logo q̃ cheguei a esta faz.^{da}, cuidei por todos os meynos como auia conseguir o poder retirar meu sobrinho deste Inferno, e p.^a isso hir seruir de guia a Vm.^{ce}; e o mais fasil foi fazerse incapaz de ocupar o posto q̃. o meu sosio Ignasio de Souza lhe tinha destinado, q̃. era andar com negros fazendo caruão; e por este respeyto lhe dise q̃. o d.º meu sobr.º não era capas p.^a nada, e q̃. m.^{to} melhor era tirarmos daqui aquelle emtulho mandando p.^a o serro do frio a tratar da sua vida, o q̃. uisto por elle, aceytou logo por q̃. tudo o q̃. era desuiar de mim q.^{to} me fose fiel, e me fizese companhia lhe parecia bem. E asim uai com o pretexto de q̃. uai p.^a o serro do frio; Vm.^{ce} chegado q̃. seja a esa Villa, e falandolhe em segredo como lhe emcomendo o mande por em parte oculata p.^a q̃. não seja visto athe se dar por pronta a delig.^{ca} E q.^{to} antes p.^{lo} risco em q̃. me vejo, e prim.º q̃. tudo recomendo a Vm.^{ce} inuiolavel segredo,

por q̄. na falta delle se me segue infaliuelm.^{te} a morte, e por consequencia corre m.^{to} risco a uida de Vm.^{ce}, e de q.^{tos} o aconpanharem, auendo aqui qualquer indisio de q̄. se pertende fazer a tal delig.^{ca} aduertindo a Vm.^{ce} q̄. na serra de dia andão vigias continuas, por della se descobrirem todos os caminhos q̄ conduzem a esta paragem em distansia de duas lego s, e dão ordem q̄ descobrindo ajuntam.^{to} de gente dem logo parte asim q̄. Vm.^{ce} não deue continuar a marcha do çitio do Rodião por diante se não já junto a noute e chegado q̄. Vm.^{ce} seja ao boqueirão do serro, se continuara o caminho na volta delle junto a hū despenhadeiro m.^{to} gr.^{de}, donde deve auer m.^{ta} cautella uindo o d.^o meu sobr.^o diante, e chegando ao prinsipio do mato, esta logo hūa porteyra q̄. não tem vigia, mas logo mais abaixo esta outra m.^{to} forte q̄. impede toda a pasagem do caminho, e de noute fechada com hūa corrente de ferro, e sua fechadura na mesma corrente, e logo debaixo p.^a diante da d.^a porteyra distansia de vinte e sinco passos pouco mais ou menos, esta hūa cabana feita, e cuberta de palha, entre um rochedo donde por hūa abertura se esta uendo a d.^a porteyra, e na d.^a cabana, asistem de noute dous outros negros e m.^{tas} vezes com hū branco, e todos com armas de dous tiros, e cachorros p.^a darem fee se de noute uem gente emuistir a porteyra, e sentida q̄. seja, fazem logo signal dando dous tiros p.^a q̄. logo da caza da viuenda onde asiste o mayor poder sahirem a defender a desida, onde estão feitas silladas entre rochedos por ser o caminho incapas de deserem por elle se não hūa pessoa atras de outra, e com m.^{to} trabalho, e asim requeiro a Vm.^{ce} da p.^{te} de D̄s q̄. chegado q̄. seja mande meu sobr.^o a explorar se estão uigias na d.^a cabana por q̄. eu eide ter todo o disuelo, por q̄. do dia sinco de Marso por diante fazer m.^{to} por deurtir q̄. não assistão as d.^{as} vigias tanto estas como as da serra, mas isto não o prometo com certeza. Edado o caso q̄. D̄s. não premita q̄. eu ou não possa deuertir, e ellas estejam postas, fasa todo o posivel p.^a se apanharem sem ellas fazerem sinal, pois o d.^o meu sobr.^o sabe a picada q̄. condus p.^a o rancho; e q.^{do} não posa ser elles fassão sinal ou auizo, requeiro a Vm.^{ce} outra ves da parte de D̄s de nenhūa sorte emprenda a dessida por q̄. bastão seis armas de fogo p.^a q̄. não escape ninguem com uida, e não tenha effeyto nehū a deligensia.

Pasado este risco tem Vm.^{ce} antes de chegar a casa da viuenda hūa ponte de sento, e tantos palmos de comprido, q̄. he som.^{to} a pa-

sagem p.^a as d.^{as} cazas, por estar o mais tomado com hū asude q̄ reparte as agoas de hū corrego em m.^{ta} distancia, e de altura de trinta e tantos palmos, sobre q̄. esta fabricada a d.^a Ponte e está com hūa porteyra no meyo q̄. ainda não esta posta mas trabalhase nella com forsa, e posta que seja tem m.^{to} deficultosa emtrada. por q̄. se ade fechar com corrente de ferro, e ter tres sentinelas a vista toda a noute; e ninguem pode emuadir a d.^{ta} passagem sem ser morto por estar a peyto descuberto; e dali em distancia de vinte, e sinco passos pouco mais ou menos estão as cazas da viuenda com hū terreyro gr.^{de} e na emtrada a mão esquerda ficão as senzallas dos negros, q̄ tem tres portas p.^a o terreyro. Asento, e quarenta pasos de comprido asistem nas mesmas senzallas perto de cincoenta negros, e tem a caza outras tantas armas de fogo, mu.^{tas} dellas de dous tiros, e as q̄. o não são tem suas baunetas p.^a a boca das armas p.^{te} das d.^{as} armas tem os mesmos escrauos na çenzallas, e os q̄. não são escopeteyros, tem chusos de ferro, em astes de pao cómpridas, ha preparos de cunhetes de ballas de chumbo grosso, barris de poluora cartucheyros feitos preparados, e tudo com m.^{to} cuidado. Este deue Vm.^{co} ter m.^{to} gr.^{de} em tomar logo as d.^{as} zenzallas, por q̄. do contrario se pode seguir gr.^{de} ruina, se os negros chegarem a pegar em armas. Entre as cazas da viuenda e as senzallas, distansia de vinte palmos, asim de hūas como das outras, esta a capella com porta p.^a o terreyro, e pegado na capella mor a mão esquerda esta hūa cazinha feyta p.^a tribuna, onde dorme o d.^o meu sosio Jgnasio de Souza, e as uêzes hū frade q̄. assiste a Rosa p.^a dizer missa; tem quatro, ou sinco armas de fogo dendro da d.^a caza; e p.^{ta} banda de tras tem a d.^a cazinha hūa janella a mão direyta da capela. Junto tambem a capella mor esta hūa cazinha q̄. serue de sacristia, e nesta dorme Miguel de Torres tem tambem armas de fogo, e se comunica tambem por dentro da d.^a capella com a caza em q̄. dorme o d.^o meu sosio, e deue auer m.^{to} cuidado em cercar a d.^a capella; a mão direyta della fica a caza, ou viuenda, q̄. ainda se não acha se não com duas cazas acabadas; na primeyra na entrada a mão esquerda asisto eu, e logo na outra pegada assiste An.^{to} de Sousa sobrinho do d.^o meu sosio, e mais o Leçençiado Fran.^{co} Tinoco q̄. tambem tem armas dentro.

Por detras das d.^{as} cazas esta a cozinha donde assiste o cozinheyro, e mais alguns pretos estes tambem tem armas de fogo. Tudo isto deue ser tomado, e cercado com cautela por q̄. de todas estas partes

se pode fazer fogo a peyto descoberto com m.^{to} damno dos de fora. Tem Vm.^{ce} logo mais a mão direita da caza da viuenda hũ caminho q̄. vai ter a hũa olaria, e por detras della dese hũ caminho q̄. condus a passagem de hũ corrego onde esta hũ rancho chamado a ferraria velha; passado o d.^o corrego em hũa ponte q̄. tem contigua hũa picada por entre matos virgẽns, em distansia de quinhentos passos pouco mais, ou menos, deuidese em dous, a mão di.^{ta} vai a outra ferraria donde assiste Joseph de Faria Coimbra, e Joseph de Sousa Salgado, e sinco, ou seis negros seos, tambem com suas armas de fogo; a qual caza se pasa p.^a ella por hũa ponte pequena sobre hũ corrego, e esta a d.^a caza arcada de pao a pique tem seus cachorros de filla, como tambem ã na caza da viuenda.

He neserario tomar esta caza sem ser sentido p.^{lo} damno q̄. pode fazer. O caminho q̄. toma a mão esquerda na d.^a picada vai direyto a caza chamada da fundisãõ, e moeda, e nella assistem senpre de noute, e de dia sete ou oito brancos com armas de fogo bem preunidas: na emtrada p.^a ella esta hũa ponte q̄. tem outenta palmos de comprido, com hũa porteyra no prinsipio fechada de dia, e de noute com hũa corrente de ferro, e sua fechadura, e toda a d.^a caza fortificada com hũa gr.^{de} estacada de pao a pique, q̄. se não pode emtrar p.^a ella senãõ p.^{la} d.^a porta; nesta se deve Vm.^{ce} aver com m.^{la} cautella por ser m.^{to} ariscada a emtrada por q̄. de dentro da d.^a caza se defende toda a gente; e cuida m.^{to} o meu sosio na sua defensa q̄. alem de todas estas prevensões, por imaginar q̄. p.^{los} lados a matos virgẽns poderá ser invadido, cuidou em principiari desde o pee da serra por baixo das porteyras q̄. nella ficão fazer hũ resgão de derribadas de matos virgẽns de largura pouco mais ou menos de quarenta brassas, e fã tensãõ continuar the o Rio chamado Paraupeba; e do lado esquerdo hia o d.^o resgão em distançia de legoa e meya; e o Rio dista tres legoas da caza da viuenda. E da p.^{te} dir.^{ta} fas tençãõ principiari resgão no pee da mesma serra adiente do sitio velho. Em esta fortificasãõ de tal sorte q̄. nenhũ poder a rompera sem m.^{to} trabalho prinsipalm.^{te} passados huns annos, em os quais principiava a crescer mato nouo por entre o derribado. Alem de tudo isto tem lansado caminho das d.^{as} cazas de viuenda athe o d.^o Rio Paraupeba, capas de se andar a caualo, todo entre matos virgẽns; e nas beiras do d.^o Rio mandou botar Rossas, plantar mantim^{tos}, fazer cazas, e canoas no Rio p.^a q̄. não podendo de nenhũa sorte rezistir retirarse

p.^a o d.^o Rio, e rodar por elle abaixo sem de ninguem ser empedido athe o Rio de S. Fran.^{co}. A faz.^{da} tem mantim.^{tos} p.^a sustentar toda a gente p.^a m.^{to} mais de hũ anno, e de milho, porcos e gado; p.^a m.^{to} mais. Isto he o q̄. posso dizer a Vm.^{ce} do d.^o sitio aduertindo, q̄. ainda he m.^{to} mais deficuloza de fazer a delig.^{ca} do q̄. exponho, pois só com a vista se pode bem conheser. No segredo não tenho q̄. recomendar a Vm.^{ce} só lhe peso p.^{las} sinco chagas de Cristo o haja o inuiolavel por q̄. ja a Vm.^{ce} declarei q̄. esta dellasão não estaua já feita, por eu não achar parte aonde com seguransa da minha uida a podese fazer; por q̄. ao Ex.^{mo} Sr. General aonde com mais segurança a podia fazer por conheser a boa vont.^{de} q̄. sempre teve a este Regulo, e ao disuelo, e cuidado com q̄. se aplica ao servisso de El Rey, a mesma actiuid.^e, e zelo, com q̄. o d.^o Sr. se auia de empregar, esa mesma auia de seruir de despertador p.^a a sua defeusa, por q̄. de qualquer operassão q̄. o d.^o Sr. fas, tem elle d.^o meu sosio m.^{tos}, e repetidos auizos, p.^{los} seus confd.^{tes}, q.^{to} mais nesta delig.^{ca} q̄. p.^{las} suas graves circunstançias, se não podem fazer sem algũas demonstrasões publicas.

Esta he a narrasão q̄. posso dar a Vm.^{ce} deste çitio, la disponha a melhor forma de conseguir a delig.^{ca}, e m.^{tas} vezes repito a grauid.^{de} della. e não poso cabalm.^{te} explicar os m.^{tos} riscos q̄. tem prinsipalm.^{te} se eu não poder conseguir o deuertir as vigias, e sintinellas da serra de noute, e de dia, por q̄. emtão como já dise a Vm.^{ce} de nenhũa sorte Vm.^{ce} consinta, o emuistirem a emtrada por q̄. emfaliuelm.^{te} se perdem todos. E isto mesmo vera Vm.^{ce} p.^{los} seos olhos e todos os q̄. o acompanharem q̄.^{do} N. S.^{or} premita conseguirse a delig.^{ca}, por que emtão de dia verão todos se podia escapar alguem de noute, com uida querendo aventurarse a romper, isto recomendo a Vm.^{ce} por serv.^{co} de D.^s, e de El Rey.

DISPOSIÇÃO Q̄. FES O DR. OUUIDOR G.^{AL}
P.^A ESTA DELIG.^{CA}

Ajuntou quarenta e tantos soldados do mato com seos capitaẽns, tudo com m.^{to} segredo, e boa direasão; e no dia seis de Marso os mandou seguistem diuersa derota, e chegados a serta paragem fizesem alto, e pernoutasem; e ordem secreta q̄. no dia seguinte se incorporassem com elle Ouuidor G.^{al} officiaes, e gente q̄. o acompanhauã, q̄.

entre todos serião sen'õ e tantas pessoas entre negros, e brancos, o q̄. tudo asim se fez no dia sete; e no dia oito continuou a marcha, e p.^{1a} meya noute chegou ao alto da serra, e mandou ao d.^o meu sobr.^o João Joseph Borges de Caru.^o a explorar se asistião as sintinellas nas paragens q̄. eu lhe tinha ensinado cujo porto achou dezempedido, p.^{1a} exacta delig.^{ca} q̄ eu p.^a iso tinha feyto q̄. permitio D.^s conseguir. O q̄. visto p.^{1o} Ouu.^{or} G.^{al} tratou de por toda a gente em marcha p.^a o d.^o sitio, q̄. ainda levando o d.^o meu sobr.^o por guia gastarão toda a noute na desida não desendo ainda bem meya legoa de distansia em termos q̄. já rompendo a menhã chegarão ao çitio a tempo q̄. hũ Ant.^o de Sousa sobr.^o do d.^o meu socio estava já levantado, e vendo chegar de repente tanta gente comesou a dar brados, e pegou logo em hũa arma de fogo, e atirou, e outros mais tiros se derão q̄. não sei q.^{tos} forão mas o d.^o Ouu.^{dor} G.^{al} com os q̄. o acompanhauão tratarão logo de tomar as senzallas dos negros, e cercar a capela como eu na minha carta lhe tinha d.^o em termos q̄. q.^{do} os negros quizerão romper se acharão empedidos, e por iso consegio o prender a todos os q̄. se achauão, tanto negros como brancos; e só hũ negro cozinheyro q̄. assistia na cózinha por detrás da casa da viuenta podè escapar e logo se pos em caminho a auizar os q̄. asistião na caza chamada da fundisãõ, e da moeda, o qual já no caminho encontrou os quatro negros q̄. nella asistião com suas armas q̄. vinhão a reconheser o q̄. aquilo era por terem ouvido os tiros, e com elles tornou p.^a a d.^a caza auizando os brancos q̄. nella asistião, q̄. tudo já estava tomado, e tratasem de se por em salvo; o q̄. visto por elles tratarão de arancar algũs ferros de seos postos com toda a delig.^{ca} como foi as fyeiras, os sacabocados, q̄. forão esconder nos matos como tambem tres arrobas de ouro q̄. estauão em barras, e já algũas prinsipiadas a passar p.^{las} fieyras.

O Dr. Ouu.^{dor} G.^{al} com toda a presa tratou de despedir a gente a hir tomar a d.^a caza, e a em q̄. moraua Joseph de Faria, e Joseph de Souza Salgado, mas q.^{do} chegarão já não acharão senão dous brancos q̄. prenderão de q̄ se deu p.^{1o} ao d.^o Ouu.^{dor} G.^{al}, a q̄. eu dise estauão na d.^a caza onze barras de ouro fundido, e q̄. se Vm.^{ce} mandase bater os matos a ver se se descobrião; o q̄. executou feita a delig.^{ca} acharão todos os ferros q̄. tinhão tirado, e as d.^{as} onze barras de ouro, metidas, e escondidas debaixo de hũ monte de licho, na caza onde assistia Joseph de Faria Coimbra; e Joseph de Souza Salgado

não acharão já senão os negros por se terem todos auzentado mas ainda foi apanhado p^{los} soldados do mato a Joseph de Souza Salgado; e foi D^s servido fazerse hũa tão gr.^{de} delig.^{ca} sem auer morte nehũa auendo ainda bastantes tiros, o q̄. sertam.^{te} se deve a gr.^{de} direcção com q̄. o Dr. Ouuidor g.^{al} se oue na desposição della.

TRESLLADO DE HÛ PAPEL Q̄. SE ACHOU EM A CAZA
HONDE AÇISTIA IGNASIO DE SOUZA FERR.^a
EM PARAUPÉBA AO TEMPO QUE O PRENDERÃO

He finalm.^{te} este neg.^{co} dos mais graues q̄. vio o Mundo, porque he crime de Leza Mg.^{de}, e da prim.^a cabessa, e poriso castigado com duras e seueras penas, como são perder a uida em fogueyra, perder p.^a a coroa todos os bẽns, e ficar por Sn.^{ca} infame a geração: por nenhũ prĩnsipio se modera a pena desta Ley pois se faz indispensauel p.^a conseruasão do comodo, e authorid.^e da mesma Mag.^{de}.

Prosedese a prizão sem culpa formada p.^a em outo dias se mostrar. O condemnarse os R. R. por indisios, e vehementes conjecturas por ser sabido, q̄. os cazos de difisil proua não serião castigados se se caresera de testemunhas, pois o dir.^{to} maduram.^{te} preuenido dispos, q̄. os dilynquentes auião buscar todo o rebuso em cazos atrozes por não serem emcursos nelles, e por consequensia fugirem de testemunhas p.^a o executarem = Incorre neste crime q.^m ajudou, aconselhou, ou deu fauor. p.^{lo} q̄. os prez.^{tes} já estamos compreemidos na terribilid.^e do referido cazo, em o qual entramos obrig.^{dos} da neçesid.^e de outros mayores comodos q̄. por outros meyos se não encontrão. Por q̄. sabemos m.^{to} bem q̄. os modos de viuer no Pais se causarão de sorte que he apontado com o dedo o q̄. fas fortuna. Resta buscar os meyos p.^a asegurar cada hũ no seu trato o modo por onde nos uejamos izentos do rayo do castigo, q̄. a ley promete, por q̄. mediante o fauor Diuino na mão de tão conforme congresso estaua, tendo eu uida, e saude com liberd.^e pois não perdoarei a vigilia, despeza, desposição machina p.^a a saluasão de qualquer companheyro. Isto q.^m me conhese a fidalguia do animo facil o crerã mais q.^m me aualiar com aquela capasid.^e que D^s foi seruido dar-me. Ha cazos em q̄. o louor na boca propria se fas nesor.^o seg.^{do} o prez.^{te} em que vou mostrar o conhesim.^{to} da capaçid.^e p.^a esta materia, e o q.^{to} se deue nella entender; tenho sondado vãos mas alentar aos dezanimados pois ao

primr.^o mouim.^{to}, logo tive de caza q̄. me vendese rompendo sacri-
legam.^{te} o segredo, e pondoo na boca de m.^{tos} e com todas as sir-
cūstansias q̄. se me fizerão sertas, por cartas q̄. conseruo, manda-
das não só a mim mas tambem a outras pesoas q̄. farião figura nesta
comediã. Não tremi com o rigor da Ley, facil de eu praticar pr.^a per-
disão do segredo; por q̄. continuey na empreza segundo o prouão os
adiantam.^{tos} della. Em Janr.^o fes hū anno q̄. me sosedeo o referido,
emtrei em delig.^{cas} extraordinarias, em despezas consideraveis, per-
suadindome a valentia do meu animo sem emtrar fasilid.^e alguma, q̄.
tudo seria vençivel convidandome não já hoje a grandeza do comodo,
q̄. ao prinsipio permitia como todos sabem; mas sim a falta de
comodo por outros meynos guardou de me uer fora do Pais; e q̄. as
execusões dos crimes sempre vem com pe coxo p.^a apanhar aos delin-
q̄. tem pe ligeirc p.^a correrem p.^a a fortuna, e della partirem
com aquelles a q.^m o tempo nos fizer depen.^{tes}; asentei com m.^{tos}, e
prouaveis meynos q̄. todos os peccados nesta terra são de agoa benta
e ha moeda viriuoza p.^a os apagar, e q.^m busque os caminhos natu-
rais p.^a se entroduzir. Insinado estou do tempo q̄. a infansia q̄. re-
dunda na pena de Ley se ueste em fidalguia avendo dinheir.^o, a fazer
este m.^{tos} Prīncipes nas Italias, e no nouo Reyno pesoas de mayor
excepsão sem preuilegio se animarão q̄. so conseruarão a sua No-
breza pr.^o Rico, em q̄. emtrarão de aprenderem sendo reprehendidos
na disgrasa do crime não tendo ganhado p.^a o expurgarem, armas,
vigilias, e grauissima união, obediensia, a minha vontade q̄. quero
e D's testemunha p.^a nosso comodo ade ser a saluasão de todos, em
tanto risco, em tanto temor q̄. sempre deve andar diante dos olhos
com prudencia p.^a preuenir o futuro e não p.^a chorar como meninos.

Pela parte de Vm.^{ce} está m.^{to} pouca couza, ou nada q̄. he a obe-
diensia, p.^{la} minha p.^{te} esta quase tudo q̄. são considerasões indiuisi-
veis dezembolsos prepetuos. Não pode ser q̄. materia tão raue deiche
de se governar p.^{la} desposição de hū q̄. sabe a altura das couzas, e
não este p.^{la} deuarios, q̄. alem de não terem rezão de saberem não
lhes enporta a todos esta materia como a mim só, por q̄. perco mais
do q̄. alguñs em bens, e na reputassão mais do q̄. m.^{tos} q̄. se não
conhesem, o que não posso eu ter, pois em toda a p.^{te} me sabem o
nome. São isto explicasões q̄. a materia fas presiza p.^a o discurso do
prez.^{te} ponto, finalm.^{te} na vida, e na infamia com que elle, e por este
cazo se uay, perca como o q̄. mais perde.

P.^a Vm.^{es} me obedeserem, basta perguntar a si próprio cada hū p.^a q̄ fis eu isto; sera a resposta, p.^a ganhar, e dessa resposta se seguirão outras perguntas, e respostas, e como posso ganhar se não conseruandose todos, e isto como pode ser se não gouernando hū, e como pode fazer o gouerno hū, se não obedesendo todos; asentado então preziza neçeid.^e com a da obediensia, imporei os preseytos agora e pr.^o diante os q̄. o tempo mostrar precizos, e dando o prinsipio a declarasão destes o prim.^o he.

Vinho, nem agoardente, não ha de entrar aqui, Salamão não só prohibe esta bebida, sendo moderada, mas p.^{lo} risco q̄. hade passar de moderada a exçesiuua, dis q̄. nem olhemos p.^a tal, por emtrar branda, e no fim morder como serpente, e matar como Baselisco, S. P.^o Crisologo chama a m.^{ta} bebida Demonio brando veneno doce, e senhor conuidado; pode neste congresso aver q.^m se vensa, em não querer m.^{lo} beber como na verd.^e asim he; porem q.^m me segura q̄. o pouco lhe não passa mal como em minha prezesa passou com a costumada mormurasão dos escrauos, q.^m me ade responder p.^{las} desordêns q̄. deste beber se seguirem que por não so emportarem a minha reputasão mas ainda a dos companhr.^{os}, por iuitar a sensura de fasil; em conclusão digo q̄. tal bebida não entre aqui por q̄. de nada aproueyta, e pode dezarmar m.^{lo}, bastando só este risco, ainda q̄. delle se não seguisse damno algū p.^a se aborresser como cauza de males tão gr.^{des} de que temos tão prez.^{los} aduertensias nas referidas authorid.^{es}, que se confirmão com a infinid.^e de D. D. da Mediçina, q̄. asentão tera melhor saude aquelle que for mais izento de bebidas.

Não nego as do chicolate por serem sem perigo sustansiais, e por q̄. se não diga lembro a meu comodo estas conueniensias supposto reconheso não devo satisfazer as mordazes lingoas e só gouernarme por aquilo q̄. for rezão, e conduçente p.^a a saluasão de todos, bem sei eu q̄. aqui estão m.^{las} pessoas de intr.^a capasid.^e q̄. podem regerse, e a m.^{los}, e asim entrando as taes escrupulozas bebidas não perigarião, mas nem hū me promete com a seguransa q̄. a grauid.^e desta materia pede q̄. tenha rezulusão p.^a prohibir a q.^m se queyra desmaziar, quanto mais q̄. he aquele q̄. afirma, q̄. a pouca bebida como já dise assima não fasa mal, como em minha prezença fes, e q̄. tendo nouo espirito lhe obedesa, e desta falta não se segue hūa gr.^{de} historia, q.^{do} deuo por tódos os modos fazerme olhos p.^a ver hūa m.^{lo} pequena, não quero exporme a sofrer a minima grosaria,

ou falta em qualquer materia por saber o cumplece a carta de seguro q̄. se lhe hade goardar de q̄. tinha bebido.

Não ade auer jogos, por q̄. deses se seguem disputas, e liberd.^{es} e dellas desconfianças, lisão que algũs de Vm.^{ces} me emsinarão em poucos dias de escola q̄. tomey, p.^a observações dos animos e talentos de cada hũ, e por q̄. a conseruasão he toda a alma do neg.^{co}, devo fechar a porta a desunião q̄. entrava sem duvida p.^{lo} jogo q̄. sabem sobre este mal leua o tempo he pouco, não hauendo q̄. moer p.^a nos intrinxeirarmos não prohibo se gaste algũ tempo atendidas primeyro as obrigações da caza, em cantar, e tocar, por q̄. deste diuertim.^{to} se segue o neg.^{co} de se congrasarem cada vez mais os animos dos companh.^{ros}, o mayor emprego este meu cuidado.

E o trato g.^{ral} será de Vm.^{ces} sem liberd.^e de grasas, por iuitar a prezunsão de q̄. nem hũ he mais agora q̄. por isso as dis; e q.^m as ouve as deue sofrer por menos, por q̄. do contrario se çegue a falta da conçeruassão em q̄. tanto heide trabalhar, e porisso não avera descompozisões. E como he superfluo na algibeyra comicada, nella todos porão a fase em hũa mesma paragem asentando cada hũ comsigo não ade aproueytar de nada p.^o os domesticos, e companh.^{os}, e p.^a os de fora hauendo cuid.^o se ellegera tempo p.^a se uzarem de outras armas offensiuas ao longe asentando q̄. não tem de q̄. desconfiar nem brigar com companh.^{ros}, ou já considerando q̄. somos leuantados q̄. dependemos de nos mesmos p.^a nos conseruarmos, ou q̄. somos soldados ou passageyros de Nao de guerra com obediensia ao capitão della q̄. castigue com severid.^e a q.^m. dentro da nao fas mouim.^{tos} opostos a rezão obediensia, e conseruasão.

Que em escauos dentro desta faz.^{da}, e com espesialid.^e nos q̄. se ocuparem neste exercisio nenhũa, pessoa dara nehũa bofetada por q̄. sou eu a q.^m. toca acção de castigar, e o mais he destruir a obediensia por ser sabido q̄. inuolve injuria supor algum de fora q̄. me he nesario p.^a emenda da minha caza sem tal authorid.^e do Sr. della q̄. quer os taes escauos se ocupem aqui dentro sempre com duas catanas a sinta aos quaes ninguem tera acção de dar nada nem da meza prato por q̄. do comum della se sustentarão.

Que todos os dias ao sol posto o Sr. M.^{el} Mourão Teix.^a junto com o Sr. Mestre João Glz examinarão as armas, e suas patronas p.^a sempre estarem prontas e prouidas auendo com ellas o cuidado de auizar com m.^{to} tempo se se acabão os generos de polvora, e balla,

pederneyras breve, p.^a q̄. antes q̄. se ueja o fim se tenha dado pro-
uim.^{to} e isto mesmo se observará nas cousas de sustento dos q̄. re-
zidem aqui por q̄. auera actualm.^{te} p.^a dous mezes ao menos de vaca;
e q.^{do} ouuer falta nas sobre d.^{as} couzas q̄. lhes encarrego perdera
cada hū o q̄. lhes tocar de conueniensia em hūa semana, o q̄. se re-
partira por todos fazendose disto as lembranças neserarias.

Que todos os dias hira hū escravo a fazer caruão e este exersisio
o tera tambem hū branco menos p.^a carregar, e asim hirão dous ma-
chados, e sem despeza duas espingardas com suas baunetas e pa-
tronas, e facas nas algibeyras, e não se suspendera na fabrica do
caruão por ser ou não neserario por q̄. ha de ser seruiso actual, inre-
mediavelm.^{te} salvo o excesso de chuva, p.^a a lenha da cozinha de
nehū modo se gastara do que fica em sima sirkunvalando o terreyro
antes se amontara de novo mas pondo prim.^o o fogo, a ramado do
mesmo modo ira branco com hū escrauo p.^a a lenha leuando as duas
espingardas do modo q̄. p.^a o caruão no qual seruiso se entrara as
semanas, e p.^a dar exemplo seja o primeyro o Sr. João Jozeph e
Mestre Ferreyro, e Ant.^o Per.^a João Ribeyro Mór.^a, e Luis Tinoco
advertindo q̄. o que enfermar sempre pagara este tempo com outro
tanto seruiso aos q̄. o fizerem mais vezes p.^{la} sua emfermid.^e com-
ualesido q̄. seja della por iuitar, ou supostas emfermid.^{es} ou q̄. aja
receyo de q̄. se julgue asim, e dar-se daqui prinsipio p.^a historias:
e outro sim aquelle q̄. em qualquer dia da sua semana constar q̄. tra-
balha com omissão perdera o trabalho daquella semana, e se m.^{tos} dias
nella asim pecar, sera punido p.^{la} culpa de cada hū dia com pena da
perda do q̄. lhe toca em hūa semana o q̄. se repartira p.^{los} asistentes
da caza p.^a o q̄. se fara asento no modo q̄. fica dito.

Lembro aos deste seru.^o q̄. não ficão izentos de noute de outro
q̄. seja nesseario ao compaso q̄. o não serão os mais compa-
nheyros q̄. trabalharem no mesmo tempo do dia, e algumas oras de
noute: advertindo tambem q̄. os do tal exercisio deuem jantar em
caza, e sahirem della almossados, por q̄. de nehū modo se lhe hade
leuar comer nem beber nem mandar pedir nada a caza por se não
destruir de nehū modo a companhia dos dous a tal operoasão.

Que o S.^r João Barboza Mayo, correra com todas as contas em-
tradas de ouro saídas delle, quebras e mais clarezas conducentes para
se saber qualquer couza ainda desneseraria, e a esta mesma conta
admitira com todas as explicasões ao S.^r M.^{el} da Silva Neues, em

qualquer falta q̄ por comprehendido perdera p.^a os assistentes da caza a porsão q̄. em cada hũa semana lhe tocar, e se em hũa semana cometer erros em m.^{tos} dias sempre sera punido com o castigo de tantas semanas q.^{tos} forem os dias em q̄. errar.

O S.^r M.^{el} da Silva Neues o S.^r Jozeph Fran.^{co} me responderão especialmente p.^{la} boa arrecadasão de tudo o q̄. for ouro, ou dinhr.^o goardando cada hú em cofre com sua chave asignando as clarezas por onde o recebem, e dandoselhes p.^{lo} mesmo modo por donde o entregarão p.^a q̄ se eitem confuzoẽs, e assistirão assim ambos aos actos, de caza fechada, no seru.^o da qual os ajudarão os companh.^{ros} p.^a o q̄. for util por q̄. a todos igualm.^{te} julgo capazes. Prohibo nesta caza a entrada aos escrauos; guardarsehão as chaves da porta da rua, e da caçella de noute em cofre, aduertindo q̄. a todos obriga dormirem dentro, e da banda de fora só os cachorros, e nenhũ em caza por q̄. em tal dezerto melhor sentirão fora, e ladrando é urgente cauza p.^a todos se leuantarem a uer o que vai e aquelle que ficar na cama por cada ues sera punido em a perda do ganho q̄ lhe tocar em a semana p.^a se repartir p.^{los} mais, asim, e da maneyra q̄. fica expresado, e eu lhe porei sobre isto a pena que me parecer seg.^{do} as circũstansias do tempo em q̄. o fizer; e esta mesma ordem se obseruará com os sobred.^{os} S.^{res} nas obrigasoens que lhes encarrego aduertindo q̄. se for perda na minha faz.^{da} ma inteirarão das suas partes. Declaro que feita a arrecadassão debaixo de chave o S.^r Joseph Fran.^{co} a sua entregara ao S.^r Joseph de Faria para este a ter e goardar, e dar conta della ao d.^o S. som.^{te} q.^{do} for ao ministerio do cofre, delig.^{ca} em q̄. entro não so por querer fazer a m.^{tos} ostentassão do q̄. nelle se mete, e tira como tambem por q̄. não se persuadão q̄. eu não confio dos de fora, e poriso deixo de me aproveytar do S. João Barboza Mayo tanto de caza, e com tantas circunstansias p.^a se fiar delle tudo q.^{to} for verd.^e motivos por q̄. e p.^{la} sua occupasão se lhe deve abrir o cofre quantas vezes elle quizer, e pedir.

Que o passadio sempre sera o mesmo pouco mais ou menos q̄. athe aqui se tem visto não se perdoando almoço, jantar, merenda, e seya, q̄. se haja feyto prouizão comendo fartam.^{te} e com desperdisio de nenhũa sorte, p.^a o q̄. os dois S.^{res} M.^{el} Mourão Teyxr.^a, e o S.^r Mestre João Glz terão semelhante cuidado em q̄. não falte, e se não desperdise não se emtendendo rezerua de chauce de todas as couzas,

nem sendicar q^m come mais, ou menos, e experimentando eu des-caminho, por cada hũa ves q̄. asim soseder tirarei de cada hũ dos d.^{os} S.^{res} o que lhe toca de conueniencia em cada semana.

Que todos armados g.^{al}m.^{te} ouirão a missa metade por sorte asim de escrauos, como brancos vindo no meyo dos escrauos, não consentindo venhão atrás, ou adiante, ou falem com pessoa algũa, e menos p.^{la} lingoa a pretos, e todos se meterão na Tribuna, e logo se uoltarão ouida q̄. seja a Missa, sem tratarem neg.^{co} com pessoa algũa, nem se me farão perguntas em qualquer materia q̄. seja, de q̄. se siga mora na lide p.^a bayxo, e relapsa p.^a o dezemparo della p.^{la} primeyra ues perdera p.^a os mais o comodo de hũa semana p.^a todos, e p.^a tres e da segunda arbitrarei a pena q̄. me parecer, pois não ficão prohibidos os de caza la hirem fazer suas romarias, p.^a mayor calor da mesma caza, aduertindo q̄. nunca se me deixara a Rosa so em poder dos escrauos lembrandose q̄. todas as emfermid.^{es} q̄ D^õ for seruido dar o q̄. elle não permita se curarão na mesma caza exceto a de olhos por motivo de fogo, pois não ha esperansa aja menor carid.^e ca embayxo do q̄. em sima, e p.^a isto tenho dado prouidensia de melhor Medico, e surgião da terra de sorte q̄. se for cazo de vizita pesoal, a minha custa se ha de fazer sem me lembrar de q̄. por isto se gasta m.^{to}.

Que as conuersas sejam p.^a todos, e de nenhũ modo em segredo que sempre dezafiou este a reparo daquelles q̄. ficarão de fora da conuersação, e comunicação, e inuolue grosaria pois he expresam.^{te} injuriar aos q̄. o não ouvem; considerando os, ou menos amigos, e incapazes de participarem dos tais segredos; e p.^a isto inventou a politica hũa oportuna occazião de se dizerem saluando as consequensias q̄. se seguião, e asim com mayor rezão no nosocazo se ha de praticar q̄. he acabada a viagem pois ao mayor segredo, a mayor amizade dezafia a aliansa do prez.^{te} neg.^{co} no qual se não deue considerar fraternid.^e mayor, por çer çerto q̄. entre todos nos se trata materia q̄. qualquer rebuço dos mais q̄. são menores se não ferteliçem sera dezaforo, e asim por consequensia não hauera escritas q̄. se não mostrem a todos, e a mim q̄. deuem liurarme de escrupulos, e aos compahr.^{os} de susto, q̄. he a materia q̄. se lhe esconde, e poriso prejudicial a qualquer.

Que de nenhũ modo a osiozid.^e de censurar q̄. são superfluas, e poriso empertinentes estas, ou algũas cautellas ou q̄. são maximas,

e menos q̄. se querem hir embora, e q̄. se perdem em a distancia, pois isto se deue praticar a mim só, e o q̄. no contrario de todo o sobr.^{to} delinquir perdera dois mezes de tempo p.^a repartir por todos; e aquelle q̄. depois de eu me achar na caza hũa hora pouco mais ou menos for remisso em me dar p.^{te} de qualquer das cousas contiudas neste par. grafo perdera duzentos mil reis por cada culpa assim destas, sem que fique izento a saber q̄. outros me derão p.^{te}, e p.^{la} segunda ves sera arbitraria a pena a mim mesmo, e os tais duzentos mil reis se repartirão p.^{tos} que não delinquirão.

Declaro q̄, comprehende aos que assistirão fora desta caza as mesmas penas em tais termos aqui d.^{ros}, e se darem escritos ou recados sem minha ordem;

Que todas as vezes q.^a as canselas de dia, ou de noute, a qualquer hora se não acharem fechadas com suas correntes e cadiados me pagara cada hũ dos q̄. estiuere dentro de caza duzentos mil reis p.^{la} culpa de omissão tão gr.^{de}, supusto q̄. della se não siga perda algũa por não hauer entrado ninguem, pois ao sahir algũ, sera este obrg.^{do} a chamar por q.^m a feche, e o tal q̄. sahir se não auizar a m.^{tos} perdera duzentos mil reis p.^a mim, e alem disto andara quatro semanas ao caruão, carregando p.^a casa como qualquer dos escrauos, e esta mesma pena tera aquelle q̄. admitir seja q̄. for não sendo deste neg.^{co} seja preto, ou branco, dentro da caza, ou ao pe della, porem ficarão izentos do cuidado das cansellas os S.^{res} Joseph Fran.^{co}, João Barboza, e M.^{el} da Silva Neues, estando legitim.^{te} empedidos.

Que todo aquelle que permitir tirar, ou dar com algũa cousa a outro algũ companhr.^o, ou descompuzer de palaura ou o amiasar andara tres mezes com hũ grilhão no pe, e o q̄. com effeito der, trabalhara seis mezes com hũa corrente ao pescoso, e pagara para o referido quatro sentos mil reis, e asim mais duzentos mil reis p.^a os companhr.^{os}, e serão todos obrigados a prendelo a minha revelia, por ser cúmplice em tal cazo, e em este delicto, e aquelle que não o fizer e entrar com tal omissão q̄. paresa o não terá a mesma pena que no caso uay expressada incorre o delinquente.

Que se alterarão, e deminuirão, e circuncianciarão mais as condicões aqui expressadas segundo o tempo emsinar oportunidade, pois pode auer cazo q̄. seja m.^{to} não obseruarem-se nas ditas couzas asim como util inouarem-se outras, as quais se ajuntarão a este mesmo

papel, que se goardara em cofre p.^a se ler todas as segundas feyras, e mais vezes a q̄. quer q̄. quizer inteirar o q̄. se acha declarado por se euitar ignorancia.

SN.^{ca} QUE SE PROFERIO CONTRA IGNASIO DE SOUZA
FERR.^a E SEOS COMPANHEIR.^{os}
SOBRE A CAZA DA MOEDAS DAS MINAS

Acordão em R.^{am} F. vistos estes autos q̄. conforme o Decreto do d.^{to} Sr. com o parecer do seu Rg.^{dor} se fizerão summarios aos R. R. Ignasio de Souza Ferr.^a Fran.^{co} Tinoco, Jozeph de Souza Salgado, Jozeph Gomes da Silva, An.^{to} de Souza Ferr.^a, Miguel de Torres, Damião Gomes do Valle, e An.^{to} Per.^a, prezos na cadeya da cid.^e que vieram remetidos das Minas gerais; por elles se mostrão q̄. em 15 de Janr.^o de 1731 perante o Ouuidor da Comarca do Rio das Velhas veyo delatar Fran.^{co} Borges de Carualho em seu proprio nome e de seu sobrinho João Jozeph Borges de Caru.^o, o qual ao depois em vinte de Feureyro do mesmo anno pesoalm.^{te} ratificou a mesma denunciação, q̄. no citio da boa vista da Paraupeba tinha o R. Ignasio de Sousa Ferr.^a ajustd.^o com outro R. auzente fundir ouro, e marcar barras como da caza rial da fundisção de q̄. se prinsipiara a uzar auia annos; e pasara o seu intento a fabricar, e cunhar moeda, e p.^a este effeyto comgregara a outros vinte e dous entre os quais, Miguel de Torres, Damião Gomes do Valle conjurandose p.^a observarem emuiolavelmt.^e segredo, e com varios pretextos, e protestos, sendo o principal o não sahir ninguem daquelle sitio sem expresa lisensa do R. Ignasio de Sousa Ferr.^a nem emviar, e resseber carta algũa sem ser por elle uista; e por hũ dos socios Caetano Borges se querer sair do sitio se lhe tirou a vida violentam.^{te} por ordem do mesmo R. armando hũas rezoẽs fingidas q̄. teue com hũ escrauo q̄. o matara; e hindo na noute de nove de Março do mesmo ano o Ouu.^{or} da Comarca com m.^{tos} offissiais de justissa e militares, e capitõis do mato depois de prezos os R. e outras pesoas q̄. se achauam na caza da viuenda daquelle sitio, passarão a dar busca nas em q̄. estauam as offisinas na distansia de hũ quanto de legoa mas a tempo q̄. os artífices a tinham dezemporado por serem sentidos, e se acharem as taes offisinas de cazas de fundisção, e cunhos de moeda fabricadas dentro do mato virgem sircunvalladas com hũ foso feito pl.^{la} natureza, e cor-

rido de agoa emtupido de ramos, e paos cortados do mesmo mato, e crauado o fosso com estacada a roda, e na emtrada hũa ponte de madeyra fechada com cadeado na forma comfrontada no auto do apenso segundo, e dentro das offisinas se acharão forjas, resquiços fieyras de roda sarrilheyras sulimão, etodos os introm.^{tos} e materiais emventariados no terreyro apenso, o condussentes p.^a a fabrica da moeda; e onze barras de ouro algũas das quais estauão passadas p.^{la} fieyra, e ligadas, e varios ferros hũns abertos, e outros por abrir em q̃. estavão esculpidas as armas reais e a efigie do d.^o S.^r, e se achou hũ cadinho ainda quente, com alguns granitos nelle por cujos motivos prenderão todos estes R. R. por darem ajuda, e fauor p.^a a tal fabrica, e serem della sabedores: o q̃. tudo uisto, e o mais dos autos, e como o R. Ignacio de Souza Ferr.^a nas perguntas judissiais q̃. lhe fizerão confessou ser elle Autor desta fabrica auer concorrido p.^a ella com o seu cabedal, e da socied.^e q̃. tinha com o delator Franc.^{co} Borges de Caru.^o, e outros R. R. e p.^{la} deuassa e juram.^{to} asim dos delatores como dos mais R. R. perguntados, e com juram.^{to} p.^{lo} que respeyta a terceyro se proua plenam.^{te} o auerse intentado a fabrica da moeda, e para esse fim auer a mayor p.^{te} dos instrom.^{tos}, e materiais nessesarios, e q̃. se não chegara a fazer moeda p.^{la} falta do emgenho do cunho gr.^{de}, e faltar emsayados q̃. puzese o ouro no seu toque, e posto q̃. se não chegase a confirmar o delicto dese fabricar nesta offisina moeda falsa, mas só se emtentase chega do a acto proximo; comtudo p.^{la} gravidade, a trozid.^e deste delicto por ser offensivo da Mag.^o por costume oniuersal he puniuel não só o real effeyto mas tambem o intento com effeyto, e na opinião de m.^{tos} e grauissimos D. D. com a pena ordinaria espontania, e voluntariam.^{te} os delinquentes não dezistem do seu intento mas por q̃. forão denunciados, e empelidos p.^{los} offisiais de justissa como aconteseo no cazo prez.^{te} comtudo como este não seja compreendido na despozição da Ley do Reyno, se não deue impor a pena ordinaria por ella estabelecida, p.^a o cazo que se consumasse o delicto, e chegase a fazer moeda, e tuesse este delicto seu rial, e consumado effeyto q.^{do} se ouve de reputar por cazo unico, nelle sempre se deue seguir a opinião contraria por ser esta a da gloza J curcio, e commun.^{te} aprouada, e por mayor numero de D. D. digo a opinião contraria, e inporse som.^{te} a pena arbitraria a da gloza J curçio; e commun.^{te} aprouada, e por mayor numero de D. D. e do nosso Reyno zo q̃. estamos obrig.^{dos}

a seguir na falta de Ley: Portanto condeno ao R. Ignasio de Sousa Ferr.^a em degredo perpetuo de Galles adonde será metido a servir emq.^{to} por uivo, e na confiscação de todos os seus bñs p.^a a coroa atendendo tambem a prouarse que no mesmo, çitio se fizerão e marcarão barras de ouro, e se passarão p.^a fora do distrito das minas, fingindose serem fundidas, e marcadas na caza da rial fundisção; e p.^{la} estrauagante de onze de Feuereyro de 1719 ser imposta aos transgressores della a pena da confiscação de bñs; aos R. R. Miguel de Torres, e Damião Gomes do Valle que foram ajuramentados, e derão ajuda, e fauor a este grauissimo delicto os condemnão em dez annos p.^a as galles aonde seruirão, e em trezentos mil reis cada hũ p.^a a faz.^{da} rial, e em sem mil reis p.^a as despezas da Relasão; e ao R. Joseph de Souza Salgado por se prouar q̄. cooperou tambem p.^a este delicto, e ajudaua a fabricar alguns instrom.^{tos} p.^a a offisina tendo gr.^{de} amiz.^{de} com o prinsipal artifice: condemnam-o a q̄. com baraso pregão p.^{las} ruas publicas e costumadas va degradado p.^a o Reyno de Angola, e duzentos mil reis p.^a a faz.^{da} real, e sincoenta p.^a as despezas da Relasão ao R. Fran.^{co} Tinoco surgião, e An.^{to} de Sousa Ferr.^a por serem sabedores desta fabrica, e a não declararem como tambem ao R. An.^{to} Per.^a official de ferreyro p.^{la} mesma culpa, os condenão em sinco annos de degredo p.^a Prassa de Mazagão, e em sento, e sincoenta mil reis cada hũ p.^a a faz.^{da} real, e sincoenta p.^a as despezas da Relassão, e mandão seja solto da prizão em q̄. se acha o R. Joseph Gomes da Silva por não se prouar contra elle culpa q̄. meresa pena, e a prezumpção q̄ se pode conjecturar de ser sabedor desta offisina assas esta purgada com a dilatada prizão, e paguem todos estes R. R. as custas dos autos Lx.^a oriental 13 de Mayo 1732 = Rego = Franco 11 Mello = Maçedo = Almeyda = Costa.

ALGUMAS
INSCRIÇÕES PORTUGUESAS
DO
MUSEU DO CARMO

(CONTRIBUIÇÕES PARA O CATÁLOGO DO MUSEU DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES)

2.ª SÉRIE

POR

J.-M. CORDEIRO DE SOUSA

Continuando a tarefa começada no segundo volume da *Arqueologia e Historia* de, pouco a pouco, pois pouco é o tempo disponível para tais trabalhos, ir arquivando nestas paginas as diversas inscrições portuguesas recolhidas no nosso museu, tentei reunir numa segunda série este pequeno grupo, acompanhando-o de algumas palavras tendentes á sua possível identificação.

Alem de outra utilidade, que possa ter este modestissimo registo, poderá tambem, porventura, um dia servir de auxiliar aos que, dispondo de menos tempo ou menos paciência, não queiram perder algumas horas curvados sobre essas pedras, procurando arrancar-lhes o segredo de um nome, de uma data ou de uma simples abreviatura, que os séculos foram apagando e os nossos olhos muitas vezes já mal conseguem distinguir.

I

: XIII : CL : FEBRVARI :
IHNS : RAMIRI : CVI
ECCLE : PRIMUS : PRE
LACVS : OBIIT : E : M :
CC : XX : I :

E' lamentavel que noutros tempos não houvesse nesta Associação o hábito de registar a entrada dos objectos destinados ao museu, ou que esse registo, se existiu, se tenha perdido. O que é um facto é que não nos chegaram noticias claras, sequer da proveniencia, da grande maioria das inscrições aqui arquivadas. Apenas uma ou outra vez, nas actas das sessões, se nos depara alguma oferta, mas sem a mais leve referencia que auxilie qualquer tentativa de identificação.

Disto ressentem-se os antigos catalogos que, apesar da muita competencia e da melhor bôa vontade de quem os organizou, pouco ou nada elucidam.

Esta inscrição veio de Odivelas, trouxe-a Possidonio da Silva. Assim deve ser, assim será, mas é pouco. Que ela não estava no convento, é evidente: em 1183 ainda dom Dinis não fundára o seu mosteiro de madres bernardas. Deve pois ter pertencido á velha igreja paroquial.

II

^o
 V̄ : IDUS : INRH : OBIIT :
 DIDACVS : MONIZ :
ⁱ
 CŪS : AIA : REQIES :
 MERET : E : M : CC : XX : IX :
 ASPICE : Q^a : QD : ES :
 FVI : ET : QD. SV : ERIS :
 MEMETO : MI : OR. TE :
 PRO : ME :

Inscrição de caracteres unciais, gravada numa pequena pedra, cuja proveniencia se desconhece. Vem transcrita a pag. 109, vol. I da *Revista Archeologica e Histórica*.

III

VI : NŌAS : MAII : OB' T : FAMV
 LVS : DEI : PETRUS : FRANCV(S) :
 ANIMA : CVIVS : REQIESCAT : IN
 PACE : AMEN : E[^] : M[^] : C[^] C : XXX[^]

IV

XV : KL : MAII : OB :
 DONNA : MARIA :
 DEARCV : ERD :
 M̃ : CC : LXXX : UII

Quando em 1861 se procedia a demolições na velha igreja de S. Tiago de Coimbra, foram encontradas as duas pequenas pedras onde estão esculpidas estas duas inscrições. (1)

Nelas, como em todas as da primeira metade do seculo XIII, apparecem conjuntamente caracteres latinos e unciais. E' ainda a transição. O emprego dos caracteres unciais ou góticos maiúsculos, só com o andar desse século se generalizou pela Europa. Na primeira, do fim do seculo XII, esses caracteres são representados talvez pela terça parte. Na segunda já apparecem com maior frequencia.

E' pouco vulgar a forma do *k l* geminados, abreviatura de kalendas, cuja haste vertical é cortada por um traço, que alarga para as extremidades, formando uma pequenina cruz. Um traço semelhante, mas um pouco oblíquo, corta tambem o *b* da abreviatura da palavra *obiit*.

Notam-se nesta segunda pedra os restos duma interessante cercadura românica de lados desiguais.

V

: AQ' : IAZ ST : PAES NATV
 RAL : D̄ : BOIRO : COMEN
 DO : A : MHA : ALMA : A D' :
 , : A : SCĀ : MARIA : CRIA
 DO : DO : BISPO : DOMI
 NGUS : IARDO : Q̄ : PA
 SOU : DO' : DIAS : ANDA
 DOS : DO : MES : DE : IUNHŌ
 : Ę : D̄ : M̃ : E : CĈC : , : L̃ : , VIII : ANOS

(1) Simões de Castro, *Guia historico do viajante em Coimbra*.

Em julho do passado âno de 1923 deram entrada no nosso museu, vindos do antigo hospital de São Lázaro, com um formoso cruzeiro, da primeira Renascença, um túmulo medieval e uma pequena lápide com a inscrição em caracteres unciais, que aqui transcrevo e naturalmente lhe diz respeito.

«Esta cruz, diz Moreira (1), estava antigamente no centro do largo da entrada do Hospital e em roda d'ellâ é que se enterravão os doentes que n'elle morrião». O túmulo estava, até ha pouco, encostado a uma parede, tendo por cima e embebida nela a pedra com a inscrição.

Em que época tenha sido instituida a gafaria de Lisboa, «que a dita cidade antigamente ordenara... fora dos muros...» (2), não o indica o paciente coleccionador dos *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, que lealmente declara não os possuir para esclarecer o assunto.

Tanto Antonio Joaquim Moreira (3), como Freire de Oliveira (4) fizeram uma leitura bastante imperfeita desta inscrição, sem duvida pela altura a que estava colocada.

Quem tenha sido Estevão Pais, limitemo-n'os ao que nos diz o proprio epitáfio: natural do Boiro (5) e criado do bispo dom Domingos Jardo.

Criado, entende-se, quando a palavra não tinha, como ainda até os fins do seculo XV, a significação que hoje lhe damos. Era *criado* do bispo por que se *criara* em sua casa.

O antigo garoto da Agualva (6), provavelmente recolhera e educara nos seus paços de Evora ou de Lisbôa esse desgraçado a quem a horrenda gafeira atirou um dia para os catres de São Lázaro.

(1) *Collecção de epitaphios, inscripções e lettreiros*, Ms. da A. Real das Sciencias.

(2) Carta Regia de 25 de outubro da era de 1452, citada por Freire de Oliveira.

(3) *Collecção de epitaphios, inscripções e lettreiros*, Ms. da A. Real das Sciencias.

(4) *Elementos para a Hist. do Munic. de Lisboa*, Vol. XIV, pag. 535 nota.

(5) Talvez Santa Marta do Boiro, no Minho, povoação muito antiga, cujo fôro de vila Pinho Leal supõe lhe tenha sido dado pelo conde dom Henrique.

(6) P. F. de Santa Maria, *O Ceu Aberto na Terra*.

VI

FVIOMÊ

Fragmento de inscrição proveniente da igreja paroquial da Ajuda. Diz João Batista de Castro, no seu *Mappa de Portugal* (1), tratando de Nossa Senhora da Ajuda, que: «No alpendre da Igreja, de frente da porta principal, esta hum monumento de pedra antiquissimo metido no vão da parede com fuas columnas, e por detraz da dita sepultura forma hum painel de marmore, em que fe vê gravado hum elmo e huma espada, com as letras abertas na mesma lapida, que dizem: *Ja fuy home, hoje faa terra*».

VII

- 1) — (NO AN)O DO NACM.^{TO} DE NOSO S.^{OR} IHŪ X^O DE MIL E CCCC^O LXIX EDIFIC
- 2) — OU EMÁDOU FAZER ESTA CAPELA ECASAS CÔTODO SEU CERCOITO OHÔRADO CAUALEIRO DOM FREI GÔÇALO DE SOUSA COMÊDADOR MOOR DA CAUALARIA DA ORDÊ D
- 3) — E NOSO : S.^{OR} IHŪ.XPO. DOCÔSELHO: DELREY: DOM: AFÔSO: O: V: CRIADO:
- 4) — EFEITURA: DEMENINA: DOMUITO. NOBRE: EEICELÊNTE: ECÔP¹DO: DEMUITAS: UERTUDES: OIFÂTE: DÔ: HÊRIQ: Q̃: FOY: GOUERNADOR: EMINIST(RADOR: DA: ORDÊ: DE NOSO)
- 5) — (S^{OR} IHŪ XPO:) DUCQ̃: DEUISEU: ESENHOR: DECOUILHAAN: OQ̃. ACHOU: E
- 6) — ...TIFICOU: TODALAS: ILHAS: DA MADEIRA: E DOS: ACORES: CÔTODA: ACOSTA: DEGUINEA: ATEEOS: INDIOS: FILHO: DOMUY: NOBRE: REY: DÔ: IOHÃ: OP¹M.^{RO} EDA: R.^A DO

(1) Quinta parte, pag. 325 da ed. de 1758.

- 7) — NA : PHILIPA : OQUAL : COMĒDADOR : MOOR : FOY :
UEEDOR : DACASA : E FAZĒDA : DO : D
- 8) — TO : IFĀTE : ESEU : CHĀCELER : EALFERES : MOOR :
AS : Q̄ES : UERTUDES : QUE : Ē : ESTE : IFĀTE : AUIA :
ESTE : COMĒDADOR : MOOR : AS : MÁDOU : AQUY :
ESCREUER : E SĀ : ESTAS.....
- 9) — ... (NŪCA). DEU : NĒ HŪA : COUSA : AODEMO : ECĀDO :
LHE : FAZIĀ : DESPRAZE : TODO.
- 10) — DAUA. ADS : NĒ : DIZIA : MAL : DENEHŪN : NĒ : COBIJ-
CAVA : ANĒHŪM : MAL : NĒ : BEBIA : UINHO : NŪCA :
JUROU : PER : DŠ : NĒ : PER : SCŌS : TODAS : Q̄REES-
MAS : EFESTAS : DE : JHŪ : XPŌ : EDE :
- 11) — SCĀ : M^A : EAPLŌS : EOUTROS : SCŌS : MUITOS :
JEIŪAUA : EPER : AMOOR : PARTE :
- 12) — APĀ : EM : AGOA : ERA : MUITO : CATOLICO : ECŌP¹A :
ĒTODO : HO OFICIO : DA EGREIA : FOY : MUITO :
OBEDIĒTE : ASEU : PADRE : EMADRE : EA SEU : REY :
EATODO

Inscrição de caracteres góticos, esculpida em tres linhas, em volta da tampa do túmulo de dom frei Gonçalo de Sousa (1).

Esteve este túmulo no centro da ermida de Santa Catarina do Monte Sinai, primitivamente de Santa Maria do Castelo e depois de S. Jorge, que ficava no terreiro da entrada do convento de Cristo em Tomar, «logo á esquerda da porta de S. Tiago» (2) e de que hoje nada resta. Ainda em 1878, escrevia Possidonio da Silva, (3) referindo-se ás bases então visiveis das paredes: «este sarcofago estava colocado no meio de um jazigo construido de alvenaria, dentro do adro da igreja... etc.» Este *jazigo*, é evidente, era a pequena ermida. Reedificara-a dom frei Gonçalo no âno do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1469, como nos conta a própria inscrição.

(1) Já por vezes tem sido transcrita esta inscrição e ainda ha pouco o foi no interessantissimo trabalho do meu Ex.^{mo} amigo e mestre Snr. Coronel Garcez Teixeira, *A lenda do pintor Dralia*.

(2) Garcez Teixeira, *A lenda do pintor Dralia*.

(3) Boletim da R. Ass. dos A. C. e A. P.

Era dom frei Gonçalo de Sousa da ilustre prosápia dos Sousas, filho de Gonçalo Anes de Sousa e neto de Vasco Martins de Sousa, que foi senhor de Mortagua. A sua ascendencia é bastante conhecida.

VIII

S.^a DE FERNAM LOPEZ CO
 REA E DE SVA MOLHER
 FRANCISQVA DE MIRAMDA
 E ERD(E)Í(R)OS DE.....O
 LOPEZ C(O)REA GVARDA
 ROVPA MOR DEL REI DÕ
 MANOEL FALECEO (A) 12 (?)
 D DZB (?).....

A paginas 430, tomo X, do boletim desta Associação, lê-se que o Digno Pár do Reino Anselmo Braamcamp Freire, ofereceu para o nosso museu uma loisa pertencente á sepultura de Fernão Lopes Correia, guarda roupa del Rei dom Manoel, que tinha arrecadada num páteo da sua quinta da Vitória em Sacavem (1). Mas, onde a fôra encontrar o erudito autor dos *Brações da Sala de Sintra*?

Um filho deste Fernão Lopes Correia, Filipe Lopes Correia, que foi casado com dona Violante de Brito, filha de dona Brites Correia de Andrade e neta doutro Filipe Lopes Correia, «viveu em Sacavem, onde tinha uma boa quinta» (2). Estaria a campa na capela dessa quinta? Seria porventura essa quinta a da Vitória? Na Torre do Tombo existe o registo duma carta de coutada da quinta da Melhorada, pertencente a Fernão Lopes Correia, mas era no termo de Santarem (3).

Não consegui lêr completamente esta inscrição devido ao estado da pedra em que está gravada e dai a dúvida do nome que se segue á palavra *herdeiros*. A sêr o de Fernão, que tres linhas acima termina em *m* e não em *o*, como parece ser aqui a ultima letra, haveria

(1) Arquivo da Ass. dos Archeologos, correspondencia

(2) B. N. L. Col. Pomb.

(3) L. VI Estremadura.

uma repetição escusada e até pouco vulgar. A ser outro, quem seria então o *guarda roupa mor del Rei dō Manoel*?

Um Fernão Correia, escudeiro fidalgo, figura em 1477 no livro das moradias de Afonso V; um Fernão Lopes Correia, aparece em 1518 num livro dos moradores da casa de dom Manoel; um Fernão Lopes Correia, evidentemente o da inscrição, pois era casado com dona Francisca de Miranda, foi *môço* da guarda roupa do Senhor dom Manoel e, na carta de coutada ha pouco referida, chama-lhe o Rei *nosso garda roupa*.

Nas poucas horas que pude dedicar a estas investigações não consegui descobrir-lhe a ascendencia, mas supponho que o pai tenha sido um Pero Correia, moço da guarda roupa de dom Afonso V (1).

IX

ESTA CAPELA E SEPVL
TVRA HE DE ANRIQVE
BRANDAM

DIS

Era efectivamente sua esta capela. Haviam-lh'a dado os frades para seu jazigo, obrigando-se a dizerem-lhe uma missa cada dia e «quatro cantadas cada âno, emquanto o mundo durar» (2), em troca da esmola de quinze mil reais e mais vinte e seis mil reais de juro por âno.

Foi filho do esforçado Duarte Brandão, que dizem ter servido os ingleses nas guerras contra a França e foi cavaleiro da *Garrotea* e senhor de Buarcos. Não casou, morreu sem filhos e «deixou a fazenda á Misericordia de Lisboa» (3). Sepultaram-n'o na sua capela do convento do Carmo, que ficava no claustro ou no capitulo.

(1) Cumpre-me aqui prestar o meu agradecimento ao nosso Ex.^{mo} consocio Snr. Dr. Laranjo Coelho, pelas buscas, infelizmente sem resultado, que amavelmente se prestou a fazer na Torre do Tombo, onde é distintissimo funcionario, e ao meu Ex.^{mo} amigo e mestre Snr. Coronel Garcez Teixeira, pelo seu sempre valioso auxilio nas tentativas que fizemos para arrancar desta pedra o nome do guarda roupa mór do Rei Venturoso.

(2) D. Antonio Caetano de Sousa, *Mem. Sepulchraes*.

(3) Bibl. Nac. Col. Pomb. Geneal.

X

AQVI . IAZ . A.º TELEZ . DE .
 MENESES . ALCAIDE . MOR
 DE CÁPOMAIOR E OVGVELA
 O QVAL FALEÇEO A . 26 . DE
 SETÊBRO . DE . 1519

Afonso Teles de Menezes, ou da Silva, neto daquele outro Afonso Teles, que nascêra em Ceuta fôra governador de Alcacer e se batera em Castela pela Excelente Senhora, e filho de Rui Gomes da Silva e de sua mulher dona Urraca de Moura, foi um dos mais valentes soldados de Azamôr. Casou com dona Isabel de Ataíde, filha e herdeira de Francisco de Gois, alcaide de Mértola, e neta de Estevão de Gois e de sua mulher dona Isabel de Ataíde.

Diz-nos a sua campa que morreu a 26 de Setembro de 1519, quatorze ânos e vinte e tres dias depois que o Rei lhe fizera mercê das alcaidarias de Campo Maior e de Ouquela (1), que haviam sido de seu pai e de seu avô, a quem Afonso V as déra por sucessão de Pedro Gomes da Silva, morto sem descendencia legítima.

XI

AQ' JAZ . DÔNA . BRIATIZ DE CA
 TELBRANCO . P^{re}ICRESA . Q̃ . FOY DES
 TE . MUSTEIRO . DACHELAS . Q̃ SE FY
 NOU . NAERA DE MIL E Q'NHÊTOS E
 XXI

Inscrição em belos caracteres góticos do seculo XVI.

Os meus modestos apontamentos genealógicos não dizem quem tenha sido esta dona Briatiz ou Beatriz de Castelo Branco e o tempo falta para as morosas investigações pelo labirinto dos nobiliários, além do que não devo roubar essa agradável tarefa aos nossos dis-

(1) T. T. Liv.º 7 de Odiana.

tintos consócios geneologistas para quem não guardam segredos as velhas e amarelecidas folhas das grandes árvores das famílias. Tenho vaga noticia de uma dona Brites de Castelo Branco, filha de um dom João de Castelo Branco, mas consta que professou na Esperança.

XII

AQ' JAZ DONA MJCIA PIREIRA
PRIORESA . Q̄ FOY DESTE MUSTEIRO
DACHELAS E FALECEO NAERA DE
MIL E Q'NHETOS E TRINTA E NOUE

A'cerca desta senhora, decerto proxima parente dessa outra priora de Chelas, seja-me permitido formular uma simples hipótese.

Uma dona Mécia Pereira, irmã do conde de Vila Nova e filha de Gonçalo Vaz de Castelo Branco, a quem dom Afonso V fizera senhor de Portimão «pelos muitos serviços que dele tinha recebidos», certamente nas tomadas de Alcacer e de Arzila, onde estivera, foi religiosa no mosteiro de Chelas. Teria chegado a ser algum dia priora? E' provavel, sobretudo se atendermos á poderosa influencia de que a sua família gosava na côrte.

Ha até um facto que me leva a crer que é a esta nobre senhora que se refere a inscrição. Na campa, evidentemente copiada da de dona Beatriz, o brazão artisticamente insculpido é o dos Castelos Brancos. E dona Mecia Pereira era Castelo Branco pelo pai Era Pereira porque sua mãe, Brites Valente, era filha de Martim Afonso Valente e de dona Violante Pereira, terceira neta do prior dom Alvaro Gonçalves, o pai do Santo Condestavel.

Sempre era melhor, numa época em que ainda se não tinha apagado de todo a lembrança de Aljubarrota, ser-se Pereira do que simplesmente Valente ou mesmo Castelo Branco.

XIII

ALEEO

Era o grito de guerra, adoptado como divisa, dos Menezes descendentes do primeiro governador de Ceuta.

Conta o Snr. Afonso de Dornelas (1) que, hesitando dom João I sobre quem deixaria por governador daquela praça, dom Pedro de Menezes se lhe ofereceu para desempenhar o difficil cargo, dizendo que para manter a Barbaria em respeito lhe bastava «um pequeno zambujeiro que trazia nas mãos e que no jogo da choca lhe servia de *aleo*». A pequena pedra onde se acha esta palavra insculpida entre dois ramos de carrasso, provem do palácio dos marquezes de Vila Rial, em Leiria.

XIV

- 1) NO ANO DE 1534 A 25 DE MARÇO MUDARÁ A COFRARIA DA MỸA DA SEE PER AQUI
- 2) SENLO DOM PEDRO DE MOURA PROUE DOR

No intuito de dár instalação condigna á recente fundação da Rainha dona Leonor, que tanta caridade veio espalhar pelos pobres, pelos enfermos, pelos aflitos, começára dom Manoel a construção de um formoso templo para os lados do Terreiro do Trigo, onde era o Paço da Madeira. Não teve a ventura de o vêr concluido. Dom João III continuou, porém, a obra, que a 25 de março de 1534 era inaugurada, transferindo-se logo para lá, da sua primeira sede na capela de Nossa Senhora da Piedade, no claustro da Sé, a benemerita confraria.

O pouco que se sabe desse desaparecido templo, di-lo o saudoso autor da *Ribeira de Lisboa*.

Posto que orientado liturgicamente e portanto com a porta principal para o lado da Portagem, parece que outras portas se abriam para o norte. Ora quando em 183 se procedia a não sei que demolições em dependencias da actual igreja da Conceição Velha, surge entre diversos ornamentos architectónicos e um pequeno portal manuelino, uma extensa vêrga em que se encontra gravada, em caracteres góticos, a inscrição acima transcrita.

Ou pertencesse a alguma dessas portas ou, o que julgo mais provavel, a uma das antigas capelas, vem esta inscrição, evidentemente

(1) *Historia e Genealogia*, vol. X.

coeva, confirmar-nos a data em que a Misericórdia deixou a sua modesta capelinha da Terra Solta e se instalou no sumptuoso templo manuelino.

XV

- 1) CAPELLA E SEPULTVRA. DE FERNÃ DALVAREZ DANDRADE. DO
- 2) CONSELHO DELREI DÕ. JOÃO : O : III : DECËDO : PER LINHA DEREITA
- 3) DA NOBRE GERAÇÃO DOS CÕDES DÃDRADE DE GALIZA
- 4) FALLECEO Ë MARCO : DE. M. D. L. II.
- 5) E DE DONA ISABEL. DE PAIVA. SVA MOLHER
- 6) FALLECEO EM MAIO : DE : M. D. L. XXX
- 7) E DE SEVS DECENDENTES.

Este Fernand'Alvares de Andrade foi um homem que soube empregar em proveito da Arte uma parte importante dos seus larguissimos haveres. O seu palácio, á Anunciada, tão minuciosamente descrito por Castilho na sua *Lisboa Antiga*, quando já em poder dos Menezes, era um verdadeiro primôr, e a atestar-nos ainda o seu apurado gosto artistico, resta-nos a formosissima pedrã onde se lê esta inscrição, unico vestigio que nos ficou dessa maravilha, que deve ter sido a sua capela-jazigo no visinho mosteiro dominicano.

Foi seu filho o inspirado autor de *O primeiro cerco de Diu*.

XVI

AQVI JAS DONA BRIOLAMJA =
 DALBVQVERQVE F.^A DE DÕ =
 AMT.^o DE LIMA E DE DONA =
 IERONIMA DALBVQVERQVE
 FALESEO A 3o DE IVLHO DE

1586

Esta senhora era filha de Antonio de Lima de Miranda e de sua mulher dona Jerónima de Albuquerque e neta de dom João de Lima e de dona Briolanja Henriques, de quem herdara o nome.

Suponho que a sua campa tenha vindo do convento de S. Francisco de Setubal, onde seus pais estavam sepultados.

XVII

AQI IAZ . FRC.º BARETO . DE . LIMA . DO
CONSELHO . DE . SVA . MG.^{DE} E VEADOR^R
QUE . FOI . DE . SVA CAZA . FALESEO . A . 12
DAGOSTO . DA . ERA . DE . 1599 . ANOS .

XVIII

AQVI IAZ . DONNA ISABEL . DE . LIMA MOLHE^R =
Q FOI DE FRANC.º BARRETO DE LIMA A QVA^L
DOTOV . ESTA . CAPPELLA . PERA SI . E P^A =
FRANC.º BARRETO . DE LIMA . E PERA SVA
MAI . E . IRMÃA

Frei Luís de Sousa, ao descrever as cerimónias da trasladação do Cardeal dom João da Azambuja ⁽¹⁾, oculta bondosamente o motivo que levou as freiras do Salvador a collocarem-n'o no côro alto da igreja. Menos discreto, Antonio Caetano de Sousa ⁽²⁾ dá-nos a entender, indignado, todo o negocio.

Francisco Barreto de Lima, *do conselho de Sua Magestade e veador qve foi de sva caza*, procurando local condigno onde um dia descaçassem os restos mortais da sua importante pessoa, deitou as vistas para a capela mór do Salvador. Exgotada toda a sua influen-

⁽¹⁾ *Hist. de S. Domingos*, Liv. I, cap. VIII.

⁽²⁾ *Mem. Sepulchraes*, Ms. da Bibl. N.^{al} de Lisboa.

cia na côrte filipina e desesperando já convencer as renitentes madres, muda de tática e adopta a que então era quasi tão vulgar como hoje. Oferece-lhes dinheiro, propõe-lhes a compra da capela. E as ingratas senhoras lá carregam com os ossos do velho amigo de dom João I para um canto do côro de cima, «esquesendose de m.^{tas} couzas de que se poderão lembrar, q̃ tanto pode o interece» (1).

Oh! *birtuoso baron*, como ṽão distantes as horas incertas do apertado cêrco de Lisboa!

XIX

A · Q.¹ IAZ ·
D.^o LOPEZ ·
CALEMA ·

Diogo Lopes Salema. E' tão vago! Nem uma data. Se ao menos se soubesse a proveniencia desta lápide. *Diogo* era um nome vulgarissimo na familia. Diogo Fernandes Salema, Diogo Gonçalves Salema. Houve um Diogo Salema que morreu em Alcacer Kibir e era neto doutro do mesmo nome, outro Diogo Salema foi Desembargador dos Agravos. Tenho noticia duma D. Leonor Salema, casada com um Alvaro *Lopes Lobo*, mas só lhe sei dum filho e não era *Diogo*.

XX

.....
(FAL)ECEO EM 26 DE
NOVEMBRO DE 1635
E DE SVA MAI LIANOR
PIRES E DE SEVS FI
LHOS E HERDEIROS
1636

(1) D. A. C. de Sousa, *Memorias Sepulchraes*.

Nestas poucas linhas sente-se ainda a dôr de uma mãe, dessa desolada Leonor Pires, mandando fazer a cova para o filho querido que lhe morrêra e junto do qual queria mais tarde reunir os que o ficavam chorando.

XXI

ESTA CAZA CARNEIRO IAZIGOS E CAPPE
LLA SÃO DOS IRMÃOS ESCRAVOS DA CADEIA
COMO CONSTA DA ECRETTVRA FEI
TA COM O CONVENTO NAS NOTTAS DE
D.^{OS} DE BAIRROS EM IVNHO DE 1660

As notas do tabelião Domingos de Barros devem ter ficado reduzidas a cinzas no dia de Todos os Santos do anno de 1755 e irmandade dos Irmãos Escravos da Cadeia, confesso que não encontro.

Frei Apolinário da Conceição dá-nos a relação das irmandades, confrarias e comunidades que figuraram na procissão de Corpus Cristi nos annos de 1717 e 1742, mas não nos fala desta dos Escravos da Cadeia, que contratava com um convento em 1660. Refere-se efectivamente a tres irmandades da *Cadeia*, uma do convento de Jesus, outra do Carmo e ainda uma de Penha de França. Será alguma destas ?

XXII

S.

DE ANDRE VELHO FREIRE. CÔMENDA
DOR DE CHRISTO E DE DONA FELIPA
DE PAREDES LASSO SVA MOLHER. FVNDA
DORES DESTE COLLEGIO. 1663

Diz o erudito archeologo Snr. Gabriel Pereira, a paginas 779 do tomo XI do *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, que este collegio, fundado por André Velho Freire e por sua mulher, era o que os jesuitas tinham em Palhais e

onde ensinavam a lêr, escrever, latim, etc. Acrescenta que a casa ficára arruinada pelo terremoto de 1755. Assim deve ser, mas por mais que procurasse não consegui encontrar noticia de tal collegio em Palhais. Ali encontro sim, um pequeno convento, o de Nossa Senhora dos Prazeres, fundado em 1601, sufragâneo do da Arrábida, de onde os pobres frades tiveram que fugir para o da Verderena, proximo ao Barreiro, tão doentio era o sitio.

Noto, porem, que na mesma noticia se diz ter a lápide vindo de Setubal e aí tinham os padres um colégio, o de São Francisco Xavier, fundado oito ânos antes da morte de André Velho.

XXIII

A VIRGEM MARIA NOS
SA SENORÁ FOI
CONCEBIDA SEM
PECADO ORIGINAL

Inscrição esculpida numa pedra, cuja proveniencia, como a de tantas outras, se ignora.

XXIV

AQVI IAS MANOEL DA GAMA DE PA
DVA FIDALGO DA CAZA DE SVA ALTE
ZA E COMENDADOR DA COMENDA DE
SAM FRANCISCO DA PONTE DO SOR
DA ORDEM DE CRISTO FALECEO AOS
29 DE SETEMBRO DE 1679 TEM MISSA
COTIDIANNA NESTE CONVENTO
PELLA SVA ALMA E DE SVA MOLHER
DONNA IGNACIA DE SIQVEIRA QVE
TAMBEM AQVI ESTA SEPVLTADA E
FALEÇEO NO PRIMEIRO DE MAIO DE

1664

Este Manoel da Gama de Padua, viu-se em sérios embaraços para conseguir a sua comenda de São Francisco de Ponte de Sôr. Ao fazer as indispensaveis *provanças de sua pessoa*, averigua-se que o sangue não lhe corria nas veias tão puro como fazia crer. Sua mãe e um irmão seu tinham sido presos pelo Santo Officio e elle proprio havia chegado a sair em auto publico, levando uma vela na mão!

Era impossivel. Um hábito de Cristo! Cairia o Carmo e a Trindade. Pois o endemoninhado do homem, que era, ou pelo menos tinha sangue de judeu e com ele herdara a persistencia da sua raça, não desanimou e lá teve artes de conseguir não só a tão ambicionada mercê, mas esta sepultura em São Francisco da Cidade e até missa quotidiana, para não ficar no caldeiro de Pero Botelho, onde decerto caiu no dia 29 de Setembro de 1679.

XXV

A EXALTAÇÃO DE CHRISTO
DEDICADA ESTA CAPELLA AO
B. LVIS GONZAGA POR LVIS COR=
REA, QVE A COMPROV A ESTE
COLLEGIO P.^a SEV IAZIGO E DE=
TODOS OS DECENDENTES E SEAN
CENDENTES DE SEV PAI FER=
NÃO CORREA E SVA MAI BRANCA
DE PAZ IAZ NELLA SEV FILHO LV=
IS CORREA DE SOVZA Q̄ FALL.º A
21 DE ABRIL de 1665

A paginas 477, tomo XI do *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, enumerando-se os objectos que o director da Escola Politécnica cedêra ao museu da Associação, menciona-se «uma lapide com inscrição referente á compra que fez Luis Correia ao Collegio dos Nobres duma capela para seu jazigo e de seus descendentes».

O collegio a quem Luis Correia comprou a capela, que dedicou ao

Beato Luís Gonzaga, era o dos padres jesuitas, a Casa do Noviciado á Cotovia, e não já o Collegio dos Nobres, que só ali foi instituido por decreto de 7 de março de 1761.

A inscrição, diz Antonio Caetano de Sousa (1), estava na capela «em hũa pedra na parede da parte da Epistola».

Tratando do incêndio da igreja, refere-se o autor da *Lisboa Antiga* (2) a uns curiosos apontamentos de José Valentim de Freitas, então existentes na nossa biblioteca. Infelizmente creio que desapareceram.

XXVI

- 1) REINANDO EL REY D PEDRO 2 M^{OU} FAZER ESTE CORPO
- 2) DA GUARDA D NUNO ALUERS PR.^A PR^O DUQUE DO CADAVAL M^E
- 3) DE CAMPO G^{AL} JUNTO A PESSOA GOVERNANDO AS ARMAS DE
- 4) SETUBAL CASCAIS & PINIXE CAPP.^{AM} G.^{AL} DA CAVALLARIA DA
- 5) CORTE & ESTREMADURA COMSELHEIRO DE ESTADO & GERRA
- 6) ANNO DE 1699

Proveniente da antiga casa da guarda, hoje demolida, do Campo de Bomfim, em Setubal.

A propria inscrição dispensa qualquer esclarecimento.

XXVII

VICTOR . ÁGENTE . DO MAR
CANTE . A FAMA . E DE . LOVVOR
POIS . TEMPLO . TÃO . SVPERIOR

(1) *Mem. Sepulcrais*, Ms. da B. N. L.

(2) *O Bairro Alto de Lisboa*, vol. V pag. 41.

A DEVS . SOVBE . LEVANTAR
 TAMBEM . LHE DEVE . LOVVAR
 O ZELLO . AMOR . E CVIDADO
 COM QVE . EM TEMPO TÃO CANCADO
 DE LIBERAL . SENDO . EXEMPLO
 RESVSCITOV . ESTE . TEMPLO
 DO SENHOR . RESVSCITADO .

XXVIII

ESTE . TEMPLO ; QVE . AQVI . FES
 O ZELLO ; E A DEVOÇÃO
 POR SER . DA RESVRREIÇÃO
 RESVSCITOV . OVTRA . VES
 COM GASTO , E PRIMOR . CORTES,
 MARITIMOS . PRATICANTES
 O FIZERÃO . QVE . IA DE ANTES
 NOS TEMPLOS . DE DEOS . MAIORES
 FORÃO . PEDRA . OS PESCADORES,
 COLVNAS . OS NAVEGANTES

O terremoto de 1755, tão impropriamente conhecido por *terremoto de Lisboa*, fez sentir, com maior ou menor intensidade, os seus pavorosos efeitos por todo o Reino e mesmo fóra dêle. Cascais foi um dos lugares dos arredores lisbonenses que mais sofreu.

A igreja da Ressurreição de N. S. Jesus Cristo que, no dizer de Pinho Leal, era «um templo vasto e sumptuoso», ficou completamente arruinada. As pessoas devotas da terra, principalmente os marítimos, pensaram, como era natural, na sua reconstrução e, obtidas as necessarias licenças e os indispensaveis *cruzados*, meteram mãos á obra com tão grande *zello*, *amor e cvidado* como grande parece que era o projecto do novo edificio. Em breve, porem, succedeu o que sempre succede neste país de grandes entusiasmos que pouco duram: «a vastidão da obra fez esmorecer os devotos e ficou por concluir...» (1)

(1) Pinho Leal. *Port. Ant. e Mod.* Vol. II, pag. 154.

São dessa tentativa de reconstrução as duas inscrições que o verdadeiro zelo amor e cuidado do Rev. Monsenhor Alfredo Elviro dos Santos salvou duma perda quasi certa, fazendo-as recolher no museu da nossa Associação.

XXIX

INTE : ET : IN : SEMINE : TUO
IMPERIUM : MEVM

Quem até ha poucos ânos passasse pela rua da Escola Politécnica, via ainda, quasi em frente da actual entrada para o antigo picadeiro do Collegio dos Nobres, o vasto casarão que fôra dos morgados da Cotovia e onde, desde 1768, se achava instalada a Impressão Régia. Sobre a janela que ficava por cima do portão da entrada, na moderna rua da Imprensa Nacional, notava-se um escudo das armas nacionais, tendo em volta a legenda : *Inte : et : in : semine : tuo Imperium : mevm*. Pela recente demolição do velho palácio, que abrigara em 1638 o infeliz Infante dom Duarte, foi o escudo atirado para a cêrca de Jesus, onde esteve como coisa inutil até que, em 27 de julho de 1911, deu entrada no nosso museu.

XXX

R. G° D
SACA

Esta pequena inscrição está gravada num marco encontrado na quinta do Cabêço, aos Olivais. Lembra o nosso Ex.^{mo} Consócio Sr. Afonso de Dornelas, no seu trabalho *A Heraldica no Museu do Carmo*, (1) «que provavelmente quererá dizer: Reguengo de Sacavem».

(1) *Bol. da Ass. dos Arqueologos Portugueses*, tom. XIII, 5.^a série, n.º 4, a pag. 148.

XXXI

MARINHA
AZILO DE INVALIDOS
1.º DE JULHO DE 1844

Estava mal aquartelada a antiga Companhia dos Veteranos de Marinha. Uma parte dos homens ficava em Alcantara com o Batalhão Naval, outra parte tinha sido alojada no forte de São Paulo por falta de acomodação. Pensou-se então em a instalar em Val-de-Zebro, no antigo estabelecimento dos Fornos, e em 31 de agosto de 1843, publica-se um decreto em que, com o titulo de Azilo de Inválidos de Marinha, se lhe estabelece o novo quartel ao Sul do Tejo, que é inaugurado em 1 de Julho do anno seguinte, data a que se refere esta lápide (1).

Pouco depois, reconhecendo-se a impossibilidade de manter aí a habitação dos inválidos, dada a insuficiencia e as más condições daquelas casas, assenta-se na compra do visinho convento de Palhais, já então, desde março de 1839, na posse dum particular (2). Feita a avaliação e realisada a compra, por um conto e duzentos mil réis, o Conselho de Administração de Marinha tomou posse, em 12 de janeiro de 1846, do velho e abandonado edificio franciscano, que por certo tambem não satisfazia ás condições higiénicas exigidas para o fim a que o destinavam. Pelo menos parece que tinha sido essa a opinião dos seus antigos habitantes.

(1) *Anuaes Maritimos e Coloniaes*, 3.ª e 4.ª séries.

(2) Fôra comprado á Fazenda Nacional pelo negociante Pedro José do Nascimento que morava em Lisboa, ao Passeio Público.

A RESPEITO DA PRETENDIDA BASTARDA DE D. JOÃO VI

Uma das atribuições de que mais uso fazem as camaras municipais é a da mudança dos nomes das ruas e praças publicas, não alcançando sempre, apesár disso, a gratidão dos respectivos moradores. Na Idade Media e ainda em séculos posteriores, os proprios vizinhos se encarregavam das denominações e alterações a empregar sem que os homens honrados das veriações, occupados com os verdadeiros interesses dos povos, intervissem no assunto. As denominações eram simples e no seu emprego não imperava a lisonja. Tão pouco ninguem pensaria em empregar nomes exóticos como *Ivens*, *Manchester*, *Milton*, *Wilson* e outros tantos, que assombram o pobre municipe. As mais ou menos modernas denominações declamatórias como *Rua Béla da Rainha*, já desaparecida, *Augusta*, *Mártires da Pátria*, *Defensores de Chaves*, da *Républica*, *Heróis de Kionga*, *Heróis da Revolução*, *Leva da Morte*, não tem parceiros nas denominações primitivas da cidade de Lisboa.

A moral do caso é que as alterações deviam ser submetidas ao *referendum* dos habitantes do local atingido pela inovação, mas como isso não succede, só vale o protesto dos arqueólogos e entendidos em cousas antigas para obstar aos crismas. Foi o que succedeu com o nome da Junqueira, defendido pelo sr. Artur Lamas com o brio que o atentado merecia e secundado pela respectiva junta da freguesia.

Não é isto, porem, que me trás aqui.

A proposito da Junqueira desenvolveu-se uma curiosa investigação, feita pelos Drs. Lamas e Burnay, sobre uma pretendida bastarda de El Rei D. João VI e para a vida da qual venho lançar algumas aparas encontradas por acaso e que seria pena ficarem desaproveitadas nesta ocasião.

Apurou-se da referida investigação que, em 27 de maio de 1803⁽¹⁾, D. Eugenia José de Meneses, filha do 1.º Conde de Cavaleiros, do tronco dos marqueses de Marialva e dama da Princesa Regente, retirara-se de casa de seu irmão, o 2.º Conde de Cavaleiros, para ir em companhia do dr. João Francisco de Oliveira, medico da Real Camara, para Caxias, onde embarcaram em direcção a Cadiz.

Segundo a tradição o médico abandonou-a ali e a pobre dama da Casa Real teve de recolher-se a um convento de Tavira com uma filha nascida dessa união adúltera⁽²⁾.

Ora um documento encontrado no arquivo do Ministério do Reino dá-nos o rol das despesas feitas com D. Eugenia, sua filha e criadas, desde 1 de abril de 1804 até 24 de maio de 1805. Do officio remetido pelo consul de Cadiz que acompanha o rol, verifica-se que houve despesas com a foragida, pagas por ordem do Principe Regente, anteriores a 1 de abril de 1804 e que nesta data D. Eugenia se encontrava no convento das religiosas da Conceição do Puerto de Santa Maria, donde transitou para o convento das religiosas bernardas de Tavira, donde deveria ter saído em 1814 para outro em Portalegre, logar do seu falecimento em 21 de janeiro de 1818. A circumstancia de D. Eugenia ter residido em Puerto de Santa Maria com a filha era ignorada, pois supunha-se que esta nascera no convento de Tavira, local aliás muito estranho para casa de saude.

O nome de D. Eugénia figura na *Resenha* de Silveira Pinto e Sanches de Baena, mas sem a data do nascimento que teve logar em Minas Geraes.

Seu irmão D. Manuel de Meneses morreu de desastre no Rio de Janeiro, como se lê na noticia seguinte, relativa aos navios da esquadra portuguesa em que partiu a corte em 1807, acossada pelos franceses⁽³⁾.

(1) Esta data é tirada da sentença da condenação do médico, datada de 12 de Junho de 1804, publicada a p. 59 da *Arqueol. e Historia*, vol. I. e já impressa no tomo II da *Resenha das famílias titulares*.

(2) A desinteligência entre os moralistas católicos e os médicos é antiga. O Dr. Silva Carvalho publicou n' *A Medicina Contemporânea*, de 1921, varios episodios deste desacordo com o titulo *Medicina Alegre. Frades contra medicos*, em que ocupa lugar primacial José Agostinho de Macedo. Em 1858 publicou o P.º José de Sousa Amado: *Cautela com os medicos*, etc.

(3) Melo Moraes, *Hist. da trasladação da corte portuguesa para o Brasil*, Rio de Janeiro, 1872, p. 77.

«*Martim de Freitas*, chegada no dia 20 do mesmo mês, commandada pelo capitão de mar e guerra D. Manoel de Meneses, irmão do conde de Cavalleiros. Este commandante na noite de sabbado, 30 de Janeiro, descendo da náó *Rainha de Portugal*, para o escaler escorregou, e cahio ao mar, não sendo possivel salva-lo, e depois de dias, apparecendo o seu cadaver, foi sepultado com todas as honras ao seu posto, na igreja da Misericordia».

O dr. João Francisco de Oliveira era natural da Madeira, onde nascera em 1761, tendo, portanto, á data da aventura, 42 anos, idade pouco apropriada para semelhantes lances.

Poucos dias depois do rapto, a 2 de junho de 1803, foi assinado um alvará pelo Principe Regente, mandando riscar D. Eugenia do titulo de dama e reduzindo-a á classe de infima plebe (1); e no mesmo dia se assinou uma ordem regia contra o atrevido medico, a qual não conheço.

O acórdam da Relação de 12 de junho de 1804 condenou o médico palatino á forca, pena que o não impediu de falecer em Lisboa a 24 de dezembro de 1829, havendo legitimado em 12 de novembro de 1822 a filha de D. Eugénia.

Esta senhora, pretensa neta de D. João VI, casou com Guilherme Smith, de quem teve uma filha única falecida sem geração, por via da qual o referido Smith herdou os bens da casa do médico Oliveira e dos filhos deste, um dos quais foi Conde de Tojal. A fabrica de papel da Abelheira entrou por esta forma na posse da familia Smith, considerada como aparentada com a familia real inglesa (2).

Sempre nos Paços Reaes os médicos foram tidos em alta conta e nos últimos tempos do regimen absoluto e no constitucionalismo, quando os senhores das terras perderam a jurisdicção, varios fisicos e cirurgiões palatinos foram elevados á baronia, como succedeu com os barões de Almeida (3), Alvaiázere, Queluz, Sande, Silveira, etc..

João Francisco de Oliveira não teve essa qualidade, mas um seu filho foi agraciado com o titulo de Conde do Tojal e, apesar da vida aventureira do pae, recebeu educação primorosa e desfrutou fortuna avultada.

(1) Vai adiante publicado.

(2) Vid. Pinho Leal, *Port. Antigo e Moderno*, vol. I.

(3) Inoc. *Dicc.* II, 400.

Pode calcular-se que se a corte de Portugal protegeu amplamente a dama desgarrada, não menos generosa se haveria com o sedutor, o qual foi perdoado em 15 de abril de 1820 (1), mercê que parece ter ficado desconhecida dos contemporâneos dos sucessos.

D. João VI nomeou-o, em 1821, encarregado dos negócios em Londres e a essa nomeação se deve a curiosa polémica adeante publicada. Deixando liquidar entre os dois periódicos a questão da idoneidade do raptor de D. Eugénia para o cargo diplomatico, é curioso neste logar transcrever o pregão lançado pelos cegos de Lisboa oferecendo ao publico a venda da sentença:

«Ora o novo Decreto contra D. Eugenia que foi dama do paço pelo abjecto crime de fuga com João Francisco o fisico... o fisico!!

Devia ter sido um escândalo assombroso.

E baixo, mesmo muito baixo, se diria que o verdadeiro raptor era o Principe Regente...

A linha directa do Dr. João Francisco de Oliveira extinguiu se, mas a descêndencia de um seu irmão ainda continua ostentando o titulo de Visconde do Tojal.

Aqui está tudo quanto me sugeriu a curiosa investigação dos Drs. Burnay e Lamas, em que me atrevi tambem entrar.

Pedro de Azevedo.

I

Illx.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

O Consul Geral da nossa Nação em Cadiz, Henrique Ribeiro Neves, me dirigio com officio de 25 de Junho as contas de differentes Despezas que devem mandar-se satisfazer por esta Repartição; e entre ellas se comprehende a da despeza que se fez com a Senhora D. Eugenia, desde o 1.^o de Abril do anno passado até 24 de Maio do corrente anno, a qual conta tenho a honra de remetter a V. Ex.^a inclusa, e rogo a V. Ex.^a queira receber as Reaes Ordens do Principe Regente Nosso Senhor sobre o modo porque sua Alteza Real quer que se faça este pagamento; devendo eu dizer a V. Ex.^a, que posto fossem os anteriores da mesma natureza mandados satisfazer por esta Repartição, não ha comtudo Ordem positiva, nem

(1) *Resenha das Familias titulares*, II, p. 673.

declaração alguma que designe a quantia com que mensalmente se manda soccorrer aquella Senhora, ainda que da referida Conta se collige que o Consul lhe tem prestado a Mezada de 2 400 Reales vellon. Espero pois que V. Ex.^a se sirva communicar-me a Deliberação de Sua Alteza Real sobre esta materia, afim de fazer dar cumprimento ás suas Reaes Ordens.

Approveito a presente oportunidade para repetir a V. Ex.^a os protestos de affectuoso respeito e consideração com que tenho a honra de ser = De V. Ex.^a = Fiel Amigo e Criado Obrigadissimo. = *Antonio de Araujo Azevedo*

Belem em 6 de Julho de 1805— Illx.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Conde de Villa-Verde.

N.º 4

Conta das despezas com a Senhora D. Eugenia José de Menezes, sua filha, e criadas, recolhida no Convento das Religiozas da Conceição do Porto de Santa Maria; feitas por ordem de Sua Alteza Real, communicada pelos Ex.^{mos} Senhores Antonio de Araujo de Azevedo, e Conde de Villa Verde a Henrique Ribeiro Neves Consul Geral de Cadiz; desde o primeiro d'Abril de 1804, até o seu embarque para o Convento das Religiozas Bernardas de Tavira que foy em 24 de Mayo 1805, conforme as Reaes Ordens —

1804	Abril 1	Importe de varias couzas compradas para a menina	Reales	145
»	1	Libra de chá perola.....	»	80
»	2	Ditas caffè muido.....	»	20
»	7	Despezas feitas pelo Vice-Consul para hir ao Porto de Santa Maria.....	»	96
		Seguro de hũa carta remetida á Corte, com as contas antecedentes.....	»	28
		Importe de hũa conta de gastos menores feitos no Convento.....	»	338
»	30	Mezada neste mez.....	»	2.400
Mayo	31	Idem como assima.....	»	2.400
»		Importe de hũa conta de gastos menores, feitos no Convento.....	»	313
Junho	30	Idem, como assima.....	»	328
»		Mezada neste mez.....	»	2.400
Julho	31	Idem, como assima.....	»	2.400
»		Importe de hũa conta de gastos menores, feitos no Convento.....	»	236
Agosto	31	Idem, como assima.....	»	305
»		Mezada neste mez.....	»	2.400
»	3	libras de chá perola, comprado em Cadiz a 75	»	225
»	4	Ditas — Caffé muido de levante.....	» 20	80
»	1	Lata de folha de Flandres, para o mesmo.....	»	10
»	1	Bul Inglez, de terra preta.....	»	35

Agosto 2	Pessas de Bretanha fina (digo 3 varas)....	a 14	»	42
»	13 1/2 Varas de cacerilho.....	» 6 1/2	»	88
»	17 Ditas de Estopa, para rodilhas.....	» 6	»	102
»	18 Ditas de Brin.....	» 10	»	180
»	6 Varas de Grega para lavar cazas.....	» 8	»	48
»	19 Ditas de paninho, para vestido.....	» 30	»	570
»	12 pares de meyas de Algodão.....	» 40	»	480
»	12 Varas de Esguião.....	» 20	»	240
»	Custo de hũa porta de vidros, ferrage e pintura para hum janella		»	147
»	Para hum repartimento que se fez novo na cozinha que se servia a Senhora.....		»	135
»	A hum homem que conduzio tudo isto e gratificação aos guardas.....		»	166
Setembro 30	Mezada neste mez.....		»	2.400
»	Importe de hũa conta de gastos menores feitos no Convento.....		»	445
Outubro 31	Mezada neste mez.....		»	2.400
»	Importe de hũa conta de gastos menores feitos no Convento.. ..		»	122
Novembro 30	Mezada neste mez com aumento de 30 % para despesas menores.....		»	3.000
Dezembro 31	Idem, como assima.....		»	3.000
1805 Janeiro 31	Idem.....		»	3.000
Fevereiro 28	Idem.....		»	3.000
Março 31	Idem.....		»	3.000
Abril 30	Idem.....		»	3.000
Mayo 31	Idem.....		»	3.000
»	Despezas para hir de S. Lucar ao Porto de S. ta Maria em 4 corrente a determinar a viagem para Tavira		»	160
»	Ditas por outra vez que fuy de Cadiz para o mesmo effeito.....		»	240
»	Ditas no dia 24 dito em que se embarcou para Tavira.....		»	160
»	Custo do Rancho, para a viagem, gallinhas, carne, vinho, pão etc.....		»	328
»	Entreguei á Senhora para pagar varias cousas no Convento.....		»	450
»	Condução dos moveis, para bordo do Hiate que foy a Tavira.....		»	85
»	Frete dos moveis, passage da Senhora, da menina, e sua ama, que paguei ao Manuel Elias José Pereira, do Hiate Portuguez nominado Senhor dos Passos. Patacas 60.....		»	1.200

Maço Gratificação a Christovão José da Silva que foy acompanhar a Senhora	»	600
» Importe de varias cousas, assucar, chá etc. que comprei para levar á senhora quando foy para Tavira.....	»	1.560
» Despeza de Christovão José da Silva para voltar de Tavira a esta por mar e terra.....	»	1.860
» Despeza que fez o Padre Vigario do Convento do Porto de Santa Maria em hũa junta de Medicos, quando a Senhora esteve enferma, a quem satisfiz e hum anno do Convento.....	»	990
» Despeza que fez o Vice-Consul para hir ao Porto de Santa Maria.....		86
Em effectivo metalico — Riales —		<u>50.553</u>

» Fazem Patacas, 2527»13 Riales — » que a reales 815 por Pataca. ... São	rs.	2.060.039
Junho 4 » .. » 122»14»3» quartos, que lhe mandei entregar em Tavira por Agostinho Pereira da Silva para suas despezas naquelle Convento a reales 815		<u>100.00</u>
Total, 2650»7»3 Patacas de Hespanha.	rs.	<u>2.160.039</u>

Que tanto tenho sacado hoje em hũa Letra de Cambio a 30 dias vista, a ordem de Jeronimo Ribeiro Neves, & C.^a sobre o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. D. Luis de Vasconcellos, e Souza Presidente do Real Erario: Cadiz, 25 de Junho de 1805

S. o E., e Omiçoens
Henrique Ribeiro Neves (1)

II

CORRESPONDENCIA

Snr. Redactor

Neste momento principiando a ler o Diario do Governo N.º 266, e encarando a Lista dos Nomeados, Encarregados para as differentes Potencias Estrangeiras,

(1) Torre do Tombo, *Arquivo do Ministerio do Reino*, maço 355.

qual não foi a admiração, e surpreza que me causou ver o Nome de João Francisco d'Oliveira para Encarregado dos Negocios em Londres ! Hum Medico para Encarregado de Negocios !!!

Hum Medico, e para Londres !!!

Hum Medico que se atrevo a fugir com D. Eugenia filha do Conde de Valleiros, Prima do Marquez de Mørialva, e Dama do Paço !!!

Hum Medico, que alem d'atraiçoar a Casa de Sua Magestade, dè que era Creado, foi a causa d'apparecer huma Sentença a mais infamante para huma familia, cuja Sentença em Portugal, só tem alguma analogia com a da infeliz D. Ignez de Castro !

Hum Medico que depois de conduzir a victima a Cadiz a desampara e abandona, fugindo para esse azilo Americano Inglez, donde na minha opinião não poderia, nem deveria ser Encarregado de Negocios.

Hum Medico, finalmente, que atraiçou a Casa d'El-Rei, não poderá tambem atraiçoar os interesses da Nação Portugueza ?... Ah ! Snr. Redactor, acuda-me : acudão-me todos os Periodistas, quando não endoideço ; e o mesmo hade acontecer a muita gente. Que desgraça ! mizero Portugal !... Já não tens para lugares de Diplomacia em Londres senão hum Medico!!! ah! Snr. Redactor, parece-me estar ouvindo alguém que me diz ; como he tollo o author da Carta !...

Pois Snr, Redactor, paciencia he muito Seu Venerador

Um pobre de Juiço.

Alfama 9 de Novembro de 1821.

O Author da Carta, deve ficar na certeza de que esta Nomeação he feita por acinte ; e por isso de nada se deve admirar. Quando no principio vimos as listas particulares não démos credito nenhum a ellas, por vermos alli que quasi todos os Nomeados, nenhum tinha feito na prezente cauza, serviço algum á Nação : (he verdade que como ainda não ha benemeritos do dia 15, não podia conhecer-se onde existião os merecedores destes lugares ! ! !) porque a persuadirmo-nos de tal tambem procurariamos hum padrinho Grande para o Excellentíssimo Snr. Secretario dos Negocios Estrangeiros, e quereríamos tambem (visto fallarmos hum bocadinho Estrangeiro) ser encarregado &c. ah ! meu amigo, V. m. ainda não está calvo. Nós que de noute e de dia, estamos desconfiados deste Mundo (ou mais depressa de seus habitadores) temos tirado em resultado que os Sacerdotes sim são outros, porem as Aras em que se apresentam as victimas são as mesmas ! = Portugal he como hum páo tortuoso que por mais que o escanhoem, e aplainem, nunca hade ser direito. Oxala que não se verifique aqui a historia daquelle espirito que tanto quiz aperfeiçoar athé que por fim ficou sem nada ! desenganem-se que ainda não vai desta. (1)

(1) *Campeão Lisbonense* de 13 de Novembro de 1821, n.º 8.

III

O nome que se crisma o A da carta, he e não nos enganamos, a unica coisa que aqui encontramos fundada na justiça e na verdade.

Hum Medico para Encarregado de Negocios ! ! ! ! !

Ao ver estes cinco pontos de admiração podemos concluir, sem offensa do A da Carta, que elle faz muito pouco apreço de huma das mais uteis, e mais brilhantes profissões a que os homens se podem applicar, e que no seu conceito hum homem que professa a Medicina, está na mesma esteira, que hum mariolla, ou hum jogador de bilhar. Bem differente pensar tinham os antigos a este respeito : basta recordar para prova disto, o culto religioso, consagrado a esse primeiro homem que se deu á arte de conservar os dias dos seus semelhantes. Sem sahirnos da nossa propria terra, achamos o grande apreço que dos Medicos se fazia nessa época tão brilhante da nossa historia, no reinado do Snr. D. João I., que tanto nos seus arranjos do Erario ; como nos trabalhos nauticos, que então começavão a luzir entre nós ; se servio dos prestimos, e conhecimentos do Fysico José, e seus companheiros, com os quaes aquelle venturoso Rei muito privava.

A decadencia dos bons estudos em Portugal, e os progressos da orgulhosa Fidalguia, fizerão lançar por muito tempo algum deslustre sobre a Medicina, e os Lentes de Leis, e Canones da Universidade de Coimbra, ainda não encarão de muito bom grado os de Medicina, a quem reputão como irmãos bastardos, em quanto o Snr. D. José de saudosa memoria, lhes concedia os mesmos foros, e privilegios, em quanto o desterrado Dr. Sanches (depois de figurar, quanto he possivel, na capital da Russia) recebia em Pariz, e no seu modesto alvergue, as visitas do Imperador Paulo I.

Hum Medico Encarregado de Negocios ! ! ! E por que não ! As bases da Constituição, artigo 13, declarão que todos os Cidadãos podem ser admitidos aos cargos públicos, sem outra distincção, que não seja a dos seus talentos, e das suas virtudes. Ora se o Medico João Francisco, he Cidadão Portuguez, se elle tem idoneidade para o emprego para que foi nomeado, aonde está ahí a causa de tanta admiração ?

Não conhecendo, nem ainda de vista, o dito Encarregado, nós só podemos ajuizar da sua capacidade, por meios indirectos, de comparação, e pelo que temos ouvido a quem d'elle nos tem fallado.

O Dr. J. Francisco, he formado em Medicina na Universidade de Coimbra, e depois da reforma. Pelos Estatutos da Universidade, os estudantes de tal faculdade são obrigados a frequentar as faculdades de Mathematica, e Filosofia, de que fazem actos publicos, e todos nós sabemos que os Avisos, as cartas d'empenho, e os respeitos Desembargatorios, não foram jamais acolhidos por a Faculdade de Medicina, que no meio da mais escandalosa relaxação, conservou o rigor dos Estatutos, e facil cousa he conjecturar que número de sollidas e uteis ideias se não adquirem com taes materias. Ora tendo o Dr. João Francisco, passado, e com créditos, por esta fieira, e continuando depois a ler, e a observar por largos annos a marcha dos negocios, quem, perguntamos nós, será mais apto para Encarregado dos Negocios, elle, ou D. Rodrigo, que foi hum *Petrus in cunctis, et nihil in omnibus* ? Elle, ou o Visconde de Balsemão que até escrevia Pinto com p. pequeno.

Entretanto, o 1.º foi Ministro em Turim, e o 2.º em Londres: para que parte se inclinará o fiel da balança? Consistirá a difficuldade em não ser Fidalgo? Esse tempo já lá vai. Fidalgos erão os que por lá estavão, e fizerão o que nós todos sabemos: atraioçavão a Pátria, e consequentemente o Rei.

Hum Medico que se atrevo a fugir com D. Eugenia, filha do Conde de Cavalheiros, Prima do Marquez de Marialva, e Dama do Paço!!!

Oh rara maravilha! Oh cousa nunca vista! Não terá esse infeliz Doutor João Franciaco figura humana? Será acaso algum ente monstruoso? Dizem-nos que he homem sem defeitos, e até bem apessoado, e então não poderia merecer os ternos agrados de uma senhora, ainda que da ordem das fidalgas? São estas por ventura tão infelizes que desconheçam a mais doce das paixões humanas? Não sabe o A da Carta que a morte, e o amor igualão as condições? Para que tanto rigor em julgar huma fragilidade, que quando verdadeira fosse, nada pode influir nos talentos, e sagacidade de hum Negociador Politico!!! Porque David se deixou seduzir pelas bellas fórmas de Betazabeth, e porque cedendo á tentação criminosa, cometeo hum adulterio com ella, perdeo por isso as boas qualidades, que tinha para governar os seus Póvos? Nós não devemos adiantar mais huma expressão sobre esta parte da importantissima Carta: convem lançar hum veo sobre tudo, e só lembramos a seu A. que se tivesse estado no Convento de T... em certo tempo, e observado algumas cousas, a ter juizo, não cahiria em tomar a nuvem por Juno.

O que nós achamos de mais singular, he que havendo tanto que censurar nesse laborioso parto de S. Ex.^a, o Ministro dos Negocios Extranjeiros, o A da Carta só se lembrasse de clamar contra o Encarregado em Londres, e não contra o seu primeiro Addido J. F. Thomaz: Contra o Encarregado da Russia; e contra muitos outros.

Nós estamos bem longe de cahir na censura do A da Carta, reprovando a nomeação do 1.º, só porque é da classe do Commercio, Commerciante era o Embaixador Inglez em Constantinopla, a quem Mr. de Voltaire dedicou a Tragedia Zaire, mas era hum homem tal que o seu Governo (que não escolhe tolos) achou digno de se lhe confiarem os interesses da Nação. Se aquelle 1.º Addido tivesse tido huma educação que o collocasse ao facto do nosso Direito Público, do Direito Público da Europa, formado pelos immensos Tratados; se elle tivesse qualquer claro conhecimento dos nossos interesses; do modo de os fazer adiantar, e promover em huma Corte, onde existem muitos dos maiores Politicos da Europa, então nós não teriamos outra cousa a fazer, mais que louvar huma tal nomeação; quando porem, todos aquelles attributos falhão, que devemos nós fazer, senão dizer mal, na frase da gosmenta Comadre? Esta nomeação torna-se mais escandalosa, quando nos recordamos, que para á França foi nomeado no mesmo logar hum homem tal como Mascarenhas Neto. A razão disto he bem patente: se J. F. Thomaz não fosse Irmão do Illustre Deputado deste nome, havia de ser nomeado I. Addido da Corte de Londres, no mesmo dia em que nós fossemos feito Bispo. Estamos bem longe de fazer injuria ao Illustre Deputado, imaginando que elle enteviera em tal nomeação: estamos porém muito certos que isto lhe não faz muita honra na opinião pública.

A outra nomeação que encheo as medidas do escandalo, foi a do Encarregado na Russia. Conhecemos o homem do nosso tempo de Coimbra, onde unicamente

se fez conhecido pelas suas cortezas, pelo Adeoszinho, e pela aturada companhia com o Thomaz Pastel. Vexado pelo Demonio da Diplomacia, em 1820 surrabou indignamente o Conde de Palmella, para obter huma enviatura, mas eclipsado este Planeta, e apparecendo lá do Norte outro mais brilhante, voltou as suas adorações para elle, á maneira do Gyra-sol : deo-lhe confortações nos tormentosos dias de Novembro de 1820, e em paga disso, apparece agora Encarregado, e para onde ? Para Petersburgo, onde existe o homem, que empunha a grande alavanca, e que será talvez em breves annos, o arbitro dos destinos da Europa, pelo Egoismo do Gabinete Inglez, e pela estúpida raiva, que os Ultras da França tem ás ideas liberaes. Sem os conhecimentos precisos : sem experiencia dos negocios ; sem hum nome que o acredite, que papel não irá fazer ? Que excellente panno de amostra para alli não mandamos ?

Sabemos que a familia de S. Senhoria, não está muito satisfeita, porque conhecendo os espinhos da estrada, estimaria que ficasse na Dinamarca, onde teria por I. Addido o nosso amigo Chaves, em vez do outro que nem exame de Logica chegou a fazer, se a nossa memoria nos não engana.

Muito se poderia dizer acerca deste parto, que á excepção de quatro fetos organisados, só nos apresentou molas sem feitio, mas o tempo urge, e concluiremos dizendo, que nestes tempos regenerados he muito feliz quem dá os seus jantares, atira a sua pedrada, e descança tranquillo á sombra protectora d'algum Guião Constitucional (4).

IV

Sr. Redactor.

Tenha paciencia. Eu bem não queria importuná-lo, porem como v. m. he tão prompto em inserir as Correspondencias, sem que para isso seja preciso dar-lhe algum dinheiro, por isso novamente o incommodo, a fim de me obzequiar, dignando-se inserir a minha resposta a o Dignissimo Defensor dos talentos e Virtudes !!! de João Francisco d'Oliveira. V. m. está certo em huma Carta que lhe dirigi no dia 9 do corrente, e que tão promptamente inserio no seu Campeão N.º 8 ? Pois essa Carta vem transcripta fielmente no Astro da Lusitania N.º 295 com huma meia analize, porque a outra... passou seu analizador por ella como gato por brazas. Não sabe, Sr. Redactor, qual foi o prazer que tive, quando vi que a minha pobreza de juizo tinha merecido huma attenção tal, que seu analizador se dignou em occupar meia folha de papel para me responder, porem tambem não sabe qual foi o meu desgosto, quando verdadeiramente conheci que o Author d'Analize, apesar do seu desenvolvimento, me não satisfez ; porque aqui para nós, não respondeu. Diz o Sr. Analizador que a unica couza que encontra na minha Carta fundada na justiça, e na verdade, he eu ser hum pobre de juizo. Não me escandalizo de me conhecer, e como tal me appellidar com o mesmo nome com què me chrismei; porem o que me chocou seriamente foi o chamar-me mentirozo ! Ora pois, o caso he muito serio, e por tanto he preciso que se conheça, que o pobre de juizo, não

(4) *Astro da Lusitania*, 17 de Novembro de 1821, n. 295.

mentio quando escreveo. Eu estou muito bem certo no acontecimento de 1803. Este não he muito remoto, apenas distão 18 para 19 annos, e os Habitantes de Lisboa não me deixarião mentir (ainda que eu quizesse) elles virão, e ouvirão os Cegos apregoando, e gargateando pelas ruas da Cidade da maneira seguinte.

Ora o novo Decreto — contra D. Eugenia — que foi Dama do Paço pelo abjecto crime de fuga com João Francisco o Fyzico, o Fyzico !!

He isto verdade, ou não ? serão os Lisbonenses testemunhas do que digo ?

Sr. Redactor, eu quizera poupar a lembrança de huma magoa, que necessariamente se renova com a presença de hum Documento, que jamais appareceria no Publico, se mysteriozamente não tivesse apparecido J. F. d'O. Bem quizera poupar hum desgosto a essas familias a quem a infeliz D. Eugenia pertencia. Porem como o A d'anallise a unica coiza que encontra fundada na verdade, he eu não ter juizo, eu lhe peço queira inserir o seguinte Documento, aliás tão respeitavel, e tão verdadeiro, para que o Publico conheça que aquelle mesmo homem que em 1803 praticou crime, em 1821 recebe a generosa recompensa de ser nomeado Encarregado de Negocios para Londres.

Eu o Principe Regente. Faço saber aos que este Alvará virem : Que tendo-se verificado na Minha Real Presença, que D. Eugenia José de Menezes, Dama da Princeza, Minha sobre todas Muito Amada e Prezada Mulher, esquecida inteiramente da Honra e Decencia do Paço, de si mesma, e d'aquelles de quem vem, se precipitára no crime torpe, e abjecto de fugir com hum Medico ; offendendo assim o respeito e decóro do mesmo Paço, e injuriando a l'amilia, e Casa em que nasceo com tanta infamia propria, como escandalo geral : E sendo indispensavel não só zelar o Respeito devido á Casa Real, e a honestidade e louvavel procedimento da familia della, especialmente daquellas Criadas, que pela sua qualidade e representação devem servir de exemplo na pureza dos costumes, e gravidade de todas as suas acções ; mas tambem conservar illésa a memória, e nobreza das Familias illustres, que não pode ser representada por pessoas indignas ; as quaes envilecendo por factos torpes, abjectos, e escandalosos a distincção com que nascerão, se desherdão por elles da grande representação dos seus maiores, e das prerogativas, e privilegios, que os mesmos lhes transmittirão por virtudes assignaladas, feitos heroicos, e sacrificios gloriosos : Sou Servido Mandar, que a Dita Dona Eugenia seja riscada do Tirulo de Dama, privada de todas as Mercês, e Honras e excluida da Successão dos Bens da Coroa, e Ordens, a que tenha ou possa ter algum Direito . E outrosim Ordeno, que seja degredada da Familia, e Casa, em que nasceo, e de que ficará estranha por si, e seus descendentes, se os tiver, para todos os actos de Feito, e de Direito, sem poder succeder em heranças *ab intestato*, nem em vinculos, e prazos familiares, como se houvesse nascido da infima plebe, extinctos todos os direitos do sangue. Pelo que : Mando á Meza do Desembargo do Paço, que sendo-lhe apresentado este Alvará, depois de passar pela Chancellaria, o faça cumprir, e executar com as Ordens necessarias, sem embargo de quaesquer Leis, Instituições, Investiduras, e mais Disposições em contrario, que todas Hei por derogadas para este effeito sómente, como se dellas fizesse espe-

cial menção, não obstante a Ordenação, que dispõe o contrario, pois assim he Minha Vontade, e o Determino definitivamente de Meu Motu Proprio, Certa Sciencia, Poder Pleno e Supremo, para que mais não possa vir em dúvida em Juizo, ou fóra delle. E o mesmo observará o Meu Mordomo Mór, pela parte que lhe toca. Dado no Palacio de Queluz em 2 de Junho de 1803. = *Principe* = *Visconde de Balsemão*.

Alvará, porque Vossa Alteza Real Ha por bem Mandar riscar a Dona Eugenia José de Menezes, do Titulo de Dama, privalla de todas as Mercês e Honras, e degradalla da familia, e Casa em que nasceo, como se houvesse nascido da infima plebe, na forma acima declarada.

Para Vossa Alteza Real ver.

Gaspar Feliciano de Moraes o fez.

Foi publicado este Alvará na Chancellaria Mór da Corte e Reino. Lisboa 11 de Junho de 1803. = *Jeronimo José Correa de Moura*.

Registado na Chancellaria Mór da Corte e Reino no Livro das Leis a fol. 51. Lisboa, 11 de Junho de 1803 = *Manuel Antonio Pereira da Silva*.

Será este o Medico de quem falla o Documento? será isto verdade ou não? Haverá por esse Mundo algum Medico, que diga; fui eu, e não João Francisco? Hade ser bem tarde.

«Ao ver estes cinco pontos d'admiração podemos concluir, sem offensa do A da Carta, que elle faz muito pouco apreço de huma das mais uteis, e mais brilhantes profissões a que os homens se podem applicar, e que no seu conceito hum homem que professa a Medicina, está na mesma esteira, que um mariolla, ou hum jogador de bilhar. Bem diferente pensar tinham os antigos a este respeito: basta recordar, para prova disto, o culto religioso, consagrado a esse primeiro homem que se deu á arte de conservar os dias dos seus semelhantes. Sem sahirnos da nossa propria terra, achamos o grande apreço que dos Médicos se fazia nessa epoca tão brilhante da nossa historia, no Reinado do Sr. D. João I, que tanto nos seus arranjos do Erario, como nos trabalhos nauticos, que então começavam a luzir entre nós, se servio dos prestimos, e conhecimento do Fysico José, e seus companheiros, com os quaes aquelle venturoso Rei muito privava.»

Respondo—Eu não faço pouco apreço da profissão Medica nem tão pouco disse que aquelle que professa a Medicina he hum mariolla &c. Não fuja, Sr. Analizador; não fuja: ande para alli. Eu não ataco Classes como V. m.: eu só o que lhe digo agora he; quando hum Medico se comporta como esse Medico que fugio com D. Eugenia, então será tudo isso que V. m. diz, e mais alguma coisa, e selo-ha todo e qualquer homem que tiver o mesmo procedimento... Para lhe provar que eu não ataco Classes, lembre-se que eu sei que lá vai para a America Ingleza Francisco Solano Constancio. Não he este hum Medico? he sim Sr.; porem he hum Medico de talentos, de magnifica conducta, e que tem feito serviços á sua Patria, antes, e depois da nossa Regeneração: os seus escriptos tem sido de muita

utilidade para os Portuguezes, e por consequencia a Nação deve recompensar hum Cidadão tão benemerito. Não digo que a recompensa devesse ser esta porque não sei que a Diplomacia, e a Medicina, sejam corpos homogeneos. Em fim poderá ser que hoje... haja entre estes dois corpos muitas relações... Porem J. F. d'O. se tem feitos serviços he a si, nada concorreo para a nossa Regeneração, nem antes, nem depois, (que eu saiba) e tem huma sentença sobre o espinhaço. O exemplo do Sr. D. João I para com o Fyzico José, nada prova : porque se o Fyzico José tivesse tido a conducta do Fyzico João, talvez aquelle Rei não se utilisasse dos prestimos, e conhecimentos daquelle Medico, com o qual muito se privava.

«A decadencia dos bons estudos em Portugal e os progressos da orgulhosa Fidalguia, fiserão lançar por muito tempo algum deslustre sobre a Medicina, e os Lentes de Leis, e Canones da Universidade de Coimbra, ainda não encarão de muito bom grado os de Medecina, a quem reputão como irmãos bastardos, em quanto o Sr. D. José, de saudosa memoria, lhes concedia os mesmos foros, e privilegios ; em quanto o desterrado Dr. Sanches (depois de figurar, quanto he possivel, na Capital da Russia) recebia em Pariz, e no seu modesto alvergue, as visitas do Imperador Paulo I.»

Respondo — Não ataque Classes... Olhe os Jurados... lembre-se que o pobre de Juizo não consentirá jamais, que ninguem ataque Corporação alguma, porque qualquer que ella seja, he sempre respeitavel pelo seu todo : a Nação não o quer supportar a hum Deputado de Cortes quando este se excede no calor de huma discussão, e ha de querer supporta-lo a V. m. ? Quanto ao Doutor Sanches nada prova : porque se aquelle Doutor tivesse atraído Paulo I, se o tivesse offendido como o Fyzico João fez ao Sr. Rei D. João VI, he muito natural que o não honrasse com as suas vizitas. Alem disso Sr. Analizador, v. m. tem visto muito pouco : se tivesse viajado pelas principaes Cortes da Europa veria como os Monarcas costumão honrar os seus subditos, ainda mesmo sem terem os talentos do Doutor Sanches.

«Hum Medico Encarregado de Negocios !!! E porque não ! As Bases da Constituição, artigo 13, declarão que todos os Cidadãos podem ser admittidos aos cargos publicos, sem outra distincção, que não seja a dos seus talentos, e das suas virtudes. Ora se o Medico João Francisco, he Cidadão Portuguez, se elle tem idoneidade para o emprego para que foi nomeado, aonde está ahi a causa de tanta admiração !»

Respondo — Hum Medico simplesmente como Medico não tem certa consideração que he necessaria para rezedir como Representante da Nação Portugueza, junto a huma Corte como a de Londres, que tem outro esplendor que não tem huma Republica. He preciso medirmos bem os principios para alcançarmos os fins. He necessario que se tenha certa consideração com os Gabinetes, porque em fim he preciso, e he isto tão evidente que por este principio talvez houvesse quem lembrasse a El-Rei, que se deveria dar a J. F. d'O. a Carta de Concelho, e fazello Comendador. E porque he isto ? para naquella Corte ter outra representação para ter huma Senhoria, e para o appellidarem Comendador Oliveira.

Quanto ao artigo 13 das Bases da Constituição, direi. Este sagrado artigo diz talentos e virtudes. Eu não nego, que J. F. tenha talentos, porem virtudes !...

diga o Sr. Analizador quaes ellas são porque eu respondo com o Documento que apresento. A virtude nunca andou a par do crime. J. F. d'O. he aquelle Medico de quem falla este Documento, logo he hum criminozo; portanto não he Cidadão Portuguez; eis o motivo por que tanta sensação tem feito no Publico a sua nomeação, por lhe faltar hum dos principaes quezitos que o artigo 13 recomenda.

«Não conhecendo, nem ainda de vista, o dito Encarregado, nós só podemos ajuizar da sua capacidade, por meios indirectos, de comparação, e pelo que temos ouvido a quem delle nos tem fallado.»

Respondo — Não o conhece, e só ajuizã da sua capacidade por meios indirectos, e pelo que tem ouvido aquem delle lhe tem fallado? Então nesse caso Sr. Analizador seja mais imparcial; consulte primeiro a opinião publica, e não a particular de alguns individuos que ao ouvido lhe tem fallado...

O Dr J. Francisco, he formado em Medicina na Universidade, de Coimbra, e depois da reforma Pelos Estatutos da Universidade, os estudantes de tal faculdade são obrigados a frequentar as faculdades de Mathematica, e Filosofia, de que fazem actos publicos, e todos nós sabemos que os avisos, as cartas d'empenho, e os respeitos Desembargatorios, não forão jamais acolhidos por a Faculdade de Medecina, que no meio da mais escandalosa relaxação, conservou o rigor dos Estatutos, e facil cousa he conjecturar que numero de solidas, e uteis ideas se não adquirem com taes materias. Ora tendo o Dr João Francisco, passado, e com créditos, por esta fieira, e continuando depois a ler, e observar por largos annos a marcha dos negocios, quem perguntamos nós será mais apto para Encarregado dos Negocios, elle ou D. Rodrigo, que foi hum *Petrus in cunctis, et nihil in omnibus*? Elle, ou o Visconde de Balsemão, que até escrevia Pinto com p. pequeno? Entretanto, o 1.º foi Ministro em Turim, e o 2.º em Londres: para que parte se inclinará o fiél da balança? Consistirá a difficuldade em não ser Fidalgo? Esse tempo já lá vai. Fidalgos erão os que por lá estavão, e fizerão o que nós todos sabemos: atraíçoavam a Patria, e consequentemente o Rei.

Hum Medico, que se atrevo a fugir com D. Eugenia, filha do Conde de Valleiros, Prima do Marquez de Marialva, e Dama do Paço!!!

Respondo — Bem sei que J. F. he Medico, bem sei que os estudantes de Medicina na Universidade são obrigados a frequentar os estudos de Mathematica, e Filozofia & c. bem sei isso. Não duvido que J. F. passasse e com credits por esta fieira: agora o que eu duvido, he aonde observou elle a marcha dos nossos Negocios por largos annos; foi na America Ingleza? Alli fez elle os seus interesses como Medico, e Commerciante: será isto sufficiente talvez? Em fim, he tal a preocupação do Sr. Analizador em nos querer fazer acreditar, que os talentos e virtudes do nosso Diplomata são superiores a tudo, que para nos provar isto vai desenterrar dois defuntos, para nos perguntar qual dos trez será mais apto!!! Quem lhe falla em Fidalgos, Sr. Analizador? Olhe que por lá estavão tambem pessoas que não erão Fidalgos, e fizerão o que nós sabemos: e aqui mesmo... os Fidalgos atraíçoavão a Patria, diz v. m.; e J. F. que fez? He forte indisposição, a que v. m. manifesta contra esta Classe. Queira Sr. Analizador perguntar ao Sr. Redactor do Astro da Luzitania, se não conhece hum Fidalgo seu vizinho Dr. de Capello, homem de talentos, e virtudes, e que por causa das ideias liberaes foi huma das

victimas da septembrizaida. Ora diga-me ; qual será mais capaz ; o Desembargador Sebastião José de S. Payo, Irmão do honrado Portuguez Conde de S. Payo, ou J. F. d'O, o qual nem sabemos o que he nesta ordem de coisas ? O que elle foi sabemos nós.

»Oh rara maravilha ! Oh cousa nunca vista ! Não terá esse infeliz Doutor João Francisco figura humana ? Será acaso algum ente monstruoso ? Dizem-nos que he homem sem defeito, e até bem apessoado : e então não poderia merecer os ternos agrados de huma Senhora, ainda que da ordem das Fidalgas ? São estas por ventura tão infelizes que desconheção a mais doce das paixões humanas ? Não sabe o A da Carta que a morte, e o amor igualão as condições ? Para que tanto rigor em julgar huma fragilidade, que quando verdadeira fosse, nada póde influir nos talentos, e sagacidade de hum Negociador Politico !!! Porque David se deixou seduzir pelas bellas fórmas de Betzabeth, e porque cedendo á tentação criminosa, cometeo hum adulterio com ella, perdeu por isso as boas qualidades, que tinha para governar os seus Póvos ? Nós não devemos adiantar mais huma expressão sobre esta parte da importantissima Carta : convem lançar hum véo sobre tudo, e só lembramos a seu A. que se tivesse estado no Convento de T... em certo tempo, e observado algumas cousas, a ter juizo, não cahiria em tomár a nuvem por Juno.»

Respondo—Ao mais importante Art. Esse feliz, e não infeliz J. F. sim tem figura humana ; porem tambem ha figuras humanas, que são entes monstruosos. . . Diz o Sr. Analizador, se elle não podia merecer os ternos agrados de huma Senhora, ainda que da ordem das Fidalgas ? Bravo, bravo, que lindeza, que Doutrina ! saiba o sexo feminino que lhe he licito repartir os seus carinhos com quem quizer, e fugir mesmo quando lhe parecer. Ora pois, cá temos Medicos, e mais Medicos do que J. F. sem defeitos, e até bem apessoados (gostei muito desta palavrinha) e ainda nenhum delles obteve os ternos agrados de huma Senhora, praticando o mesmo que J. F. Ainda nenhum trahio seu Amo ; ainda nenhum trahio aquella com quem estava ligado por vinculos do Matrimonio, desamparando-a, para conduzir huma victima das suas paixões, e ir abandona-la em hum Paiz Estrangeiro. Ainda nenhum infamou Familias. Ainda nenhum offendeu tanto a sociedade. Ainda nenhum teve uma sentença desta natureza sobre o espinhaço. E ainda nenhum obteve hum premio por serviços como J. F. obtem por crimes. Chama o Sr. Analizador a isto fragilidade, e diz quando verdadeira fosse. . . Alto lá ! a quem se dirige ? isso he hum ataque á Authoridade de quem dimanou a sentença. A' Ordem. A' Ordem. A' Ordem. Nada pode influir nos talentos de hum Negociador ? &c. Quem diz isto Sr. Analizador ? Pois hum homem embriagado pelo torpe vicio da Luxuria, não he hum homem perigozo ? Pois este homem conduzido pelas paixões de que he tão susceptivel, não correrá apoz dellas, abandonando os negocios da sua Patria, e mergulhar-nos n'um abismo de males. Hum homem que pode hum dia desaparecer d'Inglaterra com outra victima. Que conceito pode gozar hum homem assim naquelle Paiz, e que conceito se fará de nós ? Que vergonha para huma Nação ! Qual hade ser a prevenção em que os Inglezes hão de estar com as suas familias ?

Ora diga-me Sr. Analizador. Se J. F. quizesse hoje viver entre nós como Medico, julga que faria alguma fortuna ? Se me não engano o Sr. tem familia, a qual tem huma conducta exemplarissima, pois a pesar do bom conceito que lhe merece

v. m. chama-lo-hia para sua casa como Medico ? só se não houvesse outro. Pois applico o conto.

Quanto ao Convento de T. julgo ser Tavira : nunca lá entrei, nem era possível, e por consequencia que havia eu observar ! Poderia ter essa ventura, se me vallesse a alta proteção de S. Ex.^a o Sr. Nuncio, assim como me succedeu em Odivelles á alguns mezes : Não estou lembrado em que mez foi, sei que lá entrei assim como entrou muita Gente Respeitavel. Em fim Sr. se quizer continuar a fazerme mimozo com as suas luzes, não me falle por figuras, porque eu disse nada entendo, mas se quer que por agora eu não tome a nuvem por Juno, então Sr. Analizador temo... e tremo.

«O que nós achamos de mais singular, he que havendo tanto que censurar nesse laborioso parto de S. Ex.^a o Ministro dos Negocios Extranjeiros, o A. da Carta só se lembrasse de clamar contra o Encarregado em Londres, e não contra o seu primeiro Addido J. F. Thomaz : contra o Encarregado da Russia ; e contra muitos outros.»

Respondo — Como havia eu gritar contra gente que se não conhece... Só o susto que tivemos quando vimos o nome de F. Thomaz. Eu pensei logo que a Patria estava em perigo ; por que supuz ser erro da Imprensa o primeiro nome. Mas verificando depois ser com effeito o Irmão do nosso Deputado, disse ainda bem, que não he huma das principaes Columnas da nossa liberdade : E por que me succedeu isto ? porque ninguem conhecia o Sr. Joze Fernandes nem a maior parte dos outros seus companheiros. Olhe que se não he v. m. que nos deu a conhecer alguns, estavamos ainda ás escuras a esse respeito. Não posso deixar de lhe dar muitos agradecimentos pelo esclarecimento que delles nos fez. Porem que haviamos nós esperar de hum parto de 4 mezes... isto he hum aborto ! e estes, quando são deste tempo, pouco mais, ou menos, quazi sempre, segundo a fraze dos Medicos, são Móllas, ou Bollas... *Bollas*.

Final, Sr. Analizador, queira dizer a quem lhe tem fallado do Sr. J. F. d'O, que a maneira de se justificar com a Nação não he expondo as suas Virtudes em Periodicos. A Lei he igual para todos (dizem as Bazes) porem não há tal. Porque eu não sei que os desgraçados Militares, e outros Portuguezes que acompanhárão o exercito Francez, estejam obrigados a justificar se, para entrar no exercicio das suas funções, em quanto o Sr. João Francisco, está obtendo premios sem passar pela mesma fieira. Se El-Rei lhe perdoou aprezenste o Decreto, porque em quanto o não fizer o Alvará de 1803 está em pé.

Por estas, e outras, he que eu sou

Hum pobre de Juizo.

Alfama 24 de Novembro de 1820 (1)

(1) *Campeão Lisbonense*, 29 de Dezembro de 1821, n.º 20.

IMPRESSÕES DUMA VISITA TAMUDA E TETUÃO

COMUNICAÇÃO FEITA NA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
EM SESSÃO DE 14 DE DEZEMBRO DE 1924

POR

JOAQUIM FONTES

Não pensem V. Ex.^{as} que venho fazer uma palestra arqueológica sôbre o que vi na viagem que fiz a Marrocos, com outros nossos consócios, quando recebemos a honrosa missão de representar a nossa Sociedade nas festas de S.^{ta} Maria de Africa e na visita aos monumentos, que o valor português deixou nas costas marroquinas. Nem o momento é apropriado, nem tenho ainda todos os elementos indispensáveis para expor a V. Ex.^{as} as minhas impressões arqueológicas. Disse que o momento não é oportuno, porque hoje, nesta casa, é dia de festa e não dia de estudo. Temos a honra de receber a visita muito agradável dos ilustres representantes de Ceuta e não irei, pois enfastiar as senhoras que, com a sua presença, abrilhantam esta festa e os nossos convidados, com discussões interessantes, mas demasiado restritas pelo seu cunho científico muito especializado. Por outro lado, faltam-me elementos para lhes falar da cidade de Tamuda, que a missão visitou, porque o Snr. Montalvan, que fez a exploração desta cidade, está desde que saímos de Marrocos explorando outras ruínas, e não lhe tem sido possível enviar-me desenhos e fotografias dos objectos encontrados em Tamuda. E felizmente, que êste precalço me aconteceu, porque senão talvez a minha exposição recaísse, mesmo sem eu querer, sôbre os interessantes problemas que suscitam essas ruínas. Por isso resolvi, visto que me foi confiado o honroso e árduo papel de entreter a atenção de V. Ex.^{as} sobre qualquer assunto que se relacionasse com a nossa viagem a Marrocos, expor-lhes as minhas impressões, e só impressões, arqueológicas e artisticas que

recebi em Tamuda e Tetuão. Trata-se pois, mais de uma palestra etnográfica do que arqueológica, com o que certamente V. Ex.^{as}, minhas senhoras, se regosijarão.

*

* *

Pais estranho é Marrocos: umas vezes extremamente alcantilado, cheio de vegetação, outras vezes pedregoso, desértico, inóspito, de uma paisagem rude, temerosa; só lá para as bandas do mar se esboçam as planícies que vão morrer nas areias das suas praias no Atlântico. É cheio de surpresas na sua geografia, é cheio de surpresas na vida dos seus naturais, é cheio de surpresas na sua arqueologia. Tudo nesta viagem me é estranho. Ceuta, por exemplo, foi para mim uma desilusão! Julgava ir encontrar uma terra moura, e graças ao prodigioso esforço espanhol, achei-me numa linda cidade de *facies* europeia! Depois, saído de Ceuta no caminho de ferro que nos ia conduzir a Tetuão através de planícies sem interêsse, fechadas ao longe por montes pedregosos e nós, eu mal esperava ir encontrar junto a esta cidade uma paisagem esplêndida, rica de vegetação, cheia de hortas bem cuidadas e uma terra de encantos.

O vale de Tetuão é lindíssimo, a que a forma convulsionada da montanha Beni Hosmar, com os seus 2 200 metros de altura e onde o gêlo se demora ás vezes até Junho — segundo Demoulin — dá uma imponência que maravilha.

Mas não fica por aqui o nosso espanto; é na cidade, é na parte moura de Tetuão que a nossa sensibilidade sofre as maiores impressões. Ao entrar-se pela porta da praça de Espanha, na parte moura dessa cidade, deixando atrás o bairro de tipo europeu feito pela Espanha, passou-se a um mundo novo de poesia e encanto para o etnógrafo e para o artista. Esse passeio através das viélas tortuosas e pitorescas, multiplicadas em labirinto, de Tetuão é uma das minhas mais queridas recordações desta nossa viagem a Marrocos. Os quadros mudam vertiginosamente, animatograficamente, diante dos nossos olhos.

É um agrupamento de mouros com os seus trajes pitorescos, uns brancos, outros berrantes de côres; é um recanto digno duma aguarela, é a porta duma mesquita, rendilhada em mil labores, com o seu

arco em ferradura. Percorrer as ruas dos estabelecimentos, é surpreender uma cidade desaparecida em plena vida e que mágicamente se mostrasse aos nossos olhos. Nesta portinha minúscula, mas elegante nas suas linhas e na sua talha, está uma tinturaria. Lá dentro, uns poucos de arabes, num palmo de chão, preparam as tintas e os fios enquanto cá fóra, a enxugar debaixo duma parreira, berram aos nossos olhos as côres fantásticas das meadas que, no tear, darão o pano para os vestidos ricos ou a orgia policrômica do tapête marroquino. A seguir, outra loja onde se vendem babuchas, umas amarelas e grosseiras, outras verdes, azues, encarnadas, com bordados dourados ou prateados, delicadas já, para pés feminis, a fazer-nos lembrar as lindas mouras escondidas nos harens ou que, talvez, passem por nós, como fantasmas, aconchegando ao rosto as pregas dos seus mantos, ao chegarem junto daquêles homens e infieis, que eramos nós.

As locandas pegam-se e vendem de tudo. Ha tecelões com teares primitivos; êste, abre a buril desenhos numa bandeja de cobre, aquêle sentado na sua esteira, fumando por um grande cachimbo,



RAPARIGA MOURA

(Segundo uma fotografia da Revista-Hispano-Africana)

num mutismo impressionante, mal se digna olhar para nós, numa indiferença completa pelas coisas do mundo. Aqui na rua, uma mulher tem diante de si alguns figos ou alguns pães muito louros para vender, muito quieta, quasi estátua, esperando resignadamente que lhe comprem a sua mercancia, não fazendo um gesto para que seja bem sucedida no seu negócio. Mendigos atroam os ares pedindo esmola, uma mulher cantando uma oração, ao passar à porta duma mesquita, beija a ombreira com devoção. Outra, com a cara tatuada, caminha com o filho às costas, metido numa grande prega do vestuário, sacudindo-o medonhamente, enquanto o pequenito mostra o seu espanto com o nosso encontro. Estas tatuagens são muito curiosas; uma estrêla, uma âncora ou quatro cruces no meio da fronte, no mento e nas faces.

Ha casas onde se vendem os produtos

regionais. São tapêtes, perfumadores, pratos, carteiras, armas, peças de marfim etc., numa desordem de feira da ladra, num pitoresco inebriante. E para se comprar qualquer coisa é uma verdadeira tragédia; pedem preços exorbitantes para venderem por muito menos. Já Gustavo Le Bon se queixa no seu livro sobre a civilização dos Arabes, que gastou uma semana em conferências com um mercador de Damasco para comprar um *narguilé*, por motivo idêntico!

Deviam ser assim as cidades antigas; aquela mesma loucura de côres, mistura de artefactos, bizzarria de vestuários. E nós veremos de aqui a pouco, quando falarmos de Tamuda, possível antecessora da branca Tetuão, como esta vida se adivinha ao percorrer as suas ruínas patinadas pelos séculos.

As muralhas da cidade conservam-se quasi intactas; nalguns pontos as ameias são serrilhadas, em escada, aguçando-se, como se podem vêr no palácio da nossa vila de Sintra. As portas da cidade são lindas, e a de Ceuta a mais formosa delas, obedece a um dos três tipos de portas das fortalezas árabes. Uma dupla cortina de muralhas defendia a entrada de Tetuão por este lado. Noutras fortalezas a porta abre-se directamente na cortina da muralha ou num ângulo, e é flanqueada por duas torres, como por exemplo a Puerta del Sol em Toledo, e na fortaleza de Tunes, uma das suas entradas é em ziguezague para assim dificultar mais a passagem aos sitiadores.

Mas voltemos a Tetuão. Era nas suas portas que os portugueses vinham, nas suas correrias pelo interior de Marrocos, espetar as pontas das suas lanças, façanha muito apregoada e querida aos conquistadores de Ceuta. Em tal aprêço a tinham êsses nossos destemidos antepassados, que fizeram cavaleiro D. Duarte de Menezes, o filho de D. Pedro de Menezes, o valente que durante 22 anos, dia a dia, se bateu com os mouros, defendendo Ceuta das suas arremetidas, por ainda muito novo ter, numa de essas correrias, cravado o ferro da sua lança nas rijas portas de Tetuão.

Na cidade há várias mesquitas, algumas delas teem as suas torres — os seus miranetes — no mesmo estilo da Giralda de Sevilha, grandes prismas cheios de ornamentos, muito brancos e altos a recortarem-se no azul do ceu.

Esta é a forma típica dos miranetes da Espanha árabe e de Marrocos.

Externamente, as casas árabes não teem ornamentação. Só a porta

é mais ou menos trabalhada, conforme a riqueza do dono. Vistas por fora, são grandes cubos pintados de branco ou de azul muito claro, quasi sem janelas; quando estas existem, têm rótulas ou grâdes.

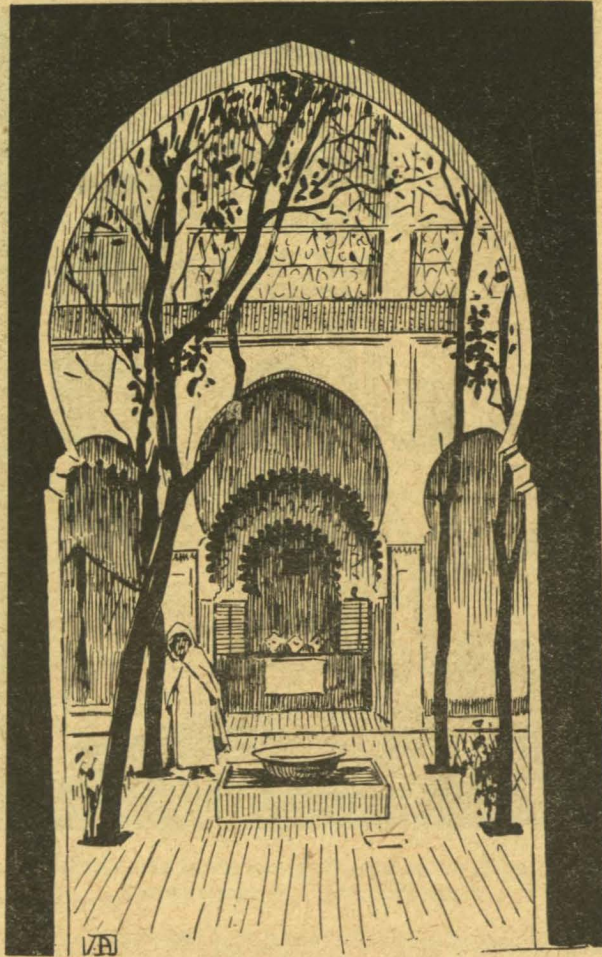


UMA DAS PORTAS DE TETUÃO, CONHECIDA PELA PORTA DE CEUTA
(Duma fotografia da Rev. Hispano-Africana)

Muitas vezes as casas estão divididas em dois corpos, separados pela rua, com um passadiço a ligá-los por cima da quelha. Esta toma então um aspecto curioso, com violentos contrastes de sombra e luz, de algum modo semelhante á nossa Travessa de S. João da Praça, na Alfama.

Mas logo que se entra a porta de alguma casa rica, o deslumbramento que se sente é extraordinário. Estivemos numa casa pequenina

que é uma verdadeira joia. O pátio, com os seus marmores muito polidos, quasi espelhentos, os seus azulejos, os seus arcos em ferradura com os arabescos feitos no estuque ricamente pintados e a água



PÁTIO DA CASA DE ERZINI EM TETUÃO
(Segundo uma fotografia da Revista Hispano-Africana)

cantando de um repuxo para uma bacia de pedra de um marmore leitoso e quasi transparente, é um sonho inesquecível de beleza e fantasia. Os azulejos tem reflexos metálicos, umas vezes brilham como o ouro, outras parecem feitos de prata. E esta propriedade do es-

malte do azulejo foi sempre querida aos árabes da escola artística hispano-marroquina. A Torre del Oro, em Sevilha, que data de 1220, deve o seu nome aos azulejos dêste tipo, que a forrariam e, brilhando ao sol, dariam a impressão de que a torre seria coberta pelo precioso metal. As salas dêsse palácio são igualmente belas, desde os preciosos tapêtes de Rabat e Xexauen (êstes muito curiosos, ás riscas brancas, pretas e encarnadas e só o centro com ornamentos, lembrando as nossas mantas alentejanas), tapêtes onde se enterram os nossos pés, aos tectos de rica talha com embutidos de ouro e marfim, com as suas estalactites pendentes numa profusão de côres de estontear. Os Tharaud, no seu livro sôbre Marrocos, descrevem tão primorosamente o interior duma sala de um dêsses palácios de mil e uma noites, que não podemos fugir ao desejo de para aqui transcrever um parágrafo da sua obra, tanto mais que a descrição é perfeita e adapta-se com rigor a essa casa que visitámos: — «A graça, a fantasia, o acaso, parecem ter sido os únicos architectos dêste lugar. E' um labirinto, um dédalo desordenado de corredores, de marmores, jardins em volta dos quais se abrem salas de um luxo celeste, angélico, com altas portas que sobem até o tecto, todas pintadas de flores, de estrêlas, de arabescos; mosaicos cujas côres parecem brilhar debaixo de água, fitas de estuque esculpturadas por uma imaginação que parece não se esgotar nunca, tectos arredondados, outras vezes em quilha, cavados de grutas donde pendem estalactites de ouro, de azul, de vermelho, tendo a sustentá-los travessas sempre cheias de insculpturas, representando flores maravilhosas, canteiros aéreos, que não conhecem estação, e colocados lá em cima para fazer sonhar, sem pensamento fixo, estendido sobre um almadrake...» Esta descrição pode parecer literária, mas não o é; o mesmo sentimos ao visitar essa casa de Tetuão. E' certo que ela não deslumbra como Alhambra, a manifestação artística mais extraordinária da escola hispano-marroquina; não é tão rica como esta, mas respira-se o mesmo ambiente — «a mesma fantasia, onde no próprio detalhe afeminado, vibra a expressão de conjunto de um povo forte», — na frase feliz de Pijoan. Mas se, por êsse lado, é inferior ao monumental palácio de Granada, a êsse sonho belo de Youssouf I e Mahomet V, tem sobre Alhambra a vantágem de viver.

A casa do Grão Vizir, onde êste senhor nos quiz obsequiar com um jantar à maneira moura, é do mesmo estilo, a mesma riqueza, o

mesmo luxo, a mesma grandeza. E enquanto nós iam passando por entre os servidores de S. Ex.^a, ao som dos hinos espanhol e português, toda a nossa vida se concentrava no olhar, para fixar bem na retina êsse esplendor das extraordinárias casas de Tetuão...

Depois de jantar, depois de perfumados, e de tomar chá por lin-

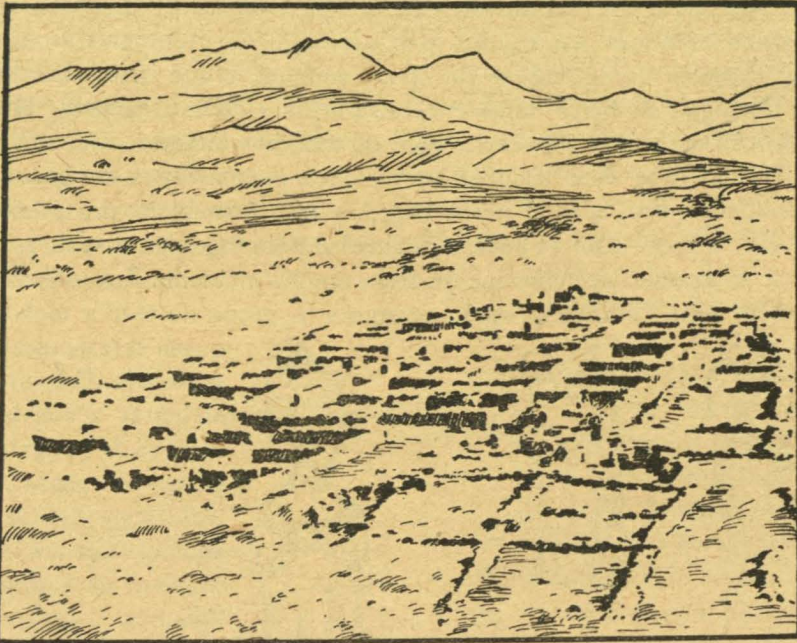


PREPARANDO O CHÁ EM CASA DO BAJÁ DE ARZILA, SOBRINHO DO CELEBRE RAISUNI
(Duma fotografia do autor)

dos copos de cristal, fumando um cigarro opiado, dirigi-me a uma janela. A meus pés estendia-se a branca Tetuão. O nome da cidade, em árabe, quer dizer pomba, e efectivamente, Tetuão parece uma linda pomba branca, abrindo as azas, pronta a levantar vôo por êsse vale lindíssimo, fechado ao longe por montanhas imponentes a que a sua contestura geológica e a erosão deram formas extravagantes. Enquanto eu me quedava silencioso, examinando êsse quadro soberbo, que uma lua em crescente alumiaava, um *muezin*, do alto de algum miranete próximo, cantava uma oração, chamando os crentes aos seus deveres, voltado para o oriente, para Meca, para o túmuio do Profeta! Assim viu um arqueólogo da missão essa cidade de lenda.

Falei já várias vezes em Tamuda e, antes de terminar esta palestra de impressões, quero dizer alguma coisa dessa velha cidade, provavel antepassada de Tetuão.

Tamuda fica a uns 4 ou 5 quilómetros desta cidade, num outeiro que se eleva numa planície, onde corre o Rio Martin, que lhe vinha banhar as suas muralhas. Tamuda ascende ao começo da época dos metais e chegou até o domínio de Roma. Os vários povos que nele viveram, lá deixaram vestígios da sua existência, preciosos para o arqueólogo, vestígios que Montalvan encontrou e que estão guardados num museu instalado em Tetuão. Dos seus primeiros habitantes



VISTA GERAL DE TAMUDA
(Segundo uma fotografia do autor)

restam pedaços de cerâmica grosseira, mal cozida ainda. A cozedura do barro, nessas épocas, não se fazia em fornos, mas sim ao ar livre e para que essa cozedura fôsse mais perfeita, misturava-se o barro com carvão em pó para que assim se fizesse melhor a operação. Mas o calor só atingia um ou dois milímetros das faces internas e externas dos vasos, a parte central ficava ainda com uma côr escura. No entanto, êsses cacos são já ornamentados, como muitos que se encontram em Portugal e noutros países, em estações dessa época. Ainda do mesmo tempo há um machado de pedra polida. Depois vêm outras civilizações mais adiantadas; vêm os fenícios, os cartagineses

e os romanos. E de todas elas ficaram em Tamuda muitos documentos, tais como armas, utensílios domésticos, de lavoura e industriais, vasos, objectos de adorno, obras de arte, moedas, etc.

Ha machados e espadas de ferro. Um dos machados mostra ainda a maneira como se fazia o seu encabamento, aliás idêntica à usada pelos habitantes das cidades lacustres da Suíça.

O estudo dos utensílios domésticos, de lavoura e industriais, permite-nos julgar dos hábitos de vida dos povoadores de Tamuda. São moinhos idênticos aos usados, por exemplo, em Pompeius e outros mais simples como alguns da época romana, e que tanto abundam em Portugal. A' beira duma rua estreita da cidade arruinada, Montalvan foi encontrar a padaria, com os moinhos intactos, onde o trigo e o milho, que êste arqueólogo recolheu carbonizados em grandes quantidades nos silos e nesta casa, se transformavam em farinha; ao lado, o forno com as pedras calcinadas pelo fogo das cozeduras do pão e do grande incêndio que destruiu um dia a cidade. Encontram-se também em Tamuda pregos, cossoiros e pesos de tear a mostrar



TATUAGENS FACIAES — a) e c) — Idolos africanos (Novo Redondo e S. Salvador do Congo); b) — Placa de lousa de Idanha a Nova; d) — Cilindro calcareo de Moncarapacho (Algarve); e) — Mulher moura tatuada (segundo Montalvan)

que a arte de tecelão existia já. E é curioso notar a absoluta identidade que existe entre os pêsos de tear desta cidade e aqueles que se encontram na Europa. Falamos já dos teares primitivos de Tetuão e aí vimos alguns pêsos modernos de formas idênticas aos encontrados em Tamuda. Em Portugal, nos teares primitivos que existem ainda pelo país,

não é raro vêr pêsos romanos dêste tipo a servirem ainda hoje; são pêsos que os aldeões encontraram no campo e levam à sua companhia como prenda.

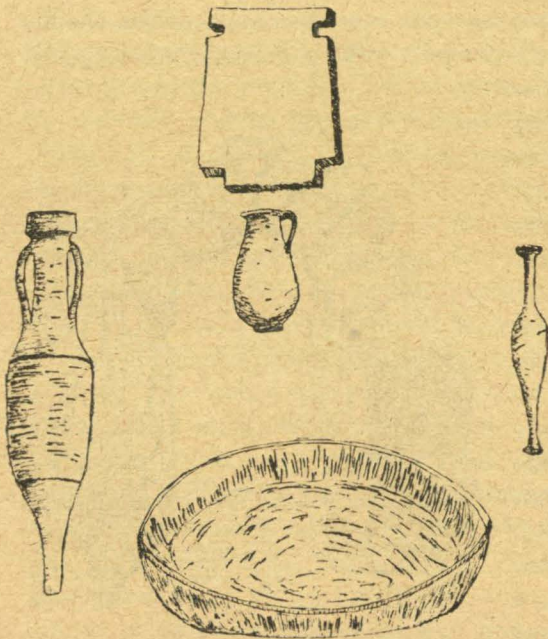
A série de ânforas ali desenterradas é muito boa. Ha-as cartaginesas e romanas, de linhas perfectas, de uma elegância que nos encanta, de formas iguais às encontradas aqui em Portugal. E não queremos deixar de notar a analogia que achámos, na forma e na pasta do barro de algumas, que sofreram a influência dos tipos saídos das olarias de Cartago, e as que Santos Rocha encontrou em Santa Olaia, perto da Figueira da Foz.

A colecção de vasos púnicos e saguntinos é também preciosa, tendo muitas peças a marca da olaria em que foram executadas. E' muito grande o número de lucernas, notando-se vários tipos, e sendo umas simples, outras ornamentadas com belos desenhos de figuras do Panteão romano. Montalvan achou também nesta cidade grande quantidade de fíbulas, algumas delas muito artísticas. O tipo mais vulgar, e muito espalhado em Portugal, tipo n.º 7 da classificação das fíbulas portuguesas feita por José Fortes é o que se encontra nas cidades e castros romanizados de Briteiros, Pedrulha, Alcobaça e

Algarve (necrópole da Fonte Velha).

E' muito curiosa a série de anéis, adornos preciosos que enfeitariam mãos cuidadas e senhoris, de alguns senhores de Tamuda. Um dêles tem uma perola, na qual está gravado um Cupido; é joia única e encantadora, que faria hoje as delícias das damas elegantes da nossa inestética civilização.

Mas a obra de arte superior de alí é uma pequena estatueta de bronze representando Mercúrio. De uma ana-



UMA TELHA E ALGUNS VASOS RECOLHIDOS EM TAMUDA
(De uma fotografia da Revista Hispano-Africana)

tomia perfeita, leve na sua postura, na velha Tamuda, essa estatueta, numa das mais notáveis casas da cidade, lembraria ao seu dono, talvez um romano, a sua pátria afastada tantas léguas pelas águas azuis do Mediterrâneo e a civilização superior da Cidade Imortal.

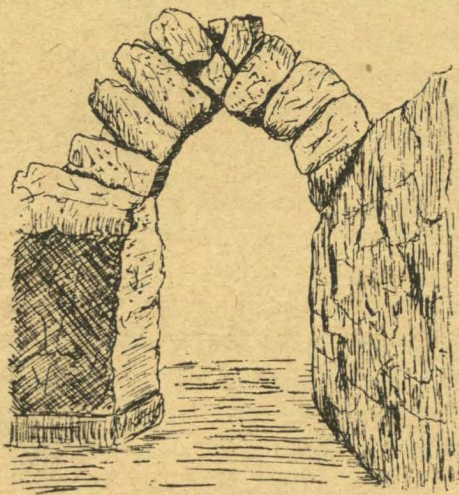
Outras colecções preciosas são as das moedas e dos vasos de vidro, aos quais a irisação feita pelos séculos dá um encanto extraordinário.

Usaram-se em Tamuda vários processos de construção, desde a muralha feita de grandes blocos não trabalhados (muros ciclópicos) até a argamassa romana já cuidada e perfeita. Um processo curioso de edificar se praticou nesta cidade. São tejos com saliências e reentrâncias feitas de maneira a poder-se coaptá-los entre si. Em Portugal, ha também tejos d'êste tipo, e Francisco Gil, no seu catálogo dos tejos romanos do Museu de Figueira, descreveu e figurou um, encontrado em Figueira de Castelo Rodrigo.

Com todos êstes elementos, que rápidamente passei em revista, pode-se reconstruir, mentalmente, a vida da cidade.

Percorreu-se o perímetro das suas muralhas onde tantos combates se devem ter dado. Entrou-se pela velha porta robusta e elegante, feita de pedras mal aparelhadas. Visitámos os celeiros, grandes silos, que são grandes cavidades abertas propositadamente no solo. Vimos as suas casas arruinadas, as suas canalizações para água.

Emfim, um dia um incêndio, casual ou propositado, destruiu a velha Tamuda. As chamas lambiam as rudes e sólidas construções, e tudo ruía á passagem do fogo destruidor. A campina do Rio Martin era uma gigantesca fornalha. A temperatura era de tal maneira elevada, que alguns objectos de metal fundiram, e quando o fogo abran-



PORTA DA CIDADE DE TAMUDA

(Segunço uma fotografia da Revista Hispano-Africana

dou, a massa dos metais em fusão encorporou-se com pedaços de cerâmica e pedras, como podemos vêr no Museu de Tetuão. Muitos habitantes devem ter morrido, enquanto outros, tendo saído do recinto amuralhado que defendia Tamuda dos inimigos, assistiam de longe ao desaparecimento da sua cidade e do seu lar, sem rufúgio numa região sêlvática.

De volta a Tetuão onde nos esperava a Junta Superior de Monumentos, que nos queria homenagear, cheios de todas estas impressões tão estranhas, de que procuro dar a V. Ex.^{as} uma idêa, nesta pálida e descozida palestra, reparo, ao transpor as portas da cidade, numa pintura curiosa feita numa parede, a mão de Fátima ou Hamsas, a célebre mão da boa sorte. Este amuleto consiste nas marcas deixadas pela mão cheia de tinta numa parede, como ás vezes se nota até mesmo em Lisboa, onde porém não tem hoje significação amulética e consiste antes numa brincadeira de garotos. Pois bem, êste amuleto, tão querido dos arabes, é bem velho, quási tão velho como a humanidade, pois já o homem paleolitico figurou mãos nas paredes destas cavernas misteriosas, talvez santuarios por ele cheias de pinturas que nos encantam pela sua arte realista de uma perfeição inexcedível. E' o velho ditado de Salomão: *não há nada de novo por baixo do sol.*

Tais são, minhas senhoras e meus senhores, as impressões que recebeu um arqueólogo da missão, nessa visita às terras misteriosas de Marrocos. Tais foram as coisas belas que podemos vêr, graças à amabilidade e gentileza dos nossos amigos. Sem para isso ter procuração, creio poder dizer-lhes, Ex.^{mos} senhores representantes de Ceuta, que êsses dias, que alguns portuguezes passaram em terras do norte de Africa, a amavel convite vosso, serão para êles inolvidáveis. Uma única palavra portuguesa nos ocorre para vos podermos mostrar a nossa gratidão, e que vos peço para evardes aos amigos que não vos poderam acompanhar: — obrigado, — que significa o mesmo que a palavra árabe que vós tantas vezes tendes ouvido — *baracalaufic* — e que, minhas senhoras e meus senhores, traduzido à letra quer dizer saudações de Allah a ti, palavra cheia de espírito religioso e que nos mostra uma das facetas da complexa psicologia do mouro, essa alma onde se misturam os mais selváticos sentimentos, uma grande cultura e uma ânsia de arte que deu a mesquita de Córdova, o palácio encantado de Alhambra e as lindas casas de Tetuão.

CERAMICA PORTUGUESA

OLEIROS DE VERMELHO, OLEIROS DE LOUÇA VIDRADA
OLEIROS DE VERDE, OLEIROS DE LOUÇA BRANCA
OLEIROS DE LOUÇA FINA, OLEIROS DA MAIA
OLEIROS DE LOUÇA PINTADA OU DE PINTADO
E PINTORES DE LOUÇA

Os assuntos de olaria e cerâmica são-me totalmente desconhecidos ; mas ha tempos, lendo na *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. VI, uns capitulos da obra do dr. Teixeira de Carvalho *A cerâmica coimbrã*, e achando a páginas 141-142 uns trechos referentes a oleiros da maia ⁽¹⁾, lembrei-me de procurar nuns apontamentos por mim tirados dos livros de irmãos das irmandades de N. Sr.^a da Graça, de N. Sr.^a da Persia, e da Santa Cruz e Passos, erectas na igreja da Graça, se alguma coisa neles se encontraria que interessasse os estudiosos ou amadores daqueles assuntos.

Eis o que recolhi dos ditos apontamentos.

N. B. — As datas, que se acham adiante de cada nome, são as da entrada para irmão ; as iniciais s. d. que às vezes aparecem em lugar da data, significam que no respectivo termo não havia data alguma, quasi sempre em razão dêsses nomes haverem sido transcritos de outro livro findo, ordinariamente chamado *livro velho*. Os algarismos entre parênteses indicam a página ou folha onde se acha o termo.

Maio de 1921.

P.^e Ernesto Sales

DO LIVRO DOS IRMÃOS DA IRMANDADE DE N. SENHORA DA GRAÇA

Manuel Duarte, oleiro. — 3-XI-1669. (Pag. 36)

Agostinho Correia, oleiro. — 20-VII-1670. (66)

(1) Esses trechos vão transcritos no fim dêstes apontamentos.

Domingos Antunes, oleiro. — 14-XII-1670. (77)

André Francisco, oleiro. — 22-III-1671. (84)

José Francisco, oleiro da maia. — 28-VIII-1683. (148)

Domingos Domingues, oleiro, morador aos Lagares. — 22-XI-1693.

(170)

(4) Romão Duarte, oleiro. — 27-IX-1711.

DOS LIVROS DOS IRMÃOS DA IRMANDADE DE N. SENHORA
DA PERSIA (1654-1713)

Jorge de Matos, pintor de louça. — 1-I-1660. (Fl. 85 v.)

Pedro da Silva, oleiro. — 8-XII-1660. (89)

Manuel Duarte, oficial de louça pintada, morador às Olarias. —
15-IV-1664. (100 v.)

Miguel Nunes, pintor de louça. — 3-VIII-1664. (102)

José Gomes, pintor de louça. — 3-VIII-1664. (102)

José de Almeida, pintor de louça. — 3-VIII-1664. (102 v.)

Manuel Alves, pintor de louça. — 3-VIII-1665. (102 v.)

José Alves, pintor de louça. — 11-I-1665. (105 v.)

Manuel de Freitas, pintor de louça. — 11-I-1665. (106)

Francisco da Silva, pintor de louça. — 11-I-1665. (106)

Manuel da Silva, pintor de louça, morador às Olarias. — 21-II-1665.

(107)

João da Rocha, oleiro, morador á N. Senhora dos Remédios. —
21-II-1665. (107 v.)

Manuel Luis, pintor de louça. — 6-IV-1665. (108)

Antonio Francisco, oleiro, morador ao pé do Monte. — 1-VII-1665.

(109)

Luis da Costa, pintor de louça. — 13-XII-1665. (111 v.)

Francisco Rodrigues, pintor de louça. — 1-II-1660. (112 v.)

João da Silva, pintor de louça. — 6-III-1666. (113)

Antonio Francisco, oleiro, morador ao passo da rua dos Cavalei-
ros. — 6-III-1666. (117)

Antonio da Silva, pintor de louça. — 1-IV-1668. (123)

(4) Veja-se adiante a nota (10) referente a um Romão Duarte, talvez o mesmo que este.

- Antonio de Almeida, pintor de louça. — 22-IV-1668. (123 v.)
 Manuel da Costa, oleiro, morador às Olarias. — 17-II-1669. (128)
 Manuel Mendes, pintor de louça. — 26-III-1669. (128 v.)
 Bartolomeu Jorge, oleiro. — 17-IX-1671. (144)
 Alexandre Ferreira, pintor de louça pintada. — 25-X-1671. (144)
 Domingos Rodrigues, pintor de louça. — 25-X-1671. (144 v.)
 Antonio Dias, oleiro de vermelho. — 1-III-1672. (146 v.)
 Antonio Rodrigues, oleiro de vermelho. — 1-III-1672. (147)
 Diogo da Costa, oleiro, morador às Olarias. — 30 XI-1672. (148 v.)
 João Dias, oleiro de louça vermelha, morador às Olarias. —
 3-IV-1673. (152)
 Manuel Luis, oleiro de vermelho; morador aos Anjos. — 4-IV-1673.
 (153)
 Manuel Antunes, pintor de louça. — 17-X-1677. (162)
 João Baptista, oleiro. — 22-III-1693. (177)
 José da Costa, oleiro da maia, morador às Olarias. — 14-IV-1697.
 (181 v.)
 José Luis, oficial de oleiro. — 23-VIII-1697. (182)
 Francisco Luis, oleiro. — 15-XI-1699. (186)
 Antonio da Costa, oleiro de vermelho. — 26-VII-1700. (188)
 Manuel Antunes, oleiro, — 8-VIII-1700. (188).
 Pedro da Costa, oleiro. — 2-VI-1707. (196)
 José Franco, oleiro. — 13-VII-1710. (205 v.)
 Manuel Martins, oleiro, morador nas Olarias. — 9-XI-1710. (207)
 José de Matos, oleiro, morador nas Olarias. — 3-VII-1712. (215)
 Manuel Rodrigues, oficial de oleiro, morador nas Olarias. —
 19 X-1698. (217)

(1713-1910)

- Antonio de Sousa, pintor de louça, morador às Olarias. — 3-V-1715.
 (8 v.)
 José Gomes, oleiro, morador aos Anjos. — 13-VII-1717 (18 v.)
 Antonio Rodrigues, oleiro, morador a S. Estevão. — 5-IX-1717.
 (20 v.)
 Francisco da Costa, oleiro, morador às Olarias. — 28-XI-1717. (37)
 José Ribeiro, oleiro, morador aos Anjos. — 17-III-1726. (52)
 Manuel Rodrigues, oleiro, morador aos Anjos. — 17-III-1726. (42 v.)

- Jeronimo de Carvalho, oleiro, morador a S. Miguel — 12-V-1726.
(43 v.)
- Antonio Rodrigues, oleiro, morador ao Socorro. — 13-VI-1728.
(55 v.)
- Antonio Manuel, oleiro, morador aos Anjos. — 7-VIII-1729. (62)
- José Gonçalves, oleiro, morador aos Anjos. — 3-IV-1729. (58 v.)
- Antonio dos Santos, oleiro, morador aos Anjos. — 9-VIII-1744.
(88 v.)
- Francisco Esteves, oleiro, morador aos Anjos. — 13-VIII-1747.
(92 v.)

DOS LIVROS DOS IRMÃOS DA IRMANDADE DE S.^a CRUZ
DE PASSOS DE CRISTO (1620-1653)

- Antonio Alvares, oleiro de pintado, morador às Olarias de Cima.
— s. d. (Fl. 2 v.)
- Domingos Lopes, oleiro de louça vidrada; morador defronte dos
Bernardos. — s. d. (18)
- João Rodrigues, oleiro, morador à calçada de S. André. — s. d.
(20 v.)
- Denis Noreira, oleiro, morador às Olarias de Cima — s. d. (21 v.)
- Antonio Francisco, oleiro, morador às Olarias de Cima. — s. d. (22)
- Ascenso João, oleiro de pintado, morador no bêco das Amorei-
ras. — s. d. (23)
- Agostinho Antunes, oleiro, morador à Graça. — s. d. (24)
- Francisco João, oleiro, morador à Sr.^a do Monte. — s. d. (24 v.)
- Luis Antunes, oleiro de pintado, morador à Sr.^a do Monte. — s. d. (25)
- Manuel Rodrigues, oleiro, morador à Sr.^a do Monte. — s. d. (25 v.)
- Diogo Gonçalves, oleiro, morador à Bombarda. — s. d. (26)
- Luis Antunes, oleiro de verde, morador à Bombarda, junto à
S.^a do Monte. — s. d. (26 v.)
- João Rodrigues, oleiro, afinador de medidas, morador defronte
dos Bernardos. — s. d. (28)
- Simão Nunes, oleiro, morador às Olarias de Baixo. — s. d. (28 v.)
- Amador Jorge, oleiro, morador às Olarias de Cima. — s. d. (30)
- (¹) Antonio Nunes, oleiro, morador defronte dos Bernardos. —
s. d. (50)

(¹) Um outro livro da irmandade diz que este irmão era *oleiro de vermelho*.

- Antonio da Silva, oleiro, morador à Anunciada. — s. d. (51)
 Alvaro Fernandes, oleiro. — s. d. (69)
 (1) Agostinho de Carvalho, oleiro. — s. d. (105 v.)
 (2) Francisco João, oleiro de pintado, morador ao Lagar do Sêbo.
 — s. d. (113 v.)
 (3) Cristovão Machado, oleiro, morador às Olarias.—22-III-1626.
 Luis Antunes, oleiro de louça branca. — 9-V-1627 (128)
 Manuel de Oliveira, pintor de louça pintada. — 6-II-1623. (131)
 Mateus Francisco, oleiro. — s. d. (132 v.) — (*Uma nota diz: Pas-
 sado do livro velho*).
 Agostinho da Costa, oleiro. — 12-III-1623. (133)
 Jacinto de Oliveira, oleiro. — 12 III-1628. (135 v.)
 João Duarte, oleiro, morador a N. Sr.^a do Monte. — 21-IV-1630.
 (158 v.)
 Francisco Jorge, oleiro, morador no bêco da Anunciada. —
 9-VI-1630. (166 v.)
 Bernardo Lopes, oleiro, morador a N. Sr.^a do Monte.—2-II-1634.
 (196)
 Antonio João, oleiro, morador a N. Sr.^a do Monte.— 12-III-1634.
 (198)
 Mateus João, oleiro, morador às Olarias. — 10-XII-1534. (202)
 (4) Romão Duarte, oleiro, morador às Olarias. — 1-III-1637. (214)
 (5) Luis Moreira, oleiro, morador às Olarias. — 20-X-1641. (232)

(1) Provavelmente foi este Agostinho de Carvalho que deu o nome à calçada que do Bemformoso vai ter às Olarias. Nesta calçada, ao fundo, à esquerda de quem sobe, era no século XVIII a oficina «do celebre Romão oleiro que fazia umas bilhinhos que eram uma delicia em novas... e uns pucaros de massa muito delgadinha...», como informa a *Lisboa antiga*, parte 2.^a, vol. 3.^o, a pag. 31. Em 1849 havia nesta calçada de Agostinho de Carvalho a olaria de Domingos Maia.

(2) Todos estes irmãos da irmandade de S.^a Cruz e Passos até aqui apontados, e com a indicação *s. d.*, foram transcritos do *livro velho* para o que começa em 1620.

(3) A lápide comemorativa da capela de N. Sr.^a do Pópulo instituída por este Cristovão Machado na igreja da Graça, por escritura de 3 de Junho de 1619, diz que a capela é para *Cristovão Machado oleiro da copa de Sua Magestade, cavaleiro da sua casa...* Esta lápide existe ainda naquela igreja, por detrás do altar de N. Sr.^a do Rosario.

(4) Este Romão Duarte seria o celebre oleiro a que se refere a nota (1), autor dos pucarinhos do Romão que faziam a agua muito fresca ?

(5) Uma nota diz que ele já era irmão antigo e que estava assente no *livro velho*.

Manuel Francisco, oleiro, morador no bêco da Amoreira, às Olarias. — 6 III-1650. (298)

Manuel Rodrigues, oleiro de vermelho, morador à rua dos Cavaleiros. — 2-III-1653. (318)

Antonio da Cunha, oleiro de vermelho, morador ao Boi Formoso. — 2-III-1653. (318 v.)

(1653-1687)

Domingos Mendes, oleiro, morador à calçada do Congro. — 6 III-1663. (48)

Manuel Nunes, oleiro, morador a Santos o Velho. — 2-III-1664. (92 v.)

Francisco Rodrigues, oficial de louça pintada, morador às Olarias. — 14-III-1666. (105 v.)

(¹) Manuel Duarte, oleiro, morador às Olarias. — 20-II-1667. (109)

Simão Dias, oleiro, morador aos Anjos. — 7-III-1672. (155)

Lourenço João, oleiro, morador aos Anjos. — 12-II-1679. (218)

João da Fonseca, oleiro. — 10-III-1683. (250)

Francisco de Oliveira, oleiro de louça pintada. — 5-III-1685. (290)

(²) Romão Duarte, oleiro. — 15-I-1686. (306)

João Baptista, oleiro, morador às Olarias. — 3-II-1686. (310)

(1687-1705)

Jerónimo da Silva, oleiro. — 29-II-1688. (15)

Manuel dos Santos, oleiro. — 4-III-1691. (102 v.)

André Gonçalves, oleiro. — 10-II-1692. (136 v.)

José da Silva, oficial de louça pintada. — 16-I-1695. (194)

Manuel Dias, oficial de oleiro. — 19-II-1696. (228 v.)

Miguel de Azevedo, oficial de louça fina. — 22-II-1698. (296)

Lucas da Costa, oleiro, morador às Olarias. — 1-III-1699. (327)

Manuel Dias, oleiro de louça branca. — 15-III-1699. (339 v.)

Manuel Soares, oleiro. — 2-IV-1702. (452)

(¹) Num outro livro da irmandade diz-se que este irmão era *oleiro de pintado*.

(²) Este Romão Duarte seria provavelmente filho do homónimo atrás mencionado e a que se refere a nota (4).

(1733-1765)

Amaro da Silva Machado, oleiro, morador à Bombarda. —
8-II-1742. (63 v.)

(1795-1816)

Manuel Monteiro de Matos, mestre oleiro, morador à Calçada do
Monte. — 6-X-1817. (271 v.)

APÊNDICE

DO MAÇO N.º 20 DOS PAPEIS DA GRAÇA ARQUIVADOS NA TORRE DO TOMBO

Salvador Correia, oleiro de pintado, morador à Senhora do Mon-
te, em 1645.

DO REGISTO DOS COVAIS DOS SECULARES NO CONVENTO DA GRAÇA
(1681-1825) EXISTENTE NO CARTORIO PAROQUIAL DA FREGUESIA
DE S. ANDRÉ

Fernão de Alvares, oleiro, sepultado a 25 VIII-1689. (23 v.)

Pedro da Silveira, oleiro, sepultado a 7-II-1718. (64 v.)

Domingos de Sousa, oleiro, cuja filha foi sepultada a 17-VI-1721. (66)

DO LIVRO DOS RECUSADOS PARA IRMÃOS DA IRMANDADE DA S.ª CRUZ E PASSÓS DA GRAÇA

Manuel dos Santos, pintor de louça, no ano de 1685.

Em 27-IV-1636 ajustou a irmandade dos Passos com Manuel Pi-
nheiro, oleiro de pintado, o fornecimento dos azulejos necessários
para a capela do claustro, pela quantia de 17.580 reis.

Em 1772 a mesma irmandade contratou com o mestre Manuel da
Costa (oleiro de pintado) o fornecimento de 4.144 azulejos finos para
a capela do Senhor dos Passos (1) pela quantia de 157⁴472 réis, e

(1) São os que ainda actualmente ali se vêem revestindo as paredes, até certa
altura, da escada, da capela, e da sala das sessões.

mais 3.227 azulejos ordinários, para as dependências, pela quantia de 54~~7~~859 réis.

A PROPÓSITO DOS PÚCAROS DA MAIA APONTAREMOS AS SEGUINTE
VERBAS EXTRAIDAS DE ALGUNS LIVROS DE DESPESA DA CITADA
IRMANDADE DOS PASSOS AO MENCIONAREM-SE OS GASTOS FEI-
TOS COM A CASA DA CURA

Em Abril de 1705: — 800 reis de pucaros da maya.

Em 1719-1720: — Dous mil e sessenta reys de pucaros e quartos da Maya.

Em 1756-1757: — 700 reis de louça da maya e de barro.

Em 1769-1770: — 100 reis de pucaros da maya.

Em 1770-1771: — 100 reis de pucaros da maya.

Em 1771-1772: — 270 reis de pucaros da maya.

Em 1772-1773: — 480 reis de pucaros da Maya e bilhas...

Etc.

A pag. 284 do vol. II do *Divertimento erudito* por F. João Pacheco, prior do convento da Graça de Lisboa (Lisboa, 1734-1744) se encontra a seguinte referência a obras de oleiro: «As melhores, como já dissemos, são as que vem da China com o nome de porcelanas, e outras: os pucaros de Estremoz, e da Mya são os de toda a estimação».

TRECHO DE «A CERAMICA COIMBRA» PELO DR. TEIXEIRA DE CARVALHO, COPIADO DO VOL. VI PAG. 141-142, DA «REVISTA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA» E A QUE SE FAZ ALUSÃO NO PRINCIPIO DÊSTES APONTAMENTOS

«Francisco de Figueiredo (1738-1822) em comentário que faz às comédias de seu irmão Manuel de Figueiredo, cita um oleiro de nome Romão e as muito celebradas quartinhas da Maia, *pucaros muito delicados em diferentes figuras, como copos, de uma massa tão delgada como os bolos que se davão nas diferentes festas dos santos fóra da terra, quando se usava tambem o ramallete com as flores da estação, e as maravalhas: e erão feitos como as bandejas de prata com figuras levantadas em meio relevo... Era huma cousa de luxo, de gosto e de delicadeza. Erão muito baratos e foi até muito tarde constante no Paço o uso deste barro e dos limões doces e camoezes.*

Todas as personagens que entravão de semana no sabbado tinhão tantas quartas e pucaros do Romão...

«Como se vê conservara-se ainda no seculo XIX a tradição do uso dos púcaros de barro no paço, e conservara-se tambem a fórmula que não era a do Romão, mas a dos quartinhos da *Maia*, decorados de figuras levantadas em meio relevo, como as bandejas de prata e... os vasos do sr. A. Augusto Gonçalves.

«A referência aos púcaros da *Maia* foi descoberta contemporaneamente por o sr. Joaquim de Vasconcelos em uma peça de teatro de 1743. — *Comédia sem fama : com o amor não ha zombar* — e na *Pauta e Alvará da sua confirmação do consulado geral da sahida e entrada da casa da India de 1744*. O sr. Vasconcelos considera geografico o seu titulo. (1)

«A sr.^a D. Carolina Michaelis de Vasconcelos, encontrando no *Mappa de Portugal* de João Baptista de Castro mencionados os púcaros de Lisboa, chamados da *Maya* ou do *Romão*, e em Magalotti referencias à louça da *Maia*, como à de um oleiro — *um artefice di questo nome* — e conhecendo o apelido *Maia* como o de oleiros antigos portugueses, conclui que o nome tivesse vindo à louça, de alguma famosa vendeira de púcaros da familia dos *Maias*, e que por isso se chamasse a *Maia*, hipótese tão verosimilhante como a de ser a *Maia* a própr a produtora e oleira.» (2)

«Em uma comédia de Lope de Vega — escrita muito antes de 1600, encontrou a mesma illustre professora referência aoa *barros de la Maia*, donde conclui que a fama dos barros da olaria portuguesa, em Espanha, data pelo menos dos fins do século XVI.»

(1) Não é o sr. Joaquim de Vasconcelos o autor contemporâneo que primeiro nos falou dos *barros da Maia*, mas sim o visconde de Juromenha na comunicação sobre *Azulejos*, feita em 17 de Outubro de 1844 ao conde de Racinski e por êle publicada a pag. 429 e seguintes das *Lettres* (1846).

Esta citação escapou tanto ao sr. Joaquim de Vasconcelos como à sr.^a D. Carolina Michaëlis. Aqui a deixo porque me parece ser de uma orientação fructuosa:

«Les tuileries etaient établies sous la protection de Santa Justa et de Santa Rufina : elles avaiant un règlement très ancien, comprenant la fabricatiou de quatre espèces de faiences ; la blanche, la rouge, la jaune, et une quatrieme appellée *da Maia*.»

(2) D. Carolina M. de Vasconcelos, *Algumas palavras a respeito dos púcaros de Portugal*, pag. 165 (1.^a edição).

A SEPULTURA DE FERNÃO SOARES

PAGEM DO LIVRO DEL-REI DOM JOÃO III

EXISTENTE NO CONVENTO DA SERRA DE ALMEIRIM

Numa das nossas estadas em Almeirim visitámos o Convento de Nossa Senhora da Serra, que fica a uns oito quilómetros ao sul daquela vila. Convento... que foi — por isso melhor diríamos as desmanteladas ruínas, o pouco que resta dêsse austero retiro de monges dominicos, ao qual a lenda e os factos, que os cronistas registaram (1), dão interêsse histórico e certa poesia, aquela poesia das cousas antigas trazidas à luz dêste irreverente século XX.

A lenda da Senhora da Serra perde-se no início da nossa nacionalidade. Rezam os livros das ordens religiosas, e entre êles os que saíram da pena clássica de Fr. Luís de Sousa, que, quando el-Rei D. Afonso Henriques, *já com mais descanso*, reinava em Portugal, *uns pastores que apascentavam o seu gado no circuito de uma não muito levantada serra, que fica perto de Almeirim, cujo distrito é*

(1) Entre muitos outros factos, não é dos menos interessantes a estada neste convento de D. Felipe II de Espanha, I em Portugal, que — diz Fr. Luís de Sousa — «folgou de se parecer com os seus antecessores em honrar também esta casa. E ainda que o pêso dos negócios do reino novamente adquirido e sua idade crescida e quebrantada de achaques de gota, quasi contínuos, lhe não deram lugar, no tempo que em Portugal assistiu, para buscar as recreações de Almeirim e do monte, contudo, tomou ocasião para vêr o sítio e entrar no convento, com a vinda da Imperatriz D. Maria, sua irmã. Vinha esta Senhora da Alemanha, viúva do Imperador Maximiliano, falecido em 1576, e atreveu-se a estender a jornada vindo de tão longe até êste reino do Ocidente por vêr o irmão velho no reino novo. Saíu el-Rei de Lisboa a recebê-la e porque a Imperatriz trazia o caminho por Coruche, tomou por limite êste mosteiro e nêle esteve três dias esperando que chegasse e daqui se foram ambos a embarcar a Salvaterra».

Refere o cronista dominicano, e com êle outros autores, a agradável e perdurável impressão que ficou a D. Felipe desta estada no Convento da Serra de Al-

ainda hoje (1) uma charneca deserta, então só se via que era ali o centro das mais fragosas penhas, com alta espessura de embrenhados matos: ali viram um dia os ditos pastores, na ladeira de um monte, entre áspera penedia, onde só as feras habitavam, sendo incógnito aos homens, os reflexos de umas resplandecentes luzes, as quais dizem que continuaram assim por sucessivos dias. Guiados por estas luzes, en-

meirim, de que para êste resultaram importantes beneficios, como a concessão de uma renda de cento e cinqüenta cruzados, além do que já tinha, pagos pela casa dos cônegos regulares de Santa Cruz de Coimbra.

Nas «Lettres de Phillipe II a ses filles les Infantes Isabelle et Catherine, écrites pendant son voyage en Portugal (1581-1583)», publicadas por M. Gachard (París, 1884), vem incluída uma carta datada de Almeirim a 7 de Maio de 1582, da qual transcrevemos os seguintes períodos, onde há referencias ao Convento da Serra :

«Tres cartas de cada una de vosotras tengo á que responderos, y no sé si podré agora, porqu'es ya tarde. Y primero os diré que desde Salvatera vine, el mártes a la tarde, á Muja, qu'es dos leguas de alli y dos de aqui, adónde my hermana avía de venir á hazer noche ántes de llegar aqui. Y por no occupar el aposento, no la esperé alli, sino fuyme, el miércoles, á un monesterillo de Dominicos, bonito aunque pequeno, que se llama Nuestra Señora da Sera, qu'es dos leguas de alli y dos de aqui. Y mi hermana tardó más que pensámos, porque, por apartarse de Portalegre que avía peste, la truxeron por Elvas e Estremoz, adonde salieron á besarle las manos los duques de Bergança, como deven aver escrito otros. Y asi m'cstuve el jueves em el monesterio; y el día que vine de alli se mataram cinco puercos, aunque yo no vi matar sino el uno, y dos llevó Caranda a my sobrino, que los dió á my hermana, digo quatro puercos y un ciervo, que me truxeron entónces, qu'estava bien gordo, porque dormió my hermana, el jueves á la noche, quatro leguas del monesterio donde yo estava.

Y el viernes, que my hermana avia de venir á Muja, fui yo alli, adónde se quedó Madalena á esperarla, y llegué antes que my hermana, y porque llovia mucho, pasé adelante en el carro hasta topar my hermana, más de media legua de alli, y sali del carro á priesa, y la fuy á besar las manos ántes pudiese salir de suyo, en que venian ella e my sobrina á la una parte, y á la otra la duquesa y otra que no conozco aun bien. Y porque no podia caber en el carro de my hermana, se quixó pasar al myo, en que tanpoco no caviamos muy bien, á lo menos ella y yo y mis sobrinos tambien, que cabian mejor. Y lo que ella y yo holgaríamos de vernos lo podeis pensar, aviendo 26 años que no nos haviamos visto.

.....
Veniamos asi hasta Muja, dónde estuve un rato con my hermana, y me bolví al monesterio aquella noche, porque no cupiéramos todos en el lugar.
.....

(1) Ano de 1740. «Hist. de Santarém Edificada», por Fr. Inácio da Piedade e Vasconcelos.

traram os pastores em uma cova e nela encontraram uma imagem da Virgem Santíssima, que logo foi venerada numa pequena Ermida que os descobridores, apesar da sua pobreza, fabricaram na serra e que no decorrer dos anos se tornou muito visitada, não só pelos fiéis como também pelos que o divertimento da caça levava àqueles sitios.

El-Rei D. João II, vendo que a casa era já pequena para a grande concorrência, *fêz tenção de edificar outra com grandeza e melhor forma, em parte onde custasse menos passos aos romeiros, porque o monte era trabalhoso de subir.* A morte não o deixou satisfazer êste seu desejo, mas, manifestando-o no seu testamento (particularizando que se edificasse junto da fonte e com gazalhado para um ermitão), el-Rei D. Manuel lhe deu cumprimento, mandando construir nova Ermida com várias acomodações. Da devoção do Monarca Venturoso por esta Senhora existia ainda em 1740, segundo o testemunho de Fr. Inácio da Piedade e Vasconcelos, um interessante documento: — um quadro que el-Rei D. Manuel ofereceu à casa da Senhora da Serra, no qual se mandou retratar juntamente com sua segunda mulher, a rainha D. Maria, e todos os seus filhos ⁽¹⁾.

Querendo o mesmo Rei que *a casa de Nossa Senhora da Serra de junto de Almeirim pudesse ser melhor provida e nela as cousas do serviço de Nosso Senhor pudessem ser melhor feitas e acêrca delas pudesse haver quem melhor e mais continuamente as fizesse e administrasse*, determinou doá-la, com certas obrigações, ao convento da Ordem de S. Domingos, de Santarém. A carta respectiva está regis-

(1) Também o Cardial-Rei, segundo conta Fr. Luis de Sousa, no livro VI, vol. II, pag. 427, ed. 1767 da «Historia de S. Domingos», protegeu munificamente o convento de Nossa Senhora da Serra, de Almeirim, e não se contentando de estar representado com seu pai e irmão no retábulo da capela-mor, se mandou retratar, diante do Crucifixo, onde se via de joelhos e bem ao natural. A esta notícia se referiu S. F. (o falecido doutor Santos Farinha?) na *Ilustração Portuguesa*, 2.ª série, n.º 894, de 7-4-23, ocupando-se de um quadro em que figura o Cardial-Rei, atribuido a Ticiano e adquirido pelo Marquês da Foz.

O autor do artigo da *Ilustração Portuguesa* estabelece a possibilidade de êste quadro ser proveniente do Paço de Almeirim, por ter figurado nos inventários da Casa de Alorna. No quadro em questão figuram, além do Cardial-Rei, dois grandes senhores, ostentando trajos do Patriciado, que o autor do artigo diz serem Baltasar de Faria e Simão da Veiga.

tada no Livro I da *Estremadura*, fl. 151, e tem a data de 6 de Abril de 1501.

Indo el-Rei D. Manuel visitar, como costumava quando estava em Almeirim, a Senhora da Serra, acompanhado de seu filho o Príncipe D. João, então de 12 anos, lhe pediu o futuro D. João III que o deixasse fazer ali um convento «porque nisso tinha gôsto». Dando-lhe seu pai a licença pedida, empenhou-se o Príncipe, com grande entusiasmo e fervor, na construção da obra, para a qual concorreram el-Rei, a Rainha e muitos fidalgos, êstes com parte de suas moradias.

Assim começou o Convento da Serra, de que só restam agora algumas paredes despidas dos azulejos que as forravam, campas profanadas e ossos humanos recolhidos em barricas. E deve-se ao senhor Conde do Sobral o não ser maior o desrespeito. Anteriormente, os restos dos que ali tiveram a última jazida amontoavam-se pelo chão, numa exposição macabra.

*

* *

Vimos lá três lápides sepulcrais, não sabemos se ainda nos seus primitivos lugares. Uma de DIOGO VAZ RONQUILHO, sem data ⁽¹⁾; outra de 1554, que não pudemos lêr, e uma outra, que mede 10×4,5 palmos, brasonada, com paquife artisticamente lançado, na qual se lê o seguinte epitáfio:

SEPVLTURA DE FERNÃO SOA
RES FIDALGVO DA CASA DE
LREI DO JOAO TERCEIRO DESTE
NOME E SEU PAJE DO LIV
RO FALECEO AOS XXII DIA
S DO MES DE JVNHO NA E
RA DE 1544 ANOS

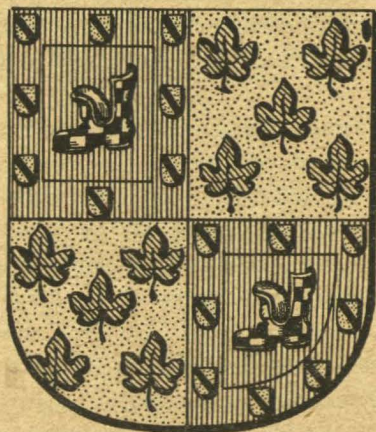
(1) Na preciosa «Collecção de Epitaphios, Inscriptões e Letreiros», por António Joaquim Moreira, manuscrito da Academia das Sciências de Lisboa, encontrámos referência a um epitáfio existente na nave central da Igreja de Santa Iria, em Santarém, com os seguintes dizeres:

«Sep.^a de Diogo Vaz Romquilho e de seus herdeyros», também sem data.

O brasão é esquartelado : 1 e 4 de Calatayud e 2 e 3 de Figueirôa.

Quem era Fernão Soares vêr-se-á nos seguintes apontamentos genealógicos, colhidos nos nobiliários da Biblioteca Nacional de Lisboa e em documentos da Torre do Tombo, êstes quasi todos citados por Braamcamp Freire na sua obra monumental sôbre Gil Vicente.

Diz Afonso Lopes de Haro que a família Calatayud ou Calataud procede de Rodrigo Sanches Zapata, da vila de Calatayud, no reino de Aragão, e de D. Oria Ximenes, ambos de fidalguia assás conhecida.



Dividiu se a família Zapata em vários ramos com êste apelido e o que ficou em a referida vila tomou o nome de Calatayud, que se conservou nos condes del Real e em outras casas da principal nobreza.

Os Zapatas blasonam : de vermelho, com cinco sapatas xadrezadas de prata e de negro, postas em sautor ; bordadura também de vermelho, carregada de sete escudetes de ouro, cada escudete carregado de uma banda de negro.

O ramo de Calatayud blasona também de vermelho e com a mesma orla, mas com uma só sapata, como se vê no primeiro e quarto quartéis da gravura que inserimos. Os segundo e terceiro quartéis da mesma gravura representam as armas dos Figueirôas : de ouro, com cinco fôlhas de figueira, de verde, postas em sautor.

Alguns Zapatas usam duas sapatas no mesmo escudo dos outros

ramos, como os de Vale-de-Tôrres—e o conde de Barajas, *cabeza de los Çapatás, tras cinco*, diz Argote de Molina.

*

* *

João de Calatayud passou a Portugal ao serviço da Rainha D. Maria, segunda mulher del-Rei D. Manuel. Dizem uns que vinha já casado com D. Aldonça Soares de Figueirôa, que acompanhara também a mesma Rainha como sua camareira pequena. Afirmam outros que o casamento se realizou neste país e que João de Calatayud veio para Portugal muito posteriormente à Rainha D. Maria. Seja como fôr. Dêste enlace nasceram, entre outros filhos, os seguintes:

a) — *João de Calatayud*, que foi porteiro-mor do Príncipe D. João, por carta de 22 de Julho de 1517 e confirmado, quando o mesmo Príncipe subiu ao trono, por carta de 31 de Julho de 1522. Serviu o referido officio até 1538, ano em que renunciou, recebendo em compensação uma renda vitalicia de 50:000 réis. Continuou, porém, vivendo na côrte, diz Braamcamp Freire, e el-Rei o fêz do seu conselho em 1554. Faleceu em 13 de Fevereiro de 1565, sendo sepultado na casa do capítulo do convento de S. Francisco de Lisboa.

De sua mulher D. Maria de Azevedo teve, entre outros, a D. Helena de Calatayud, que casou com Cristóvão de Melo, porteiro-mor em substituição de João de Calatayud.

O officio de porteiro-mor conservou-se nesta linha de Melos. Um bisneto de D. Helena — Luis de Melo —, porteiro-mor, faleceu solteiro, passando o officio para seu tio Manuel de Melo, casado com D. Francisca de Vilhena, sua prima. C. g.

b) — *D. Maria de Calatayud*, casada com D. Jorge Henriques, senhor de Barbacena e reposteiro-mor de D. João III desde a sua elevação ao trono, cargo que em 1548 trocou pelo de caçador-mor, que apenas conservou até 1554. D. Maria de Calatayud faleceu em Lisboa em 1561 e D. Jorge Henriques passou a segundas nupcias com D. Maria de Meneses.

Referindo-se ao falecimento de D. Jorge Henriques, escreve

D. Antonio de Lima, no seu nobiliário: «... e dizem que D. Maria de Meneses ficou donzela».

A D. Maria de Calatayud alude Garcia de Resende nuns versos que compôs em Almeirim, em Março ou Abril de 1510, com novas da côrte, endereçados a Manuel de Goios, que lhos pedira e estava por capitão da Mina.

As *novas* referem-se a algumas beldades da côrte de Almeirim de há quatrocentos anos, e julgamos interessante a sua transcrição:

D'Anriquez dona Marya
bem deveys laa de saber
que nam he jaa quem soya,
nam diguo no parecer
porque creçe cada dia.
Não traz nenhũ servydor,
porque ee de tanto primor
que ninguem a nam contenta,
nem he de todo ysenta
que o nam consenta mor.

D. Joana de Mendonça
que deixastes hà partyda
hũa muito gentyl moça,
nam he cousa desta vida
que mat' oos omês per força.
Creçeo tanto em fermosura,
em manhas, desenvoltura,
graça, saber, descriçam
que nam synto coraçam
a que nam dê maa ventura.

A outra sua ygoal
no nome e na ydade
sabey que em Portugal
gentileza de verdade
nunca se vio outra tal.
Póys a nam posso louvar
quero vola nomear
dona Joana Manuel,
mays que o anjo Guabriel.
tem tudo para guabar.

As duas favorecidas.
 Calatayud, Fygueyrou
 de serem qua mal servydas
 perdey disso bem o doo,
 qu'estam longe desqueçidas.
 Fygueyrou he no seram
 de cantiguas de tençam
 mais servyda que ninguem
 de tres, que cantam muy bem,
 nysto sabereys quem sam.

Gil Vicente, em 1512, na farsa *Velho da horta*, refere-se ás mesmas damas e de D. Maria de Calatayud diz :

E vós, senhora, por mercê,
 oo sancta dona Maria
 de Calataud, porque
 vossa perfeiçam lhe dee
 alegria.

.....

c) — *Fernão Soares* que teve sepultura no Convento da Serra de Almeirim.

*

* *

Fernão Soares é também falado nos versos de Gil Vicente, que dêle diz na «Nau dos Amores» (1527):

Fernam Soares tambem
 yrmão do porteiro mor,
 quanto mayor amor tem
 mais pequeno he o favor,
 que elle espera de ninguem.

Braamcamp, referindo-se a Fernão Soares, escreve: «Dêle apenas sei que ainda era moço fidalgo quando, por carta de 2 de Agosto de 1519, lhe foram dados 20:000 réis de tença em satisfação dos serviços de sua falecida mãe (Livro 37 de D. João III, f. 145) e já escudeiro fidalgo na fôlha de 1528 com a moradia, além da cevada, de

2.500 réis. (Sumários, de Lousada, I, 694). Depois passou para Africa e pelo seu serviço durante dois anos em Tânger lhe foi dada a comenda de Santa Maria de Almendra na Ordem de Cristo, por carta de 13 de Junho de 1537 (Livro 24 de D. João III f. 128). Parece ter morrido solteiro não sei quando.

Pelo epitáfio que reproduzimos, podemos, pois, acrescentar à nota de Braamcamp que Fernão Soares faleceu em 22 de Junho de 1544. Relativamente a ter morrido solteiro, cremos que não, pois na Colecção Pombalina, códice n.º 421, nomeando-se os filhos de Francisco de Anhaya, (1) capitão-mor das naus que foram à Índia no ano de 1526, diz-se que elle teve de sua mulher D. Maria de Meneses, entre outros filhos, «D. Maria, mulher de Fernão Soares pagem do livro del-Rei D. João III, tit. de Calatayud, depois de Jeronimo Roiz de Carvalho».

Esta D. Maria, que alguns chamam Guiomar, teve um sobrinho chamado Francisco de Anhaya e Meneses, morador na sua quinta do Sobral, termo de Santarém, que fez uma escritura de doação a seu irmão Pedro Gomes de Anhaya, nas notas de Rui Nunes, tabelião em Almeirim, em 22 de Março de 1588.

Os nobiliários dizem que Fernão Soares deixou uma filha bastarda, chamada Helena, que professou.

Sobre Fernão Soares, encontrámos ainda o seguinte documento, não citado por Braamcamp, e que se encontra registado na Chancelaria de D. João III, liv. 32, fl. 57 :

«Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem ffaço saber que por fazer merçe a fernão soarez fidallguo de minha casa e meu

(1) — Êste Francisco de Anhaya é prováavelmente o filho de Pedro Anhaya, o heroi de Sofala, e a êle se refere o seguinte epitáfio, que Joaquim António Moreira copiou, existente na capela-mor da igreja de Nossa Senhora de Palhais, gravado em sepultura rasa, brasonada :

*«Esta sepultura he de Francisco de Anhaya
Fidalgo da Casa del Rey Nosso Senhor. Fal-
leceo em 1541».*

paje do livro ey por bem e me praz q. daqui em diante em sua vida não pague juguada das terras de hum seu casall q. tem campo de santarem q. se chama o casall da see e esta aos marinhos junto de vall de cauallos a quall juguada não paguara ora lavre o dito casall per sy ora por qualquer laurador ou pessoa a q. ho aRendar notificoo asy ao meu contador da comarqua e comtadoria de santarem e ao allmoxarife das juguadas da dita vïlla e a quaesquer outros meus officiais e pessoas a q. ho conheçim.^{to} desto pertencer e lhes mão q. daqy em diante em vida do dito fernão soares ho não costramguão a elle nē a pessoas q. de suas mãos trazer o dito casall a pagar juguada delle por quamto lhe ffaço della merçe como dito he/ E esta carta se Registara no liuro dos contos da dita comtadoria pera se saber como lhe tenho ffeita esta merçe na man.^{ra} sobredita/ manuell da costa a fez ē allmeirim a xbj dias de mayo anno do naçimento de noso Sõr. Jhesu Xpo. de b^c Rij.»

*

Alvitrámos, na Associação dos Arqueólogos, que se promovesse a recolha, no museu distrital, das lápides do Convento da Serra de Almeirim, tendo o nosso illustre consocio sr. Visconde de Santarém iniciado deligências nesse sentido.

Fração de Vasconcellos.

CAMÕES NA OBRA DE SEQUEIRA

COMUNICAÇÃO FEITA À ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
EM SESSÃO DE ASSEMBLEA GERAL DE 14 DE JUNHO DE 1924

POR

LUIZ XAVIER DA COSTA

A Henrique de Campos Ferreira Lima

Em consequência de haver sido determinado que nesta sessão de estudo se tratasse unicamente de assuntos camonianos, também eu ocuparei por momentos a atenção dos meus ilustres consócios, expondo algumas notícias e documentos novos, que pude coligir, referentes á iconografia do épico português executada pelo grande artista cuja vida e obras tenho procurado esclarecer e apreciar.

Nada resulta perfeito: Apesar de tantos esforços empregados e da boa vontade que dispendi ao escrevê-lo, vou encontrando no livro «*A morte de Camões — Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira*», publicado em 1922, deficiências em vários pontos; porquanto a respeito dêles adquiri alguns dados a mais e maiores conhecimentos, posteriormente á elaboração daquêlê trabalho. Não modificam na verdade, como já em anteriores comunicações ⁽¹⁾ tenho afirmado, qualquer das conclusões que formulei, nem alteram as deduições de

(1) «*Domingos Antonio de Sequeira e Francisco Vieira Lusitano desenhadores de medalhas*» — in «*Arqueologia e História*» Vol. I — Pags. 169 a 182.

«*Domingos Antonio de Sequeira desenhador de medalhas*» — in «*Arqueologia e História*» Vol. II — Pags. 109 a 143.

que elas resultam. Mas, desde que ampliam umas e completam outras, julgo obrigatório trazê-los a público, aproveitando as oportunidades que se me oferecerem, para preencher as faltas.

*
* *
*

Assim, por exemplo, no meu livro explanei a suposição de que, além do quadro referido, pintado «à la hâte» como dizia o conde do Lavradio e exposto em Paris no ano de 1824, exactamente ha um século, tivesse Sequeira idealizado, anteriôr ou concomitantemente, outros projectos, realizado estudos e até executado esboços, com motivos camonianos diferentes.

Sabido, como é, haver o artista oçupado a sua actividade em numerosos trabalhos inspirados pela história pátria, preferindo a representação dos episódios no seu aspecto romântico e poético (1), tal conjectura tornava-se muito plausível. Para mais, a influência da obra e da personalidade de Camões, que aparece em todas as manifestações intellectuais e artísticas da vida nacional desde o princípio do século XIX, continuando as exteriorizações esparsas nos séculos anteriores, adquire grande intensidade depois dos meados da segunda década oitocentista, tornando-se o poeta e a sua epopeia o símbolo político e assunto preferido dos espíritos liberais e cultos.

Em abril de 1819, assinado por F. S. C., iniciais de Francisco Solano Constancio, publicavam em Paris os «*Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras*» (2) o primeiro dos dois célebres e violentos artigos de critica á nova edição in-8.º dos «*Lusiadas*», feita nêsse ano e naquela cidade por Firmin Didot, sobre a anterior, in-4.º atlante, do morgado de Matteus, e que o editor «offerecia ao publico revista, correcta e até acrescentada, nitida mas de preço accessivel».

Referindo-se á edição monumental de 1817, escrevia o articulista: «Sem menôsprezar os artistas que contribuíram a aformosear a obra, creio que tanto nacionaes como estrangeiros teriam visto com satisfação, que na patria de Camões ainda hoje não estavam inteiramente extinctas as artes. Creio, pelo menos, que um ou dois debuxos do

(1) Veja a NOTA FINAL.

(2) «*Resenha analytica*» — Tomo IV. — De pags. 3 a 37.

sr. Sequeira, e de alguns dos artistas seus collegas, bem poderiam ter figurado a par dos desenhos que adornam aquella bella edição.»⁽¹⁾

Cheio de razões, retorquia pouco tempo depois Bento Luiz Vianna, na «*Breve resposta á critica da nova edição dos Lusíadas...*»⁽²⁾: «O Senhor D. J. M.⁽³⁾... como reside em Pariz escolheo esta capital, onde tanto florecem as artes, afim de que se dessem as mãos a sublimidade do poema, a belleza typographica, a perfeição do desenho, e a delicadeza do buril. Mas o deparar-lhe a ventura um Firmino Didot, um Gerard, artistas tão habeis, tão distinctamente conhecidos, dá azo ao critico de blazonar de patriotico, desejando que *pelo menos um ou dous desenhos do Senhor Sequeira adornassem aquella bella edição*. Longe de nós desconhecer o merito do Senhor Sequeira; mas estando o nobre editor em Pariz n'um tempo, em que a guerra tantos paizes assolava, havia grandes meios de obter de Lisboa esses desenhos? E dado que os houvesse, onde iria parar a unidade de concepção, a identidade de estilo, absolutamente necessarias nas artes de bom gosto? A Academia Real das Sciencias de Lisboa... no seu relatorio... não se lembrou de que podera reinar uma grande harmonia, e unidade, entre desenhos executados, uns em Pariz, outros em Lisboa, e outros talvez no Pará, ou na China. Quanto mais que o aifago, o excessivo disvello com que o senhor D. J. M. trabalhava n'esta edição, carecia ter presentes os artistas, para de toda a sorte os animar, ser-lhes guia nos seus planos inventivos, e por si mesmo observar os progressos, que cada um fazia na parte que lhe tocava.»⁽⁴⁾

Não trabalhou Sequeira para a admirável edição do morgado de Matteus; e na copiosissima parte da obra do artista, guardada em museus públicos e colecções particulares, conservada ainda na posse da familia, ou esparsa profusamente, a qual tem passado pelo meu exame, não encontrei até agora sinais de que tivesse feito illustrações para nenhuma outra edição dos «*Lusíadas*», ou que representem especial e indubitavelmente qualquer episodio do poema.

(1) «*Diccionario bibliographico portuguez... de Innocencio Francisco da Silva...*» por Brito Aranha — Tomo 14.^o (7.^o do suppl.) — Lisboa 1886 — Pag. 131.

(2) *Paris 1819*. — Publicada com as datas: «26 de junho» no fim e «12 de julho» no P. S.

(3) D. José Maria de Sousa Botelho, morgado de Matteus.

(4) «*Diccionario bibliographico portuguez... de Innocencio Francisco da Silva...*» por Brito Aranha — Tomo 14.^o (7.^o do suppl.) — Lisboa 1880 — Pags. 133-134.

Sabemos que tratou, com visível aprazimento, um assunto ligado á epopeia camoniana: o desembarque de Afonso de Albuquerque na India (1). Figurou-o na grande águarela dedicada em 1809 ao marquês de Marialva, propriedade actual da família do falecido coronel Antonio Bernardo Ferreira, no Pôrto, depois de haver pertencido ao barão de Forrester, na mesma cidade; repetindo-o no esbôço a óleo pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga (2), o qual reproduz fielmente, mas em ponto maior e com menos vigor e acabamento, a águarela do Pôrto.

Silva Leal, biógrafo de Sequeira (3), menciona um quadro seu não conhecido e cujo destino ignorava, figurando o desembarque de Vasco da Gama em Melinde. Tenho razões para supôr que deve ser o mesmo esbôço anteriormente descrito; e que um êrro na identificação do herói e na interpretação do facto histórico representado, originou o engano da notícia.

Expressando assuntos históricos tratados por Camões, também Sequeira pintou, afora o grande quadro da casa Anadia — «*Martim de Freitas rendendo o castello de Coimbra a D. Affonso III*» — (4) cujo esbôço Raczyński preferia ao trabalho definitivo, apesar de não lhe agradar qualquer dêles (5), um outro — «*Egas Moniz apresentando-se com a sua familia ao rei de Leão*» — que, no dizer de Silva

(1) Veja «*A morte de Camões...*» — Pags. 86 e segs.

(2) Êste esbôço, comprado em 1865 a Silva Oeirense pela Academia Real das Bellas Artes de Lisboa, com as verbas de el-rei D. Fernando, foi logo expôsto na «Galeria Nacional de Pintura» e mencionado a pag. 24 do respectivo «*Catalogo provisorio...*» de 1868, e a pag. 28 da «2.^a edição—1872» do mesmo, com o número e titulo — «8. *Um embarque*» —. Deixou de estar em exposição quando a «Galeria» se transformou no «Museu Nacional de Bellas Artes» e foi transferida para as Janelas Vêrdes, não figurando também no «*Catalogo provisorio — Secção de pintura*» de 1883 e no de 1889. Só ha pouco tempo, depois de beneficiado pelo exímio professor Luciano Freire, voltou a aparecer, juntamente com outros, na sala dos quadros de Sequeira.

(3) Os apontamentos e esclarecimentos que serviram a Silva Leal para escrever o trabalho inserto no «*Jornal das bellas-artes*» de 1843, fôram-lhe fornecidos por José da Costa Sequeira. Além da declaração do autor, exarada em nota ao seu artigo, conheço eu o original dêsses apontamentos, na posse da família Sequeira.

(4) «*Jornal das bellas-artes*» — 1843 — N.º II. — Pag. 31.

«*Artes e letras*» — III — 1874 — N.º 10 — Pag. 152.

(5) «*Les arts en Portugal-Lettres...*» — Pags. 284 e 285.

Leal, foi para a Suécia ⁽¹⁾ e cujo esbôço, ou talvez uma réplica, esteve durante muitos anos em exposição no Museu Nacional de Bellas Artes, sendo a sua descrição acompanhada, nos respectivos «*Catalogos*», por uma referência ostensiva ao canto VIII dos «*Lusiadas*» ⁽²⁾.

Comtudo nenhum dos trabalhos mencionados apresenta características que nos permitam afirmar inspiração directamente recebida em passagens da epopeia ou que fôsse propositadamente compôsto pelo artista para as ilustrar.

O mesmo sucede com um insignificante esbôço a lápis que representa o agrupamento dos Deuses no Olimpo e se encontra, juntamente com quatro outros pequenos estudos, de assuntos diversos, em meia fôlha de papel almaço branco, arquivada⁽³⁾ no opulento depósito dos desenhos de Sequeira do museu das Janelas Vêrdes. A composição em nada faz supôr uma interpretação dêsse inolvidável «*consilio glorioso*»

«Em luzentes assentos, marchetados»

tão maravilhosamente dramatizado pelo épico nas conhecidas passagens do canto I do seu poêma.

Durante a excursão que, em 1808, realizou a Coimbra, Batalha e Alcobaça, em companhia do conde de Forbin, é natural que fôsse impressionado pela história de D. Inês de Castro. Sabe-se que o francês executou desenhos do túmulo da rainha, o qual depois reproduziu em quadros tendo por assuntos a exumação e a coroação do seu cadaver ⁽⁴⁾. O pintor português, de quem é conhecido um álbum com apontamentos da mencionada viagem ⁽⁵⁾, tambem nêle

(1) «*Jornal das bellas-artes*» — 1843 — N.º II. — Pag. 32.

(2) Quadro adquirido a Silva Oeirense em 1865 pelas verbas de doação de el-rei D. Fernando. Vem mencionado a pag. 24 do «*Catalogo provisorio da Galeria Nacional de Pintura existente na Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*» de 1868, com o n.º 9; igualmente a pag. 28 da «*2.ª edição — 1872*» do mesmo. Vem mencionado e descrito a pag. 16 do «*Catalogo provisorio — Secção de Pintura*» do Museu Nacional de Bellas Artes, de 1883, com o n.º 498; igualmente a pag. 22 do «*Catalogo...*» de 1889, com o mesmo número. Ha tempo deixou de estar expôsto no Museu Nacional de Arte Antiga.

(3) Com o numero «1405».

(4) Veja «*A morte de Camões...*» — Pag. 57 e «*Apenso M*» pags. 182 e segs.

(5) «*Apenso U*» pag. 209.

Veja «*Un panneau inconnu de Roger van der Weyden?*» por José de Figueiredo — in «*Boletim de Arte e Arqueologia*» Fasc. I — 1921 — Pag. 91.

desenhou os túmulos de D. Pedro e de D. Inês, além de alguns objectos históricos e artísticos que mais despertaram a sua curiosidade nos mosteiros que vizitava. Apesar disso não descobri ainda qualquer obra sua, de maior ou menor vulto, inspirada na romântica lenda dos dois régios amantes e mais especialmente no formosíssimo episódio do canto III dos «*Lusiadas*».

*
* * *

Já a mesma coisa não posso dizer com relação a trabalhos inspirados na pessoa ou em episódios biográficos do poeta.

Além do quadro consagrado — «*A morte de Camões*» —, parece que o pintor executou outro, pelo mênos em esbôço adiantado. Em 3o de julho de 1922, o Dr. Vergílio Correia, que regressara recentemente de Itália, onde fôra colher dados e realizar pesquisas sôbre a obra e a vida do artista na cidade papal, do que resultou a importante monografia, publicada em 1923, «*Sequeira em Roma — Duas épocas (1788-1795 — 1826-1837)*», o Dr. Vergílio Correia, repito, comunicou-me que o encarregado da Academia de S. Lucas, naquela cidade, lhe dera a notícia de, alguns anos atrás, ali se haver vendido um quadro cujo assunto era «*Camões e o Jau*» e a assinatura de Sequeira, supondo que tivesse ido para a América.

Seria de primacial interêsse, para a história da obra do grande artista português, encontrar maior latitude na referida notícia, que aliás o erudito professor conimbricense deixou de incluir na monografia de que é autor. Com os elementos fornecidos, é impossível ajuizar do valor, espécie, composição e mais qualidades do quadro e até, com segurança, da época da sua execução.

Em Paris ou em Rôma, quando da emigração de Sequeira para essas cidades no fim do ano de 1823, haveria sido feito. Coisa alguma leva a supôr que fôsse executado durante a permanência em Portugal. Na lista das obras que deixou ao partir para o estrangeiro, organizada pelo sobrinho José da Costa Sequeira por incumbência do próprio exilado, ou nos outros papeis em podêr da família e cuja cópia possuo, nada se encontra a tal respeito.

E se é caso para lamentar que nenhum estudo ou desenho preparatório, com êsse motivo, seja conhecido ou identificado até agora, en-

tre tantos que nos ficaram do artista, ainda mais para estranhar é não existir a menor alusão á obra, quer na correspondência do pintor para o cunhado João Baptista Verde, na qual tão minuciosamente enumera os seus trabalhos de Paris e alguns de Rôma (1), quer da parte dos biógrafos que publicam notas mais ou menos completas das suas produções nas duas cidades onde residiu antes de falecer. Nem o genro Migueis de Carvalho, barão da Venda da Cruz, na célebre e conhecida carta que em 20 de março de 1846 dirigiu ao conde do Lavradio (2), fornecendo circunstanciada informação dessas produções, até á morte do seu autor, de algumas das quais ficára depositário e pretendia fazer negócio, manifesta que soubesse da existência do mencionado trabalho, a que não deixaria de referir-se, caso dêle tivesse conhecimento.

A sua natureza e características continuam incertas. Podemos admitir com verosimilhança que se tratava de algum esbôço, coevo ou próximo do quadro expôsto no «Salon» do Louvre e ligado a êle pelo motivo dos personagens e sequência das ideações. Se é que não constituia uma simples variante de composição, na qual a dolorosa figura do Jau assistia ao passamento trágico do poeta, em lugar do vago «amigo, habitante de Lisboa» do quadro definitivo (3), e expressando mais emotivamente a tradição histórica depois substituída pela concepção romântica.

O esbôço, feito em Paris em 1824, teria sido levado para Rôma em 1826. Aquí, abandonado ou esquecido por Sequeira, talvez cedido a alguém estranho á família, permaneceu ignorado dos biógrafos do artista, até que o aparecimento á venda, em época tão posterior á morte do seu autor, originou a vaga notícia que dêle agora temos. Meras suposições...

*
* *
*

Positiva é a existência de outros estudos nos quais o pintor parece haver representado a figura de Camões, destinando-os porêem a qualquer obra de assunto biográfico diferente dos que citei e para mim

(1) Veja «A morte de Camões...» — Pags. 238 e segs.

(2) Pag. 133.

(3) Pags. 23, 24, 37 e 92.

desconhecida, ou que de facto não passou de esboçados projectos.

Ha mais de dezeseis anos que eu possuía, por dádiva do meu illustre colega e bom amigo Dr. Luiz Augusto de Oliveira, de Viana do Castelo, um pequeno desenho de Sequeira —(Est. I.) — feito, conforme o processo preferido pelo artista na sua última maneira, a traços e esfumados de carvão, com toques abundantes de lápis branco para marcar os efeitos de luz, e executado sôbre um fragmento rectangular-oblongo de papel castanho, medindo $0^m,098 \times 0^m,072$, cortado e colado em cartão.

Êste desenho, proveniente da antiga colecção S. Romão, adquirida em 1899 pelo amador vianense, e oriundo provavelmente do leilão, em 1879, do espólio do marquês de Sousa Holstein (¹), apesar de interessante e sugestivo, como quasi todos os do grande debuxador, é de difficil interpretação, porque o seu deficiente acabamento, reduzida indicação de pormenores e nebulôso impressionismo, o tornam vago e objectivamente impreciso:

Em uma sala cujos aspectos architectónicos, portas ou janelas, se adivinham, dois personagens masculinos, trajando á moda da segunda metade do século xvi, estão assentados em grandes cadeiras de braços e altos espaldares, junto dos lados que formam o ângulo de pesada mesa. Ao centro do quadro um dêles, visto quasi de frente, iluminado fortemente por grande claridade, que provêm da direita e, batendo cruamente no chão, irradia para a figura citada e para as saliências dos objectos, gesticula com o braço direito, ao mesmo tempo que indica com a mão o vulto muito indistincto de um terceiro personagem, erecto na penumbra, á ilharga da cadeira; estende o outro braço sobre a mesa e, com o rosto virado três quartos á esquêrda, olha para o segundo personagem, a quem se dirige falando. Êste, situado no primeiro plano, quasi na sômbra, virado de perfil á direita, finca, com um movimento esboçado de reacção, a mão esquêrda no braço da cadeira em que se assenta, escuta o seu interlocutor curvando um pouco a cabeça para diante e parece fixar o vulto que êle aponta. Como fiz notar, tudo isto é vago, susceptivel de interpretações diversas...

Ainda que o desenho veio para a minha posse ao mesmo tempo daquêle em que Sequeira representou «Camões moribundo num catre

(¹ Veja «A morte de Camões...» — Pag. 20 e «Apenso C» pag. 148.





do hospital» e que originou o meu trabalho sôbre o quadro expôsto no «Salon» do Louvre de 1824, a verdade é que nunca me sugeriu a idea de que representaria qualquer episódio da vida do autor dos «*Lusiadas*», ou que a imagem dêste se encontrava entre as que apreciavam esboçadas.

Só muito recentemente fui levado a tal suposição pela descoberta, na colecção do Dr. Luiz Augusto de Oliveira, de outro bosquejo do artista ⁽¹⁾ com apontamentos e estudos que se ligam ao que descrevi. Traçados a lápis sôbre meia fôlha de papel almaço branco e esteirado, cortada nas dimensões de 0,^m238 × 0,^m178 e colada sobre cartão, neste acha-se escrito, também a lápis, pela lêtra de Manuel S. Romão: «*Sequeira (Estudos de Camões e outros)*».

A reprodução que publico reduzida de $\frac{1}{3}$ — (Est. II.) — supre com vantagem qualquer longa explicação, pois mostra claramente a natureza e disposição dos assuntos :

Na parte superior repete-se, quási com identidade de figuras e de acessórios, o esbôço feito a carvão e reproduzido na Est. I. Se bem que a modelação geral é mais sumária, a attitude das primeiras mais simplesmente marcada e os efeitos de luz não apontados, êste aspecto esquemático deixa melhor percebêr a disposição e algumas particularidades da composição, reconhecendo-se que as figuras erectas ao lado e um pouco para trás da cadeira em que se assenta o personagem que gesticula e as indica com o braço, são mais do que uma, caminhando de enfiada, vistas de frente ; e que, mais para a direita, existe uma grande porta encimada por volumôso e saliente dintel.

Por baixo repete-se o mesmo têmea, invertido porém na topografia : ficando ao centro, virado três quartos á direita, o personagem que gesticula ; e á direita, virado três quartos á parte contrária, o que parece escutá-lo. As figuras erectas á esquêrda, por detrás do primeiro, caminhando em seguimento, mas vistas de lado, são quatro

(1) O Dr. Luiz Augusto de Oliveira, oferente generôso de quási tôdos os desenhos de Sequeira que possui, presenteou-me também com o bosquejo a que me refiro.

Eu já não tenho palavras para agradecer ao erudito colecionador vianense tôdas as suas continuadas e valiosas dádivas.

Sejam êstes meus modestíssimos estudos, quási sempre baseados nelas, a melhor prova do aprêço que merecem e do reconhecimento que dedico ao venerado amigo.

homens vestidos também á moda do século xvi, com as cabêças descobertas, ademanes evidentes de humildade e segurando talvez, ao que parece, molhos de cordas nas mãos: Um dêles, mais á frente, está junto ao espaldar da cadeira; o segundo sustenta comprida vara na mão direita levantada e, com a outra, conduz o terceiro, preso por um laço atado aos pulsos cruzados e descaídos; o quarto segue atrás de todos, isoladamente...

Além dos bustos, em miniatura, de um homem trajando á moda do comêço do século xix e de uma senhora decotada, que apresentam tôdas as características de serem retratos e se encontram finalmente debuxados na parte súpero-esquêrda do mesmo papel, nada tendo com as composições que acabei de descrever, existem pela parte inferior destas, vários apontamentos isolados das duas figuras assentadas que nelas se encontram, repetindo-se em esboços de estudo.

Destacam-se porêem, de entre tôdas, as representações fixadas em vultos de muito maior escala, mais acabadas e definidas, do personagem que fala e gesticula. Repetem-se nestas condições por duas vêzes, sendo manifesto haver-se o desenhador comprazido em fixá-las circunstanciadamente; pois, se diferem na expressão da máscara e em certos pormenores desta, são idênticas em tudo o mais, figura, vestuário e atitudes, como realizações de concepção definitiva. Confirmando a indicação do anotador apógrafo, no seu apontamento á margem da folha dos esboços, mostram elas tôdas as aparências de serem efigies de Camões.

E se efectivamente o são, tornam-se notáveis pelo modo realista, original e absolutamente apropriado como o artista interpretou neias o retrato do poeta: um velho de aspecto cansado, expressão fisionómica fundamente emotiva, feições nobres e acentuadas, nariz aquilino, bôca pequêna e em parte escondida por farto bigode; intonsa barba branca lhe cobre as faces e o mento; a fronte ampla e calva é cheia de rugas, os cabêlos raros e emmaranhados... Particularidade importante e sôbre a qual chamo a atenção: em ambos os desenhos, o olho direito da figura apresenta-se ostensivamente defeituôso, como que cego ou desaparecido.

O retratado veste gibão golpeado, com hombreiras; punhos de fôlhos, bragas pouco justas; e ostenta em volta do pescôço, como é

próprio do traje da época, a espessa gola encanudada, em forma de prato, que parece sustentar a cabeça.

Figurando estar assentado, com o busto um pouco curvo para diante e os membros inferiores cruzados pelas côxas, estende o braço direito em um movimento de veemente exclamação, emtanto que, com o antebraço esquêrdo flectido, a mão fechada e o polegar estendido, aponta qualquer coisa que lhe fica para a parte posterior. A atitude é análoga á representada nos esboços de conjunto descritos, e o gesto indicador é referênte aos indivíduos que naquêles apparecem por detrás e á ilharga da cadeira do mêsmo personagem.

Já fiz notar que, se de facto retratam Camões, êstes desenhos interessam em alto grau, porque nos mostram a maneira especial, dramática e verosímil, como o excepcional artista, que foi Domingos Antonio de Sequeira, ideava a personalidade do épico, realizando a sua representação de uma forma tão sugestiva e sóbria. Mas adquirem maior importância ainda, porque fazem entrever qual seria a fisionomia do protagonista no quadro «*A morte de Camões*» ou, melhor e exactamente, «*Sujet tiré de la vie du Camoëns*» conforme é intitulado no catálogo oficial do «Salon» onde foi expôsto.

O quadro está perdido (1). Os esboços não se sabe onde param (2). E, dos dois estudos que restam ao nosso conhecimento e que serviram de base para o trabalho de reconstituição histórica e crítica que publiquei, em um dêles, que me pertence, não chegou a ser esboçada a cabeça (3); sendo no outro, existente na colecção do Dr. Vasco Rebêllo Valente, o desenho tão sumário na execução e em tão pequena escala (4), que não permite sequer fazer uma idea aproximada do que seria na execução definitiva.

A obra, realista de expressão e composta com grande simplicidade, fazia lembrar, segundo Manuel d'Araujo Porto-Alegre, que a viu, um Gerard Dow (5). As efigies agora estudadas condizem perfeitamente com a descrição resumida que nos ficou do rôsto dêsse «Camões moribundo», completando-a até certo ponto pela imagem :

(1) Veja «*A morte de Camões...*» — Pags. 112 e segs.

(2) Pag. 29.

(3) Pag. 15.

(4) Pags. 34-35.

(5) Pag. 61.

«A Figura do Velho Poeta, . . . , é . . . mui bella, considerando-se poeticamente. Em seus membros devorados pela velhice, a travez das suas barbas emmaranhadas, descobrem-se-lhe ainda vestígios dessa organização superior, que o constituirão ao mesmo tempo, um Poeta consumado, e um Soldado aguerrido.» (1)

Difícil é, se não para mim impossível, precisar agora qual a scena da vida de Camões representada nas composições de que me tenho occupado e que as estampas reproduzem. São insufficientes os seus dados objectivos e pouco fundamentadas as interpretações que se podem formular. Tratar-se-ha por certo de qualquér episódio referido em lendas tradicionais, ou criado pelo artista como fantasia inspirada nelas.

Muito provávelmente de uma entrevista com o rei D. Sebastião, análoga á que Almeida Garrett romantizou nos cantos sétimo, oitavo e comêço do nôno, do seu formôso poêma (2), dando-lhe início em uma sala dos

« . . . nobres paços da risonha Cintra,
Não sôbre a roca erguidos, mas poisados
Na planicie tranquilla,» (3)

e depois transportando-a

«Da Penha-verde á fresquidão . . .» (4)

Até as atitudes das figuras, esboçadas pelo desenhador, de algum modo fazem lembrar o diálogo célebre, entre o rei cavaleiro e o cantor das glórias portuguesas, no episódio garretiano:

« REI.

« . . . — É este (Disse,
Fallando aos cortezãos) de quantos d'Asia
Ao reino vem, primeiro, que não falla
Em suas cicatrizes.»

(1) «*Courrier Français*» — N.º 264 — Paris le 20 Septembre 1824.

Veja «*A morte de Camões . . .*» — Pags. 24, 25 e «*Apenso F*» pag. 157.

(2) «*Camões, poema*» — Paris, Na livreria nacional e estrangeira, Rue Mignon, n.º 2, faub. St.-Germain. — 1825.

(3) Canto VII — Pag. 125.

(4) Canto VII — Pag. 130.

CAMÕES.

«Bastas erão

Senhor, as de Pacheco, e...»

REI *com aspereza.*

«Eu não ignoro

Os feitos de Pacheco.»

Olhos pasmados

De cortezãos no vate se fixarão,

Que tam crua verdade abalançava

Ousado a proferir: ...» (1)

A semelhança manifesta-se ainda mais, se atentarmos nos restantes vultos de um dos esboços, entre os quais, como já fiz notar, parece que figura um homem amarrado pelos pulsos, conduzido e escoltado por outros que trazem cordas nas mãos. O que pode significar a visão de Duarte Pacheco, transportado preso desde S. Jorge da Mina, para entrar algemado em Lisboa, evocada pela oratória sugestiva de Camões e representando-se alucinadamente na imaginação vibrátil e exaltada de D. Sebastião.

E se assim não é, se de facto a imprecisão do desenho origina um êrro na sua interpretação, fazendo confundir o aspecto dos cortezãos assistindo á scena e segurando nas mãos os seus chapéus de plumas, possivelmente indicado, com aquêlê que julgo observar, nem por isso a semelhança apontada deixa de existir.

Certamente, ao fazer a aproximação dos dois autôres, o pintor e o poeta, eu não posso afirmar que qualquer dêles, Sequeira ou Garrett, se inspirasse na obra do outro. Limito-me a consignar, como já fiz em relação a diferente trabalho do primeiro (2), a aparente simi-

(1) Canto VII. — Pag. 129.

(2) Sôbre as relações de Garrett com Séqueira e sôbre a possibilidade da influência da obra do pintor na do poeta, veja-se o que escrevi no meu livro «*A morte de Camões...*», de pag. 94 em diante. Aí tratei largamente o interessante problêma no que diz respêito ao quadro, expôsto no «Salon» do Louvre em agôsto de 1824, e ao poema, publicado em Paris em fevereiro do ano seguinte.

Garrett e o seu biógrafo Gomes de Amorim esforçaram-se constantemente por fazer acreditar que essas relações fôram nulas, pelo menos até á última das datas apontadas. Na carta do primeiro, dirigida a Pedro Antonio Borges em «Sabbado, 22 de fevereiro (1845)» e publicada em «*Garrett — Memórias biographicas por Francisco Gomes de Amorim...*» — Tomo III — Lisboa 1884 — Pags. 128 e 129,

litude das idéas e a sua analogia de composição, realizadas em campos tão diversos de exteriorização artística; o que leva a admitir, pelo menos, conhecimento comum do fundo histórico ou tradicional de onde fôram extraídas. Para resolver cabalmente o problêma, seria necessário assentar definitiva e indiscutivelmente qual a significação da scena representada pelo desenhador nas suas composições, e mesmo identificar os personagens esboçados nelas.

Tais como estão apresentadas, julgo insuficientes os elementos que fornecem, para me aventurar a sair do campo das hipóteses.

*
* *
*

Ao terminar esta comunicação, um receio me oprime; o de não haver conseguido apresenta-la por forma condigna de quem, com tanto interesse, me atendeu.

Raras vêzes as absorventes obrigações da minha vida profissional permitem larguêzas de tempo para dedicar a outros assuntos; e mênos

encontra-se: «... — Fiz uma vez, quando era muito creança, uns versos a madame Catalani, em Londres, e outros outra vez ao pintor Sequeira em Paris, que nenhum d'elles viu nunca: e uns e outros versos eram mais sobre a causa publica da minha patria do que sobre os meritos artisticos d'elles.» O que é acompanhado da seguinte apropositada nota do comentador: «Muito creança, com vinte e cinco ou vinte e seis annos!»

O poeta refere-se á ode datada de 1824 e dedicada «A D. Sequeira Sahindo de Portugal», sendo muito importante fixar que confessa que a fêz «em Paris». Esqueceu-se porêem de declarar que já anteriôrmente, talvez em 1821 ou 1822 e ainda em Portugal, fizera outra composição intitulada «*Ao sr. Sequeira tirando os retratos dos regeneradores da patria*», incluída em um dos volumes dos seus manuscritos e havendo daí desaparecido por «terem sido cortadas as folhas» em que se achava escrita; mas escapando no fim o índice, com a indubitável revelação da existência da poesia no referido logar.

Esta descoberta, feita pelo académico Henrique de Campos Ferreira Lima nos manuscritos de Garrett actualmente em podêr de Eduardo da Cunha e Costa (Picôas), nosso illustre consócio na Associação dos Archeólogos, foi publicada por aquêle dedicado garretianista na «*Illustração Portugueza*» — Edição semanal do jornal «*O Seculo*» — 2.^a série — 18 Novembro 1922 — N.º 874 — Pag. 510, em um artigo intitulado «A proposito de um livro recente» e no qual, fazendo a crítica benévola do meu trabalho, veio confirmar com a sua observação as minhas deduções a tal respeito.

ainda adequadas, pela sua duração e continuidade, a poder tratar, com o desenvolvimento e perfeição que merecem, os que, como êste, reclamam pesquisas e ponderada ordenação.

Se não correspondi á expectativa, sirva-me de fundamento para uma solicitação de benevolência, o desejo, que originou o meu esforço, de colaborar na comemoração da data camoniana que hoje solenizamos e, ao mesmo tempo, de contribuir mais uma vez para o melhor conhecimento da obra do extraordinário artista português cujo nôme figura no título dêste meu trabalho.



NOTA FINAL

Sequeira executou trabalhos inspirados provavelmente no «*Afonso Africano*» de Vasco Mausinho de Quebedo. O grande apontamento á pena, sôbre papel almaço branco e esteirado, medindo 0^m,30 × 0^m,18, que actualmente me pertence e acima vai reproduzido em tamanho diminuto, supponho que representa qualquer episódio daquêle poema heróico. Igual atribuição faço ao vigorôso esbôço a óleo sôbre tela, figurando um «*Combate*», actualmente expôsto no Museu Nacional de Arte Antiga e que, havendo sido adquirido em 1866, em Lisboa, com as doações de el-rei D. Fernando, pela Academia Real das Bellas Artes, se encontra inscrito no respectivo «*Catalogo provisório da Galeria Nacional de Pintura...*» de 1868, e na «2.^a edição» de 1872, com o número «18».

Conhece-se porêem um quadro que declaradamente parece traduzir uma passagem da obra de Quebedo. Existe na preciosa colecção do Dr. A. Vasco Rebêllo Valente, no Porto, e já por mim foi relacionado no livro «*A morte de Camões...*» — Apenso C — Pag. 148, juntamente com a história resumida da sua aquisição pelo conselheiro José Mauricio Rebêllo Valente, em 1879; e não em 1878,

como publiquei por engano de informação. A êste trabalho do pintor se refere o conde A. Raczyński, em « *Les arts en Portugal-Lettres...* » — Pag. 284, sob o título de « *Afonso V armando cavaleiro um Marialva* » e apreciando-o menos desfavoravelmente do que outros que também enumera, quando em 1844 os examinou tódos, ainda na pòsse do architecto José da Costa Sequeira.

É um grande e belo esbôço, medindo 0^m,75 de alto \times 0^m,82 de largo, compôsto por dezeseis figuras de uma altura variando entre 0^m,38 e 0^m,28, além da multidão aglomerada confusamente, e feito a óleo sôbre tela especial, de um tecido ás riscas salientes alternando com pintas em relêvo, como se fôra de um atalhado. A propósito lembrarei que sôbre uma tela análoga se acha pintado o esbôço que representa o desembarque de Afonso de Albuquerque na India, existente no museu das Janelas Vêrdes; repetição em ponto maior, ainda que menos acabada, da célebre águarela datada de 1809 e « *Dedicada ao Ex.^{mo} Marquez de Marialva, pelo seu obrigado DASequeira* », obras das quais desenvolvidamente me ocupei no meu livro a pags. 86 e segs. e a que me refiro também no texto do presente trabalho.

Em um papel, coladô no reverso da tela do quadro da collecção Rebêllo Valente, lê-se a seguinte declaração, devidamente assinada e manuscrita com linda caligrafia de cursivo redondo: « *Eu abaixo assignado segundo sobrinho do pintor historico Portuguez Domingos Antonio de Sequeira, attesto que o esboceto = Afonso AFRICANO armando cavalleiro seu filho D. João, em presença do cadaver do Marquez de Marialva, na mesquita d'Arzila, depois da tomada desta cidade = é original autentico do mesmo pintor, tendo ficado em poder de seus sobrinhos quando em 1823 elle partio pela ultima vez para o estrangeiro. / Lisboa 11 de dezembro de 1879. / [a]Thomaz Julio da Costa Sequeira/ Cap.^{ão} de C.^{es} n.^o 2—* ». Também existe na posse da família Sequeira um outro exemplar da mesma declaração, igualmente manuscrita em meia folha de papel branco, mas sem a assinatura e qualificativos militares do signatário da primeira.

A ajuizar pelo assunto histórico tratado, é muito provável que a obra, na sua realização definitiva, fôsse destinada aos Marialvas, quer para satisfazer alguma encomenda dêles, quer constituindo oferta do autor a êstes seus amigos e protectores; e de qualquer modo dedicando-lhes o trabalho, como fêz expressamente com a águarela referênte a Afonso de Albuquerque.

Dêvo porêem recordar que o poema de Quebedo, cuja 1.^a edição, datando de 1611, se havia tornado bastante rara, fôra reimpresso em 1787 á custa e pela diligência de Francisco de Sousa Pinto de Massuellos, admirador entusiasta da litteratura pátria, o qual fêz preceder a reimpressão do texto por um pequeno prólogo da sua lavra.

Ora algumas relações existiram entre Sequeira e os Massuellos, podendo justificar-se a influência do editôr do « *Affonso Africano* » na obra do pintor. De José Nicolau de Massuellos Pinto, irmão do citado, poeta e tradutor da « *Epistola de Heloysa a Abaylard... por Pope* » publicada em Londres—1801, conserva a família Sequeira, entre várias poesias dedicadas por outros autores ao illustre artista um soneto manuscrito e assinado, que autentica uma prova impressa, sem título nem assinatura, exposta no museu da Academia das Sciências de Lisboa, lindamente emmoldurada e protegida por vidro.

Como existem ligeiras variantes entre os dois textos, reproduzo a cópia exacta do manuscrito que possui a família Sequeira :

*«Ao immitavel Retrato do Ill.^{mo} Cap.^{ão} de Már e Guerra
Bernardino Pedro d'Araujo.*

Soneto

*He elle ! He elle ! o Illustré Bernardino,
No erguido gesto seu d'Heroe Valente !
Ah ! Que denôdo lhe trasluç na frente,
Olhando á Gloria só, naõ ao destino !*

*Mais que d'Apelles, no primor divino,
The descubro na expressaõ no Labio ardente
Com que volve em Leoões a rude Gente,
Mas Gente Lusa d'assombroso ensino.*

*Eia, Valido de Neptuno, e Marte,
Acceita do Estro a davida primeira
Que o Cõro da Pierides reparte :*

*Seguro de que á Idade derradeira
Te ha de levar teu Genio, Esforso, e Arte,
E o Dom Sagrado do Sem-pár Sequeira.*

Por José Nicolão Massuellos

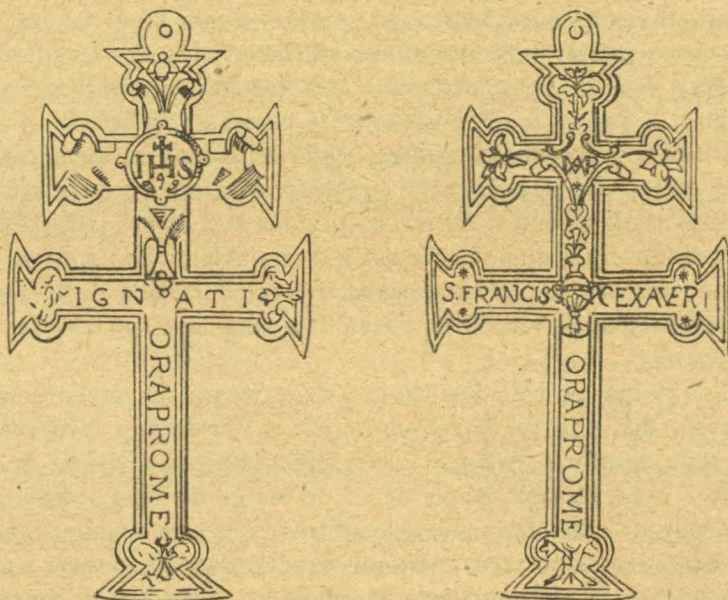
O retrato, que o soneto transcrito tão entusiásticamente celebra, foi delineado por Sequeira, gravado por Queiroz no ano de 1820 e, das suas estampas, em grande formato, aparecem exemplares nas colecções iconográficas. Acha-se mencionado e descrito um dêles na lista dos «Retratos portuguezes...», colligidos por Innocencio Francisco da Silva», publicada no «Diccionario bibliographico portuguez...» — Tomo septimo — 1862 — Pag. 95 -- (Pag 108, in-fine).

NOTAS SOBRE UMA CRUZ PEITORAL ANTIGA

COMMUNICAÇÃO FEITA À ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
NA SESSÃO DE 3 DE NOVEMBRO DE 1925

Pessoa amiga offereceu-me ha meses uma cruz de metal amarello. Acceitei-a por ser um objecto antigo; da sua proveniencia nada sabia dizer; passa dos tempos, quiz conjecturar alguma coisa sobre a sua origem.

Como vêem a cruz é de metal amarello, dupla, com ornamentos, dizeres e monogrammas que vamos interpretar:



Num dos lados apresenta a legenda seguinte: *S. Ignati, ora pro me*, escrita na haste transversal da cruz maior e na parte inferior. No cruzamento dos braços da cruz mais pequena está o monogramma de

Christo *I H S*, com uma cruz sobre o *H*, e os três pregos sob o monogramma. Os adornos lateraes parecem cabeças de elephante. Os outros ornamentos não apresentam nada de especial, a não ser o seu estilo, que bem se vê ser indiano.

No averso ha os dizeres seguintes: *S. Francisce Xaveri, ora pro me*, e na parte superior o monogramma de Maria (*M, A e R* entrelaçados). Os adornos lateraes são lírios, que nascem duma planta collocada num vaso de flores, em baixo, na haste transversa da cruz maior. A disposição da legenda e do monogramma é analoga com a anterior.

No cimo da cruz ha um orificio em que deveria ter estado a argola que a fazia pender da fita ou cordão que se trazia ao pescoço.

*

Descrita assim a cruz vamos a ver o que póde revelar o seu estudo.

Primeiramente é evidente que se trata duma cruz peitoral dum arcebispo ou patriarcha jesuita. Ora como os jesuitas só tiveram bispos no oriente, é claro que se trata dum arcebispo ou patriarcha do oriente. Logo direi o que se me afigura sobre o possuidor della.

E a razão é obvia. Os jesuitas, como religiosos mendicantes, não podiam trazer objectos de metal precioso, e assim a cruz é de latão, liga muito usada na India. As invocações aos dois santos jesuitas veem provar que se trata dum jesuita que a trazia. Alem disto pode-se affirmar que, visto a cruz ser duplicada, o portador della devia ser um arcebispo metropolitano ou patriarcha. Um simples bispo não traz cruz duplicada.

Mais. S. Ignacio e S. Francisco Xavier foram canonizados ambos no mesmo dia, aos 12 de março de 1622. Portanto, a invocação de santo dada a ambos leva-nos a fixar uma data certa, depois da qual foi feita a cruz, ou seja depois de 12 de março de 1622, e não muito depois, porque não julgo temerario affirmar que esta singular maneira de invocar santos na cruz peitoral deve provir de pessoa que se deixou impressionar muito pela glorificação que a Igreja consagrou aos dois grandes vultos jesuitas, glorificação que teve um esplendor desusado.

O monograma de Christo, constituido pelas letras gregas *I H S*

IHSUS, com a cruz no meio do H e os cravos em baixo, sabem-no todos, é o sello da Companhia de Jesus. Indica, portanto, que o bispo religioso, de quem era a cruz, pertencia a essa Ordem. O monogramma de Maria é muito usado pelos Padres da Companhia de Jesus, como signal da sua grande devoção á Virgem Santissima.

A cruz peitoral dos bispos não foi usada, ao menos como distinctivo episcopal, em todos os tempos. Como diz Durando, auctor do seculo XIII, era deixado á discreção do bispo usá-la ou não. Dantes traziam-na os que tinham devoção nisso, mesmo simples sacerdotes. Continha ella algumas vezes reliquias dos santos, e por isso lhe chamavam *Encolpium* ou coisa que contem reliquias. Era de oiro, prata, etc. e algumas vezes ornavam-na pedras preciosas. O Ceremonial dos Bispos, de 1600, não falla della como fazendo parte dos habitos liturgicos do bispo, mas todos os liturgistas modernos fallam della como fazendo parte dos referidos habitos. O Papa trazia um peitoral desde tempos antigos, mas o dos bispos começou no seculo 17 e depois generalizou-se. Mais. Distinguiu-se entre a Cruz simples, propria dos bispos e a duplicada, dos Patriarcas e alguns arcebispos metropolitanos. Dentro della começou-se a collocar uma particula da Vera Cruz, e como nos nossos tempos esse lenho vae diminuindo, a Santa Sé ordenou que a Cruz Peitoral dos Bispos, passasse aos successores, ao menos a reliquia do Santo Lenho.

Procuremos agora saber quem poderia ter sido o dono desta curiosa Cruz.

*

Parecerá á primeira vista estranha tal pesquisa. Mas se attendermos ás circumstancias especiaes das dioceses do oriente, entregues aos Padres Jesuitas, e ao tempo relativamente curto que durou esse encargo, não nos será difficil chegar a aproximações bastante fundadas e determinadas.

Dissemos que a Cruz deve pertencer a um Patriarca ou Metropolitano da Companhia de Jesus, que estivesse á frente duma archidiocese do Oriente. Mais, que ella não podia ser anterior á data da canonização dos dois Santos Jesuitas, nella invocados, ou seja anterior ao dia 12 de março de 1622. Podemos agora acrescentar que tambem não pode ser posterior á supressão da mesma Companhia de Jesus,

levada a effeito no tempo de Pombal, pelo Papa Clemente XIV, com o breve *Dominus ac Redemptor*, de 21 de julho do anno 1773. Temos pois como limites os annos 1622 e 1773. Evidentemente a cruz não pode ter pertencido aos Bispos da Companhia restaurada solemne-mente em 1814, porquanto durante muito tempo não tiveram os je-suitas bispos no oriente, e depois estes já traziam Cruzes Peitoraes de oiro ou prata doirada, com a reliquia do Santo Lenho. A nossa, mais modesta, sem reliquias, deve certamente ser mais antiga, di-lo a sua pobreza, di-lo o estilo e o ar antigo que mostra.

Houve no Oriente tres series de pessoas que poderiam trazer a cruz archi-episcopal: os Arcebispos de Goa, os arcebispos de Angamale, e os Patriarcas da Ethiopia. Entre os primeiros nunca houve algum que tivesse pertencido á Companhia de Jesus. Os Arcebispos de An-gamale não eram rigorosamente metropolitanas, mas tinham o titulo de arcebispos, por motivos que seria ocioso e prolixo analisar aqui. Res-tam-nos, pois, apenas os Patriarcas de Ethiopia, que foram sempre escolhidos entre os Padres da Companhia de Jesus. Ora nos annos que nos interessam encontram-se os seguintes nomes:

D. Affonso Mendes, nomeado patriarca em 1622, tomou posse em 1626, foi expulso em 1634. Morreu em 1659.

Nem o seu coadjutor P. Apollinario de Almeida, enforcado três annos depois da perseguição, nem o P. Fernando de Queiroz, que não che-gou a ser confirmado, podem ser contados entre os Patriarcas da Ethiopia.

O ultimo patriarca foi o P. Manuel de Sá, nomeado em 1709, e mandado recolher ao Reino em 1724.

Ha, pois, apenas estes dois homens a quem poderia ter pertencido a Cruz.

Destes, inclino-me a crer que o possuidor provavel fosse o primeiro, pois foi para a Ethiopia, como patriarca, poucos meses depois de ser canonizado S. Ignacio. Este facto deveria ter influido na inscrição das invocações que vemos na Cruz. Confirmam esta escolha os dois ornamentos fingindo cabeças de elephante, que os antigos julgavam viver em abundancia na Africa e mais especialmente na Ethiopia.

Tudo isto é apenas uma conjectura arqueologica. Se houvesse quem applicasse este raciocinio aos arcebispos de Angamale, teria de responder á difficuldade de elles nunca terem sido formalmente me-tropolitanas. E se, finalmente, alguém me pudesse provar que a Cruz

era apenas um objecto de devoção mandado fabricar com esse feitio por algum devoto dos jesuitas, não seria eu quem o impugnasse, se as provas fossem concludentes.

Resta-me apenas pedir desculpa aos meus eruditos ouvintes por os ter massado com esta especie de exercicio de gymnastica archeologica.

P.º Valerio A. Cordeiro.

A FAMÍLIA CAMÕES EM TOMAR

COMUNICAÇÃO FEITA NA SESSÃO DE ASSEMBLEIA GERAL
DE 12 DE JANEIRO DE 1924 DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
PELO SÓCIO EFECTIVO

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

Se bem que, como já aqui tive ocasião de dizer por mais de uma vez, eu creia que o estudo dos monumentos e dos arquivos da cidade de Tomar é da maior importância para toda a classe de investigações históricas, certo é, contudo, que não tenho nêles encontrado até hoje grandes vestígios da passagem por ali de pessoas de apelido Camões.

Apenas dois individuos com aquele apelido se me depararam nas consultas que tenho feito nos arquivos de Tomar.

O primeiro arquivo que manuseei, ainda que imperfeitamente, porque o seu estado caótico não permite um estudo seguro, foi o que, sob o nome de «Convento de Thomar», existe na Torre do Tombo, e que consta de 75 maços, com papeis da mais variada natureza, sem nenhuma ordem.

Numa das folhas rasgadas de um livro de contas ⁽¹⁾, encimada pela data de 1544, vem a seguinte verba:

«bij b^c rrs que Frey Johão de Camõis pagou em cõprjmento de «paguo dos $\frac{3}{4}$ de vinte mill rs q̄ tē de tença, oje o derradr^o dia do «mez doutubro de mill b^c Riijj — Rs 7500».

Mais nenhuma alusão a este João de Camões encontrei, quer neste arquivo, quer ainda no denominado «Christo», que está na Torre do Tombo, o que não quere dizer que não possa haver ali ou-

(1) Torre do Tombo, *Convento de Thomar*, maço 65.

tras referências a êste nome, que me tenham passado despercebidas.

Um outro arquivo que percorri, ainda no intuito de obter dados sôbre a vida artística da cidade de Tomar, foi o da Misericórdia da mesma cidade. E' um abundante arquivo, embora alguns livros antigos lhe faltem já. Isto, porém, não impede de ser talvez um dos mas vastos entre os arquivos de estabelecimentos similares.

O livro 77º, o mais antigo que contem, é ainda anterior á fundação da Misericórdia. E' o *Livro da muyto honrada e deuota confraria da Sagrada Virgem Madre de Ds Nossa Senhora Santa Maria de Sam Miguel*. Data de 1506.

Mas, ordinariamente, os arquivos destas corporações são mais importantes para o estudo da vida local, do que para o estudo das artes em geral. Este não desmente esta lei. A cada passo se nos deparam scenas e personagens conhecidas de todos os que um pouco tenham manuseado a história da pitoresca cidade.

Nas páginas mais tristes dos livros das despesas — as lembranças dos pobres socorridos pela Misericórdia — arrastam-se por largos anos seguidos os nomes das filhas de António Rombo, o organista que afinava e *corrigia* os órgãos do Convento, órgãos de que apenas resta um gigantesco tubo de 10,^m5 (32 pés) de altura.

A grande prole de Munhoz, — Manhoz, como se dizia então, — o grande mestre de *maçanaria*, trata de estabelecer-se então na cidade; Fernão, Duarte, Bernarda, Dorothea e Inês, figuram largamente nos livros de aforamentos (1).

Aqui tambem nos aparece, no Livro 83º — *Escrituras de foros*, — a fl. 7, João de Castilho, o velho, tomando de aforamento em *fiteosim*, umas casas do Hospital. Nenhum novo dado sobre a vida do grande architecto biscainho nos fornece a escritura, mas uma nota bem pitoresca nos dá, quando a Misericórdia lhe permite que possa vender as casas «contanto que» — palavras textuais, — «não seja a pessoas poderosas nem das em dr^{to} defesas antes seja a tal q̄ seja obediente e pague em cada hum año o dito foro e pensão e não pagando possa ser penhorado e exsecutado polos officiaes do dito hos-

(1) Em 1577, começa a figurar tambem nos livros de registo dos baptisados de S. João Baptista, uma Isabel Manhós, parteira.

pital ou pessoa q̃ elles pera isso ordenarem e por ello se não possa chamar forçado nem injuriado...» Veja-se como este periodo pinta bem uma sociedade! (1)

(1) Eis a escritura na íntegra :

«Aforamento em fiteusim a João de Castilha de huãs casas do hospital q (*) cstaõ na Rua da Graça desta villa de tomar por pensão de trezentos e cicoenta rs e huã galinha cada anno e ora as traz per sucessão m^a da costa sua f^a. — Saibão quantos esta carta daforam^o em fatiota virem como no anno do nacemento denoso snnr Ihu crysto de mjl e quinhentos e dezoito annos Aos vintaquatro dias do mes dabrill do dito anno em a villa de tomar na casa do cabido do ospital de santa maria da graça desta villa de tomar estando hy baltesar diaz ouuidor no eclesiastico pelo Reuerendo snõr o snõr don Diogo pinheiro per merçe de Ds e da santa madre egreja bpõ da çidade do funchal e primas das Indias vigario geral e no espiritual em a dita villa e seus termos — outro sy estãdo hy João Cald^a fidalgo da casa delRey nosso snnõr prouedor da confraria da santa mjã da dita villa e Diogo Lopez e João Correa mordomos e officiaes della perante os sobreditos ouuidor e prouedor e officiaes pareceo João de castilha morador em a mesma e apresentou huã petição e hum aluara delRey nosso snnõr e outro do dito bpõ de q o treslado de todo he tal como se ao diante segue (| snõres João de castilha faço saber a vossas merçes como eu comprey huãs casas q são foreyras aa misericordia desta villa das quaes se pagou tudo aquillo q aa dita misericordia se auia de pagar polo qual eu snõres pey A sua alteza q lhaprouesse fazermas em fatiota e sua alteza lhe aprouue comtanto q se ajuntasem os officiaes e o Juiz da villa pera verem aquillo q seria bẽ de os acrecentar e asy outro alu^a do snõr bpõ segundo todo este na dita petição era conteudo pedindo por conclusão aos ditos officiaes q ouvessem por bem delhe acrecentar o dito fora ẽ fatiota como o dito snõr manda por aquillo q bem foor (| Nos elRey ffazemos saber a vos prouedor e officiaes da confraria da misericordia da nossa villa de tomar q vimos a carta q nos escreuestes em q nos pedieis l^{ca} pera os aforarem em fatiota huãs casas q João de Castilha traz aforadas do dito esprital por foro de duzentos e cincoenta rrs e huã galinha en cada hum anno e vistas as rezões que nos p^a isso destes nos praz vos darmos L^{ca} p^a lhe aforardes a dita casa em fatiota dãdo elle mais aquelle acreçentamento q a vos e ao Juiz da villa parecer que se deue daar Ao qual Juiz mandamos q se ajunte com vosco e ponha o dito foro com vosco seg^{do} lhe parecer q mais deue pagar e lhe fareis seu aforamento em forma em fatiota no qual mandareis tresladar este nosso aluaraa p^a mais firmesa feito em Lix^a a xxbj dias de feureiro andre piz o fez de mjl e quinhẽtos e dezoito (| Nos o bpõ do funchal primas das Indias vos fazemos a saber a vos baltesar Diãz ouuidor por nos em tomar q nos vimos hum alu^{aa} de sua alteza per q manda aos officiaes da misericordia dessa villa que emprazem em fatiota [o mais aproueito da misericordia q vos poder] (**)) huãs casas q em esa vila estão a hum João

(*) Por deficiencia do material tipográfico, não são representadas algumas letras com til, tais como q, s e i.

(**) Riscada a frase entre parentesis

Ainda no Livro 85º — *Aforamentos* — a fl. 38, aparece Domingos Vieira, pintor do fim do século xvi «escaimbando (em 1593) com a

de castilha polo qual vos mandamos q lhe façães o dito prazo em fatiota o mais a proueito da misericordia q se poder com os officiaes e solenidades q sempre acustumastes a fazer os prazos da dita misericordia escrito em Lixboa a xxbj de mayo Antonio do canto o fez de mil e quinhentos e dezoito / e no prazo pondo o treslado do aluaraa de sua alteza / e este meu pera mais firmesa (| Apresentada asy a dita petição e aluaras polo dito João de castilha como dito he e vto pelo dito prouedor e officiaes mandarão chamar ao dito cabido o lecençeedo Afonso bernaldez Juiz de fora com alçada em a mesma e termo pª com elle determinarem o dito caso / e sendo junto o dito Juiz com os ouuidor e prouedor e officiaes forão logo uer as ditas casas do dito João de castilha / e vistas per eles acordarão q vista a carta delRey nosso snñor e a deneficação das ditas casas do suplicante e como ora não valem tanto por Reção das melhoranças q ja são feitas em outros apouentamentos e a mudança da estrada respeitando aa danificação das ditas casas / que o dito supricante acreçente mais por anno em sua pensão cem rrs e asy de e pague em cada hum avãte trezentos e cincoenta rrs e huã galinha boa e façaselhe sua carta em forma com o treslado da dita carta delRey nosso sñr segundo forma della Aprazendo ao dito suplicante aceitala oq Acordo por desembarguo asynado polos sobreditos Juiz e ouuidor e prouedor e officiaes foy publicado em pessoa do dito suplicante q disse q lhe aprazia como defeito de aceitar ho dito foro em fatiota polos ditos trezentos e cincoenta rrs em cada hum año e galinha de foro e Reçeebo en sy e obrigou todos os seus beés moueis e de raiz auídos e por auer e pagar em cada hum año os ditos trezentos e cincoenta rrs e galinha aos officiaes do dito hospital cujas as ditas casas são todo sem briga e sem Reteita com todalas custas e menoscabos q o dito espirital por ello Receber e o dito ouuidor prouedor e Juiz e officiaes obrigarão os beés e rendas do dito espirital a lhe fazer o dito foro bom e de paz de quem quer q lhe contra ello for em parte ou em todo comtanto q o dito João de castilha nem seus herdrª q apos elle vierem não possão uender trocar nem escaimbar dar nem doar nem per outra manrª emalhear as ditas casas nem foro sem primeiro o fazerem saber aos ditos officiaes do dito espirital se as qrem tanto per tanto e querendoas q as ajão e não as qrendo q então as possão uender com Lcª dos ditos officiaes pagando a dizª do preço por q as asy der o dito hospital e officiaes delle com tanto que não seja a pessoas poderosas nem das em drto defesas antes seja a tal q seja obediente e pague em cada hum año o dito foro e pensão e não pagando possa ser penhorado e executado polos officiaes do dito hospital ou pessoa q elles pera isso ordenarem e por ello se não possa chamar forçado nem jnuriado e com todas as ditas condições penas obrigações o dito João de castilha tomou e reçeebo em sy o dito foro / e per firmesa de todo lhe mandarão ser feita esta carta demprazamento per elles asynada pº lobo escriuão da dita confraria a fez do dito año de mil e quinhentos e dezoito

misericórdia um mato a S.^{ta} Marta, por outro tall». Na folha seguinte, vem a outorga de sua mulher, Madalena de Frias (1).

Tambem o lançamento de um fôro, a fl. 19 do Livro 73^o, me permitiu identificar o local da casa, hoje desaparecida, onde foram os

(*Por letra de Alvaro Florim*) (*) treslado asy esta carta como aquy fica eu alu^o frorjm espvã da mjã e ospital de nosa s^{ra} da graça desta vylla de tomar perpetuo por ElRey noso s^{or} Acomcertey com a propia q p^a isto fazer me deu Amdré diz foreiro com has t^{as} abayxo asynadas e a propia torney ao dito amdre diz por de suas maõns a receber e por uerdade a asynou com as t^{as} e comjgo abayxo asynados / diz no riscado / o mais Aproveito da mjsyrjcordia q vos poder Eu dcõ Espvã o espvy. — Alv^o frorjm — fernando de vylha — ãdre diaz — (*e outras assinaturas ilegíveis*).

(1) A escritura, na íntegra, é a seguinte :

(*na margem superior da fl.*) «esta na quinta de fr^{co} Brauo e paga 400 reis por escritura no liuro de fig^{do} fol. 9.

(*na fl.*) escaibo q fez domingos uiejra pintor cõ a miã de hũ pequeno de mato a sacta marta per outro tall : Em nome de ds amē saibão q^{tos} os q este publico estro^{to} de contrato e escajbo virē que no ano do nassi.^{to} de nosso s^{or} yhũ xpõ de mill e quinhentos e nouenta e tres anos aos vinte dias do mes de fr^o do dito ano nesta villa de tomar na casa do cabido da miã della sendo presentes os snr p^{dor} luis do ualle (***) e jrmãos do presente ano ao diante assinados e bem assi domingos viejra pintor m^{or} nesta dita villa logo por elles foi dito como hũs e outros estando consertados pera trocar e escajbar hũ pedaço de mato q a dita miã tem por detras de sancta marta q parte do norte cõ azinhaga de Ercos (?) e serujntia e do naçente co vinha de Simão de serpa e do vëdaual co matos do dito domingos viejra e do poente cõ estrada q vaj pera maria naja e cõ quē mais de dr^{to} deua e aja de partir o ql mato parte delle q fas cento e ojto uaras de comprido e treze de largo foj v^{to} e aualiado per mi escriuão e por ant^o glz jrmão da meza o prezente ano tudo feyto por m.^{do} do dito p^{dor} e jrmãos e visto asentamos q se deuia trocar e escajbar per outro pedaço de mato q junto a este da o dito domingos viejra o ql esta no dito lugar e ao longo

(*) ALVARO FLORIM, é o autor dos apontamentos, interessantissimos para o conhecimento da vida quinhentista de Tomar, exarados com a sua propria letra no L.^o 50.^o, de *Christo*, da Torre do Tombo, que tem por titulo: *Traslado do testamento de D. Martim Gil, e outros documentos do R. Conv.^{to} de Thomar — 1559.*

Alguns desses apontamentos foram publicados sob o titulo *Tomar no século XVI*, no jornal *Ecos de Tomar*, no n.^o 23, 2.^o ano, 1922, e seguintes.

(**) Na igreja do Convento de Cristo encontra-se no solo, junto á parede, á direita de quem entra, uma lápida sepulcral, evidentemente deslocada do seu primitivo local, que deve ter sido da sepultura da mulher deste Luis do Vale.

Diz : —

(S) DE DONA · BREATIZ ·
(D)E CASTRO · MOLHER ·
(D)E LVIS · DO VALE · FA
(LE)CEO · A 18 · DE IANR^o
(D)E 1589 ·

paços de João de Castilho, filho primogénito do grande architecto, podendo ainda recolher no Museu da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo uma grade de varanda da histórica casa (1).

do mato da dita miã o ql domingos uiejra da do seu mato de largura dezasete uaras e de cõprj^{to} cento e corenta e sinco uaras pola banda do uẽdauall q pella do norte fica de cõprido de cento e trinta e huã uaras o ql mato q assi o dito domingos ujera da esta como atras fica dito mistico cõ o da dita miã e parte do norte cõ o do miã e do naçente cõ o dito domingos uiejra e do uendavall cõ o dito domingos uiejra c cõ ana de pajva e do poente cõ a dita estrada q vaj pera maria naja assi q desta manr^a fica o mato do miã donde tinha treze uaras de largo agora cõ trinta de largo no mais estrejto q alũgares fica de mor largura e donde tinha duzentos e secẽta e quatro de cõprido fica cõ cento e corenta e sinco de comprido e por q desta manr^a ficava mjlor e pera se poder milhor aforar pois tinha mor largura e por tudo hũ e outro ser v^{to} e aualiado per mi escriuãõ e ant^o glz jrmãõ da meza e acharemos q era mais prouejto da caza o dito escajbo por q^{to} hũ domingos glz que no dito mato fazia lanço se contentaua e dezia q daria trezentos rs de foro cada ano fejta a dita troca e escajbo e por nos ueremos o q^{to} proveito q se nisso daua a caza por q^{to} auia q^{tro} anos q pello dito mato nãõ auia quẽ deçe nada de foro e desta manr^a se acharia como fica dito quẽ de trezentos de foro pello q per assi sintirẽ ser poruejto da dita miã estauãõ cõsertados fazer o dito escajbo tall por tall cõ tal cõdissãõ que o dito domingos viejra aja de pagar a escritura do dito escajbo e siza se a ouer e por todos serẽ cõtentes da dita troca e escajbo disserãõ q em nome e como officiaes da dita miã doje per diante demitiãõ della todo o dr^{to} dominio e sensorio e auçãõ q a dita miã no dito pedaço de mato q sãõ cento e ojto uaras de comprido e treze de largo te ora teue e o trespasãõ em o dito domingos viejra e sua molher madalena de frias pela troca do dito mato cõ-junto ao da dita mjã q sãõ cento e corẽta e sinco uaras de cõprido e dezacete de largo e pello dito domingos viejra outrosj foj dito q elle demitia dessi e trespasaua nos ditos ofeciaes da miã q ora sãõ e pello tempo forẽ todo o senhorio dr^{to} e auçãõ q no dito seu mato tem e quer q doje endiante cada hũs poçãõ gozar das ditas pessas q assi trocãõ e façãõ dellas e em ellas tudo o que lhes bemparecer como cousas suas propias que sãõ e pera mor abondãça se obrigou o dito domingos viejra pera todo dar outorga de sua molher e cõsẽtim^{to} o que hus e outros assejtarãõ e de todo mãdarãõ ser f^{to} este contrato de escajbo em este liur^a de notas e cõtratos da dita miã e declarou mais ho dito domingos viejra q antre elle e o mato da dita miã e o q elle daua de troca auia de ficar seruintia p^a outro q lhe a ellẽ ficaua por detras destes ditos matos de banda do uẽdauall t.^{as} q a todo forãõ presentes q assinarãõ cõ os sobreditos d^{os} lopez ospitalr.^o e tiadozio de frias e costodio dos anjos padre de missa e eu m^{ell} descouar escriuãõ da dita miã e ospital o presente ano o escreui. E as t^{as} todos m^{res} nesta dita villa.»

Seguem uma ressalva e as assinaturas, entre as quais a de Domingos Vieira.

(1) O termo completo do fõro é o seguinte : = «Travessa q uaj da rua degil dauo pera auarza pequena = Nesta traussa esta hũã casa onde se fezerãõ paços q

Emfim, por todas as páginas daqueles livros centenários, desfila a vida íntima de inúmeras personagens nossas conhecidas.

E' no Livro 72º — *Testamentos* — que se encontra menção de um individuo da família Camões. De fl. 123 a 125 vem, por cópia, manifestamente do século xvii, o seguinte testamento :

«Traslado do testam^{to} de dona paula de camois.

«Em nome da ss^a trindade padre filho e esp^{to} samto. Heu
«dona paula de camois m^{ra} nesta villa de Thomar estando
«doemte de emfermedade q nosso Snõr foi seruido de me
«dar mais en meu perfeito juizo pedi a meu confessor frei
«dionizo de são boa ventura me fizesse estes apomtam^{tos}
«p^a descargo de minha comsiemcia, os quais quer q ualhão
«em forma de testam^{to} como se porão todas as clauzulas em
«d.^{to} ness.^{as} tt prim^{ra}mente encom^{do} minha alma a meu re-
«dentor Jhesu cristo q cõ seu precioso samge a remiou e a
«sempre virgem m^a nossa s^{ra} p^a q seja jmterçessora minha
«diante de seu hunigenito filho, e a todos os samtos da corte

hora são de João decastilho pagase en cada hũ anno depensão ao hospital cento e cincoenta rs pelos possuidores tomo fol 42. Trata agora (*por outra letra*) dona m^a pereira nora de Yº decastilho asselhe de pedir titollo. = (*riscado*) Estas cassas possue agora am^{to} do porto almoxº da ordẽm q as comprou. devese de tomar por este fõro. Elle o deve pagar = (*segue o termo*) Estas cassas asima tras Dona maria pireira nora de Joam de castilho q sam as cassas do jardim ao lõgo do Rio q emtestão cõ o Rossio dauarzea pequena e a ella de lhe ade pedir estes cẽto e cincoenta rs = Dº de Castilho Coutinho genro de dona m^a pereira pesue estas casas elle deue. por ser morta dona m.^a = (*na margem esquerda*) dona m^a pr^a = (*na margem direita*) 150 rs = hade pagar dlogo de castilho jenrro de dona m^a pr^a — barr^{to} = Paga agora dom João da Silua = Paga agora An.^{to} da Motta Gracia = C^{to} L^{ta} rs estas são as casas do jardim.»

As indicações deste termo permitem identificar, sem dúvidas, o local da casa, que é limitado pela actual rua de Gil Dayõ, pelo Jardim da Varzea Pequena e pela travessa que liga este áquela.

Neste local, se acha hoje construido um predio pertencente ao Ex^{mo} Snr. Dr. Antonio Cerveira que, para a sua construção, fez demolir a antiga casa, a qual segundo o mesmo senhor me informou, nada tinha de notavel sobre o ponto de vista astístico, como ainda hoje se pode verificar pela grade da varanda oferecida ao Museu da União dos Amigos dos Monumentos da Ordem de Cristo por áquela senhor.

«do ceo, tt mando q meu corpo seja amortalhado no abito
 «de são fram^{co} pello qual se dara a esmola costum^{da}, e q seja
 «emterrado em a caza da mjã pella qual se dara a dita caza
 «a esmola q se custuma, e q me acompanhe a confraria das
 «almas a qual se dara quinhentos rs desmola, e q outrosy
 «me acompanhe o cabido de s^{ta} maria, e queiro q os officios
 «se fação na forma q os de minha sogra se fizerão tt queiro
 «q a m^a frz q aqui serue se lhe de hũm colchão cõ dous
 «lamcois tt e a m^{el} mendez também moço q serue se lhe de
 «outro colchão cõ dous lamcois, no q toca aos mais bems
 «declaro q heu não tenho herdeiro forçado nenhum e he mi-
 «nha hultima vomtade deixar tudo o q se achar por qualquer
 «via me pertemça a s^{ta} caza da mjã desta villa p^a q a dita
 «caza a restitua a fram^{ca} machada filha de meu cunhado am-
 «tonio mendez tamto q a dita fram^{ca} machada for amancepada
 «ou quizer tomar estado e modo de vida q lhe a ella pareça
 «porq p^a este efeito deixo o meu a dita caza e peço m^{to} e
 «rogo ao s^r prouu^{dor} da dita caza e mais Jrmãos da meza
 «q aora são e ao diante forem queirão ter cuidado desta
 «orfaã como espero delles farão e dos remdim^{tos} de minha
 «faz^{da} ordeno q fique a quarta p^{te} a dita caza da mjã, e o
 «mais lhe hira a dita caza damdo a dita fram^{ca} machada p^a
 «sua sustemtação, e dos mouues ordeno q fiquem em de-
 «pozito na mão da dita fram^{ca} machada cõ declaração q se
 «o juiz dos orfaons quizer lamçar mão dos ditos mouues em
 «tal cazo mando q se faça hũm rol delles em q se declare
 «quais e quamtos são, e q se depositem nas arcas em q estão
 «na mão da s^{ra} clara da goarda a qual smõra peço faça esta
 «caridade pello amor de deos a esta orfaã de lhe goardar
 «isto até se lhe poder emregar tt declaro q se a dita fram^{ca}
 «machada a quem temho a quem temho instituida por minha
 «herdeira morrer antes de tomar estado ou ser amancipada
 «queiro neste cazo q tudo fique a dita caza da mizericordia
 «asy mouuel como de raiz e asy a caza da mjã como a dita
 «fram^{ca} machada a qualquer q ficar por minha herdeira deixo
 «a dita herança cõ emcargos de tres missas em cada amõ
 «ditas na dita caza da mjã as quais declaro q se manden
 «dizer do tenpo do meu falecim^{to} por diante p^a sempre tt

«deixo digo declaro q a m^{el} moço têm pago tudo o q deuia
 «a esta caza, e achamdesse conhecim^{tos} q estão caa (?) não
 «terão efeito nenhũ v^{to} ser pago, tambem declaro q Isabel
 «da Costa de sêm soldos só deue deste amõ prez^{te} dous
 «alq^{res} de trigo porq os quatro do amõ pass^{do} e dous deste
 «os tem pago dado q delles não tenha quitação, e do
 «azeite som^{te} deue do atrázado alq^{re} e quarta e p^a a noue-
 «dade q vêm deue oito alq^{res} dos dous amõs a catarina q
 «mora nas cazinhas da rua direita deixo o manto q laa têm,
 «e por aqui hei este meu testam^{to} por acabado pello qual
 «reuogo qualquer outro q tenha feito e soo este queiro q
 «ualha cõ todas as clausulas q em direito são ness^{as} dado q
 «algua lhe falte em forma de codicilio quando não seja de
 «testam^{to} e a s^{ta} caza da mjã peço pello amor de deos queira
 «ser minha testamenteira e dar a execução este meu tes-
 «tam^{to} na forma sobredita e pedi ao s^r fram^{co} de ualadares
 «q este por mi assinasse por heu cõ a fraqueza en q estou
 «me não atreuuer oje vintoito dagosto de seissentos e trinta
 «e dois frei dionizo de são boa ventura pela testadora a seu
 «rogo fram^{co} de ualadares. O qual dito testam^{to} consta estar
 «aprouado e sercto, e assinado por Luis de Ma... e as t^{as}
 «nelle nomiadas q amda junto ao dito testam^{to} o qual tornei
 «a entregar ao s^r João pessoa daragão prouu^{dor} q mo deo
 «p^a o trasladar, o qual heu vasco glz barr^{to} escreuão da meza
 «este amõ trasladei aqui bem e verdad^{ram}te e assiney este
 «emçerram^{to} em thomar a 6 de F^{ro} de 633.»

Na margem superior, á esquerda, tem a seguinte cota : «Não serve de cousa alguma».

Infelizmente, como se acaba de vêr, são bem limitados os esclarecimentos que este testamento nos fornece sobre a individualidade de D. Paula. A particula que precede o nome, foi certamente posta por Fr. Dionísio de S. Boaventura, a quem ela ditou o testamento.

Pela citação da sogra, se vê que foi casada mas, factõ curioso, nunca se refere ao defunto marido, nem sequer diz que é viuva, o que aliás é indubitavel, visto não ter nenhum herdeiro forçado. Tambem, evidentemente, se vê que, à data do testamento, não tinha descendência.

Era cunhada de Antonio Mendes. ¿ Seria êste irmão do marido de D. Paula, ou esta irmã da mulher, já defunta à data do testamento, de António Mendes ?

¿ Porque chama a testadora a Francisca Machada, «filha de meu cunhado», e não «minha sobrinha» ?

E' pois, bem obscuro o testamento.

Procurei mais alguns esclarecimentos nos registos paroquiais de S. João Baptista, que se acham no Arquivo de S. Vicente, mas nada lá pude colher.

O livro de óbitos mais antigo começa em 1725, e a morte de D. Paula não deve ter ido alem de 1633, atendendo a que o testamento já estava produzindo efeitos em Fevereiro dêste ano.

Tambem nos livros dos registos dos baptisados, casamentos e crismas, nenhum esclarecimento consegui obter, apesar dêsses registos remontarem a uma época muito anterior. Os livros estão muito truncados e os nomes do cunhado e de sua filha são muito comuns. Talvez mesmo que, do facto de não ter encontrado o nome de D. Paula entre as testemunhas daqueles actos, nem noutros arquivos que tenho compulsado, se possa inferir que ela residiu pouco tempo em Tomar.

São, pois, muito resumidos os esclarecimentos que posso aqui apresentar sobre as duas pessoas de apelido Camões, a que me referi; de resto, não era meu desejo fazer estudos genealógicos e apenas apresentar os nomes delas aos meus sábios consócios que, com tanta proficiência teem versado estes assuntos, para êles fazerem a identificação dêstes dois possiveis parentes do nosso grande épico.

O BRAZÃO DA VILLA DA FRONTEIRA

RELATORIO APRESENTADO Á SECÇÃO
DE HERALDICA DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
EM 19 DE JULHO DE 1922

O Chefe da Secretaria da Camara Municipal de Fronteira, sr. Francisco de J. Canejo Coutel, em carta de 22 de Maio do anno corrente, dirigida a esta Associação, pedindo para o informarem se a referida villa tem ou não brazão d'armas, dizia acerca do assumpto o seguinte:

«No edificio da Camara ha uma pedra que tem gravados 4 castelos e cinco escudetes com a seguinte inscripção: — PAINÉ POUR JOIE — Esta pedra parece que foi encontrada em tempos numa das torres desta vila e ha já quem afirme por uma indução pouco logica, que representa o Brazão d'Armas da terra.

Como a Camara deliberou mandar restaurar o seu estandarte, que no tempo do regimen monarchico tinha as armas reaes, entendeu a vereação actual mandar reproduzir o desenho da pedra com a referida inscripção — PAINÉ POUR JOIE —, julgando ter descoberto o Brazão d'Armas da vila de Fronteira. Já o Anuario Commercial o reproduz e encontrei aqui ha pouco, quando entrei para esta Secretaria, umas chapas de metal para os cantoneiros com a mesma reprodução».

A pedra a que se refere a carta acima, deve ser a mesma que, a paginas 396 do volume xix do «Archeologo Portuguez», narrando-nos uma excursão de estudo, que fez á villa de Fronteira e a outros pontos do Alemtejo, o sr. Doutor Leite de Vasconcellos nos descreve n'estes termos :

«...é uma pedra de mármore de 0^m,54×0^m,40, que tem o escudo das quinas assente noutro em cujas bordas se vêem as extremidades da cruz de Aviz, que alternam com quatro castelos; na parte superior do primeiro escudo avulta um banco-de-pinchar, emblema proprio dos braços dos infantes, e por baixo do segundo, em toda a largura da pedra, lê-se: PAINÉ POUR JOIE. Este braço e legenda são do condestável D. Pedro, mestre de Aviz, rei de Aragão e filho do infante que morreu em Alfarrobeira em 1449, às mãos dos homens d'armas de D. Affonso V».



BRAZÃO DO CONDESTAVEL D. PEDRO
MESTRE DE AVIZ E REI DE ARAGÃO

Demonstrado fica, portanto, que se a verificação de Fronteira mandar reproduzir o desenho d'esta pedra no seu novo estandarte, commette um erro, apropriando-se d'um braço que não lhe pertence, que nunca lhe poderia ter pertencido, pois foi propriedade de um infante da Casa de Aviz.

Averiguado este ponto, chamo a attenção de V. Ex.^{as} para o facto do sr. Coutel, Secretario da Camara de Fronteira, referindo-se ás intenções d'esta e ao braço que consta da pedra acima descripta, dizer: «—já o Anuario Commercial o reproduz...» Ora o sr. Coutel não deveria ter dito *já*, o que parece indicar uma coisa recente; com muito mais propriedade poderia ter empregado a expressão *já ha annos*, pois a verdade é que o braço a que se refere, figura no «Anuario» de 1911 e, segundo se pode deduzir do que adeante exporei, muito possivelmente nos anteriores, que não tive occasião de consultar.

Mas é esse braço o mesmo que nos descreve o sr. Doutor Leite de Vasconcellos?

De forma nenhuma. O braço que está no «Anuario» e que tambem figura nas cedulas camararias actualmente em circulação no concelho de Fronteira, differe bastante do que é representado na tal pedra que se guarda n'uma das salas da Camara da referida villa, como se poderá verificar, comparando a reprodução annexa a este relatorio com a gravura que está no já citado volume do «Archeologo Portuguez».

Trata-se d'um desenho mal feito?

Não é essa a minha opinião. Trata-se d'um desenho propositadamente feito tal como está. Trata-se, sem duvida, de uma apropriação do braço que pertenceu ao condestavel D. Pedro, mas introduzindo-lhe modificações muito propositadas. A forma do escudo é differente, o banco-de-pinchar desapareceu por completo, os quatro castellos foram substituidos por quatro torres, a cruz de Aviz, de que no braço do infante mal se vêem as extremidades, passou a ter maior destaque, ao mesmo tempo que as quinas apresentam forma diversa.

Quem desenhou, quem inventou este braço, eis o que não sei, mas o que posso demonstrar é que a invenção já não é moderna. Ella tem, pelo menos, 46 annos de existencia como vae ver-se.

*
* *
*

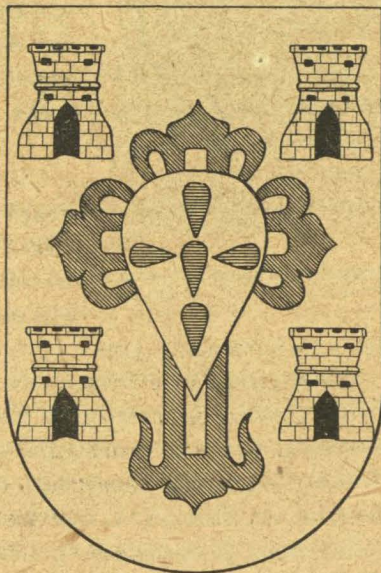
Procurando saber se a villa de Fronteira teria ou não braço, o primeiro livro que consultei foi as «Cidades e Villas da Monarchia Portuguesa» de Vilhena Barbosa, edição de 1860.

Ora a paginas 176 o auctor diz:

— «O seu braço d'armas consiste simplesmente em um escudo de prata, sem mais divisa».

O «Portugal Antigo e Moderno» de Pinto Leal e o dictionario «Portugal» nada mais dizem sobre o assumpto.

A «Corografia Portugueza» do Padre Antonio Carvalho da Costa (1708) tambem não se refere ao braço da Fronteira; conta, no emtanto, coisa curiosa, que no portal d'uma das torres do castello existem umas lettras estranhas, que alguns dizem significar casa de prazer.



O BRAÇO DE FRONTEIRA
QUE FIGURA NO ANNUARIO COMMERCIAL
E NAS CEDULAS CAMARARIAS

Terá isto qualquer relação com a divisa PAINÉ POUR JOIE ?

Mas, nem as letras da divisa merecem o qualificativo de extranhas, nem o *paine* pode ser traduzido por *casa*, embora o *joie* possa significar *prazer*.

Tratar-se-ha de qualquer outra inscripção? Seria interessante averigua-lo.

Sobre o assumpto brazão é, porem, muito mais esplicita a «Chorographia Moderna do Reino de Portugal», de João Maria Baptista, obra editada em 1876. No seu volume V diz textualmente o auctor:

«O brazão d'armas d'esta V^a é a cruz da ordem de Aviz e sobreposto um escudete branco em forma de sector com as 5 quinas azues affectando egual figura: quatro castellos, dois de cada lado da cruz e a legenda na orla pela parte superior PATHIE POUR JOIE, tudo em campo branco». E acrescenta:— «No livro dos brazões da Torre do Tombo vem sómente um escudo branco».

Tambem no «Diccionario de Geographia Universal», de Tito Augusto de Carvalho, publicado em 1881, se lê a respeito da villa de Fronteira:

«O seu brazão d'armas é a cruz da ordem de Aviz com um escudete branco em forma de sector e as cinco quinas azues, ficando de cada lado da cruz dois castellos, tudo em campo branco».

É, aparte a legenda e com pequena differença de palavras, a mesma descripção que faz João Maria Baptista, sendo, pois, a d'este auctor a que nos interessa por ser a mais antiga, visto ter 46 annos. Ora a verdade é que o que elle nos descreve tambem não é o brazão do infante D. Pedro, filho do brioso cavalleiro que foi morto em Alfarrobeira. E' o mesmo brazão que figura no «Anuario Commercial» e nas cedulas camararias de Fronteira, concluindo-se, por conseguinte, que o invento, apropriação, adaptação, ou como se lhe deva chamar, não é da auctoria da actual vereação municipal nem do tempo da republica; ella data do tempo da monarchia e tem, como acaba de ver-se, a sancção de quasi meio seculo.

Onde foi o auctor da «Corographia Moderna» procurar as origens da sua descripção, eis o que não sei.

Devo ainda fazer notar que João Maria Baptista diz que o braço tem a legenda PATHIE POUR JOIE em orla pela parte superior. Ora *pathie* não é *paine*; são palavras diversas e é na verdade a ultima que se lê na gravura do «Archeologo Portuguez». Acresce que, na referida gravura, a legenda figura na parte inferior do braço e não na orla superior, o que parece indicar que não foi a pedra descripta pelo sr. Doutor Leite de Vasconcellos que serviu de base para a descripção que nos dá o citado auctor.

Haverá, pois, outra pedra ou qualquer outro documento onde o braço e a legenda estejam em conformidade com as informações da «Corographia Moderna»?

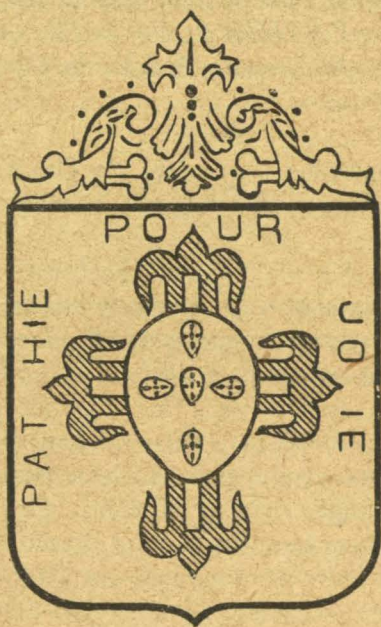
Antes de terminar esta parte do meu relatório, devo também apontar que, muito recentemente, me foi enviada de Fronteira uma das taes chapas de cantoneiros a que se referiu o sr. Coutel na sua carta de Maio ultimo.

N'ella se vê uma outra variante do braço de que estou tratando, pois que sendo em parte igual ao que nos apresenta João Maria Baptista, differe d'elle por lhe faltarem as torres. Quanto á legenda é também PATHIE POUR JOIE e está igualmente collocada pela parte superior.

Temos portanto, duas variantes do mesmo braço: — a que nos é apresentada nas chapas dos cantoneiros e a que nos descreve João Maria Baptista, sendo esta ultima a que figura no «Anuario Commercial» e nas cedulas camararias.

Ambas ellas parecem ser uma adaptação, uma transformação do braço do infante D Pedro. O proprio PATHIE parece ser resultante de uma má leitura da palavra PAINE, a que dá logar o facto do A ser encimado com um traço, o que induz a ver um A ligado com um T.

Simplemente sou da opinião que essa transformação foi posta em



O braço que ornamenta as chapas dos cantoneiros da Villa de Fronteira

pratica antes do auctor acima mencionado ter publicado a sua «Corographia», pois não creio que elle se dedicasse a inventar brazões nem tão pouco que, tendo-lhe servido de base, para a sua descripção, a pedra já citada, a descrevesse tão mal que resultasse uma coisa tão diversa do que consta da gravura do «Archeologo Portuguez». A fonte de informação foi, evidentemente, outra.

*

* *

Para não fatigar a attenção de V. Ex.^{as} com grande copia de dados historicos acerca da villa de Fronteira, direi apenas que Vilhena Barbosa refere que a primeira fundação da villa foi no seculo xiii, sobre um outeiro, chamado mais tarde *Villa Velha*, parecendo que foi seu fundador D. Fernando Rodrigues Martins, 4.^o mestre da Ordem de Aviz.

Mais tarde, no seculo xiv, por estar arruinada com as guerras contra os mouros, D. Diniz mudou-a para o sitio onde hoje existe, começando a chamar-se Fronteira por ficar defronte da *Villa Velha* ou talvez por ficar no limite das terras ainda então occupadas pelos serracenos.

Mais consta que a villa teve antigamente muralhas com sete torres e que, não longe d'ella, no seu termo, no sitio dos Atoleiros, se deu a batalha d'este nome, na qual o nosso condestavel D. Nuno Alvares Pereira derrotou por completo os castelhanos.

Não faltam, pois, na historia de Fronteira, factos illustres que justifiquem a existencia de um brazão d'armas e forneçam dados para a sua confecção. Villa antiga, murada, fundada por um cavalleiro da ordem de Aviz, combates contra os mouros e contra os hespanhoes, tudo isto nobilita em alto grau aquella porção de terra alemtejana.

N'estas condições e exposto o que acima fica, deveremos manter o brazão que desde ha annos figura no «Anuario Commercial» e que recentemente foi adoptado para emblema das cédulas camararias ou, pelo contrario, devemos compor um novo brazão, procedendo a uma verdadeira reconstituição historica?

Eis o assumpto que submetto á esclarecida opinião de V. Ex.^{as}.

Lisboa, 10 de Julho de 1922.

Julio Nunes de Freitas.

PARECER DA SECÇÃO DE HERALDICA
DA
«ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES»

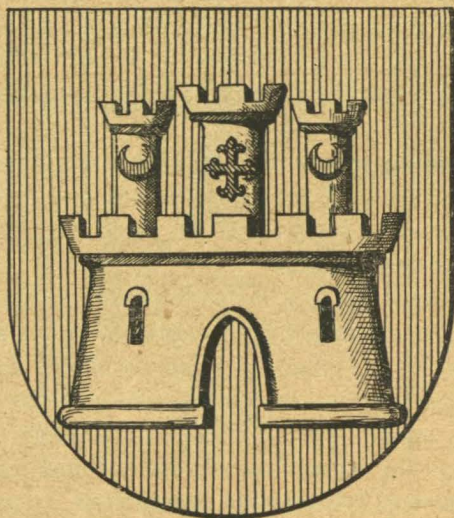
A Secção de Heraldica da «Associação dos Arqueólogos Portugueses», ouvido o relatório acima e elucidada acerca do assumpto com os dados que do mesmo constam, foi de parecer, por proposta, unanimemente approvada, do seu presidente sr. Affonso de Dornellas:

1.º — Que o brazão que figura no «Anuario Commercial», nas cedulas camararias de Fronteira e nas chapas de cantoneiros em uso na mesma villa são tudo variantes do brazão que pertenceu ao infante D. Pedro e que, por conseguinte, não pode ser adoptado como distinctivo heraldico da referida villa;

2.º — Que a mesma villa de Fronteira tem na sua historia factos deveras nobilitantes, que plenamente justificam a existencia de um brazão de armas;

3.º — Que esse brazão, como é logico, deve ser composto em harmonia com a verdade historica;

4.º — Que n'estas condições esse brazão deve ser o que acompanha este parecer e cuja descripção heraldica é a seguinte:



O novo brazão de Fronteira

De vermelho, com um castello de prata, a torre do meio carregada d'uma cruz d'Aviz e as dos flancos d'um crescente de vermelho cada uma, alludindo o castello ao facto da

villa ter sido murada, a cruz de Aviz ao facto de ter sido fundada por um cavalleiro da mesma ordem e os crescentes aos combates sustentados pela villa de Fronteira contra os mouros.

O SECRETARIO DA SECÇÃO

(a) José do Amaral Frazão de Vasconcellos



Enviado para Fronteira, ao digno secretario da Camara, o relatorio acima e o parecer que se lhe segue, creio que a vereação que então estava á frente do municipio d'aquella Villa, só particularmente chegou a tomar conhecimento do caso, o que perfeitamente se explica pelo motivo de ter sido ella quem deliberou mandar restaurar o seu estandarte nas condições que constam da minha exposição e de certo por não ver deante de si, em consequencia de se approximar o termo do seu mandato, o tempo preciso para reconsiderar sobre assumpto de tal importancia.

D'elle se occupou, pouco tempo depois de ter tomado posse, a actual vereação, nada tendo resolvido definitivamente na primeira reunião em consequencia de desejar obter primeiro certas informações, cujo pedido me foi transmittido pelo sr. Coutel, que, como Fronteirense dos mais dedicados e amigos da sua terra, grande empenho me manifestou sempre, no decurso da correspondencia que trocámos, pelo brazão da illustre villa alemtejana.

O facto de Vilhena Barbosa dizer que o brazão de Fronteira era um escudo de prata sem mais divisa, isto em plena concordancia com o que effectivamente se vê no «Livro dos Brazões da Torre do Tombo» e com o que tambem affirma Pinho Leal no «Portugal Antigo e Moderno», constituiu a base d'um pedido de esclarecimentos, que eu teria desde logo dado no meu relatorio se lhe tivesse previsto a necessidade.

Em carta datada de Agosto de 1923 expliquei que um escudo de prata só por si não constitue um brazão.

O escudo é o campo onde assentam as peças do brazão e essas peças teem um symbolismo que, em traços rapidos, nos dá a conhecer a historia d'uma familia, d'uma cidade ou d'uma villa. Admittindo que o brazão de Fronteira fosse o tal escudo de prata, hypothese absurda pelo que fica dito, que indicações historicas nos forneceria acerca da villa em questão? Nenhunas, absolutamente nenhuma. . . e no emtanto Fronteira tem historia e da mais antiga e brilhante.

O facto de varios livros repisarem a nota do escudo de prata, apontando-o como brazão, nada significa senão que, em regra, estas coisas se vão copiando d'uns livros para os outros, seguindo erradas

até que alguém se metta a estudá-las, collocando-as nos devidos termos.

No caso de Fronteira concluia-se que, tanto Vilhena Barbosa como Pinho Leal, teriam copiado a informação do «Livro de Brazões da Torre do Tombo», que é um livro como qualquer outro, sem caracter official. A existencia n'elle, quanto a Fronteira, d'um escudo em branco, só prova que Fronteira não tinha brazão quando elle foi feito ou então que o seu auctor o desconhecia.

Prestados estes esclarecimentos, a vereação de Fronteira só voltou a tratar do assumpto em sessão de 22 de Abril do anno corrente, resolvendo então, por unanimidade, adoptar o brazão proposto pela Associação dos Archeólogos Portugueses. E' o que consta da seguinte copia da respectiva acta, que muito gentilmente me foi enviada pelo sr. Canejo Coutel :

COPIA DA ACTA DA SESSÃO
DA CAMARA MUNICIPAL DE FRONTEIRA NA PARTE QUE SE REFERE
AO BRAZÃO DA VILA

(SESSÃO DE 22 DE ABRIL DE 1924)

«—Pelo Senhor Presidente foi apresentado mais uma vês á apreciação da Camara o Relatorio sobre o Brazão da vila de Fronteira, trabalho do distincto archeologo Ex.^{mo} Senhor Julio Nunes de Freitas e que trás apenso o parecer da Secção de Heraldica da Associação dos Archeologos Portugueses.

E tendo a Camara verificado que o referido Relatorio aduz argumentos assás concludentes para demonstrar que o Brazão em uso nas chapas dos cantoneiros, nas cédulas camararias e no estandarte do Municipio, é uma apropriação, com variantes, do brazão que pertenceu ao condestavel D. Pedro, Mestre de Avis, rei de Aragão e filho do Infante que morreu em Alfarrobeira em 1449; considerando que os mais conhecidos livros dos Brazões não são unanimes sobre o Brazão da vila de Fronteira, e que o livro dos brazões da Torre do Tombo, que não é uma publicação de character official, dando como brazão da vila um escudo de prata sem qualquer divisa, não é motivo para que se lhe deixe de attribuir um brazão de armas de harmonia com a historia da vila e as suas mais antigas tradições; e considerando que no passado historico da vila de Fronteira existem factos

de excepcional relevo, que abundantemente justificam a existencia de um Brazão de armas, por todos estes motivos, deliberou o Senado Municipal dar o seu parecer favoravel ao relatorio apresentado, aprovando integralmente o parecer da Secção de Heraldica da Associação dos Arqueologos Portugueses.

Em seguida por proposta do Senhor vereador José Paes Monteiro foi aprovado por unanimidade um voto de louvor ao illustre auctor do Relatorio, o Ex.^{mo} Senhor Julio Nunes de Freitas, pelo seu interessante trabalho. Está conforme. Fronteira e Paços do Concelho 3o de Maio de 1924. O chefe da Secretaria (a) *Francisco de J. Canejo Coutel*.

A esta sessão assistiram os senhores vereadores Doutor Francisco de Sousa Franco, Doutor Antonio de Jesus Canejo, José Paes Monteiro, João Correia da Silveira Contente, José Luiz Vieira Lagarto, João Manuel Firmino, Gaspar Monteiro Sardinha, Francisco José Paes Mendes, Antonio Beato e João da Cruz Magro.

ALGUMAS LENDAS E ALGUNS MONUMENTOS

DO

ARQUIPELAGO DA MADEIRA

Desde a descoberta do Arquipelago da Madeira, na madrugada do seculo XV, até ao seculo XVI, affuiram áquelas formosas ilhas povoadores de nacionalidades e origens diversas, que transportavam consigo as ideias e costumes mediévos dos seus Países.

Tambem os Mouros, aprisionados na Costa de Marrocos, se tornaram um importante elemento na população que, perdendo lentamente o seu aspecto eterogenio, dominada e nacionalisada pela influencia dos elementos portuguezes, entre os quais se destaca a Companhia de Jesus, aparece ao fim com um cunho proprio, um caracter a um tempo portugûes e extremamente original.

Findas as horas incertas e aventureosas da guerra nascem os dias felizes da Paz. A' rudeza dos costumes e aos impulsos brutais que vincadamente marcam a meia idade, sucedem-se as etiquetas, os galanteios e os requebros fidalgos.

Assim tambem na literatura — que é sempre o reflexo da alma de uma epoca — da poesia narrativa, adstricta aos tempos belicos, se passa á poësia discursiva, cheia de argucias, de criticas, ou repassada de erotismos...

A vida palaciana é o fulcro de onde emana esta verdadeira transformação social e intelectual. As camadas inferiores da população, sempre afeitas ao tradicionalismo, não vêem com bons olhos estas evoluções que lhes levam o seu viver de seculos, alterando-lhes os habitos e pretendendo até arrancar-lhes as vibrações da sua alma

que em versos e canções se expande... D'est'arte, suplantada na vida palaciana a poësia narrativa pela poësia discursiva, ela vae refugiar-se no meio popular onde, até agora, mais ou menos alterada ou inovada, tem vivido com seus foros de poesia tradicional.

Ora esta alma, arreigada ás glorias, ás tradições e aos costumes da Raça Luzitana, é a que, na mór parte, passa ao Arquipelago da Madeira e que, fundindo-se com as correntes estrangeiras, nos dá esse sabor tipico, característico dos Insulanos...

A' poësia de reminescencias medievais dos Povoadores, juntam-se o figurado e a melopeia dos *contos* e *lengas-lengas* — linguí-linguí — arabes.

Quando a Hespanha estende o seu domínio a Portugal, por morte do Cardeal-Rei D. Henrique, começam a afluir á Madeira novas ondas de Povoadores Castelhanos que levam, com seus habitos, as velhas *romansas*.

Mais tarde, ainda, novas fornadas de colonisadores veem de países longiquos, chamados pelo desenvolvimento comercial e industrial = industria sacarina e venda de preciosas madeiras de construção = e com eles fixam-se no lindo rincão novas correntes que, tal como se déra com as anteriores, a pouco e pouco vão sendo assimiladas.

Todos estes elementos, que constituiram o nucleo de população e da vida da Madeira, foram tambem a fonte da riqueza e variedade de *lendas* e *contos*, como da poesia narrativa, tradicionais no Arquipelago.

Com os costumes medievais, que tão entranhadamente se infiltraram nas lindas ilhas e que, a despeito das inovações e das tentativas insistentes e criminosas de desnacionalisação, ainda perduram, de um modo particular se afincaram os processos de agricultura, as danças = **ballhos** e **moia-volta**, com reminescencias arabes = os contos fantasiosos e lendas interessantes que procuraremos reviver...

Afeitos ao lidar das terras e ao comercio com outros povos, os Madeirenses tomaram um cunho positivista e a um tempo empreendedor. As suas preocupações não os deixaram inclinar-se para a Arte nem para os feitos aguerridos. A paz do Lar e a posse de grandes haveres teem sido, desde o começo, o seu pensamento dominante.

Assim se concebe facilmente a sobriedade de seus solares, a falta de ostentosos monumentos e de grandes Palacios.

Passadas as fainas do dia, olhando a imensidade do oceano que os cerca e que, no horisonte distante, se confunde numa só linha com

ALGUMAS LENDAS E ALGUNS MONUMENTOS

DO

ARQUIPELAGO DA MADEIRA

Desde a descoberta do Arquipelago da Madeira, na madrugada do seculo XV, até ao seculo XVI, afluiram áquelas formosas ilhas povoadores de nacionalidades e origens diversas, que transportavam consigo as ideias e costumes mediévos dos seus Países.

Tambem os Mouros, aprisionados na Costa de Marrocos, se tornaram um importante elemento na população que, perdendo lentamente o seu aspecto eterogenio, dominada e nacionalisada pela influencia dos elementos portugueses, entre os quais se destaca a Companhia de Jesus, aparece ao fim com um cunho proprio, um caracter a um tempo português e extremamente original.

Findas as horas incertas e aventureosas da guerra nascem os dias felizes da Paz. A' rudeza dos costumes e aos impulsos brutais que vincadamente marcam a meia idade, sucedem-se as etiquetas, os galanteios e os requiebros fidalgos.

Assim tambem na literatura — que é sempre o reflexo da alma de uma epoca — da poesia narrativa, adstricta aos tempos belicos, se passa á poësia discursiva, cheia de argucias, de criticas, ou repassada de erotismos...

A vida palaciana é o fulcro de onde emana esta verdadeira transformação social e intelectual. As camadas inferiores da população, sempre afeitas ao tradicionalismo, não vêem com bons olhos estas evoluções que lhes levam o seu viver de seculos, alterando-lhes os habitos e pretendendo até arrancar-lhes as vibrações da sua alma

que em versos e canções se expande... D'est'arte, suplantada na vida palaciana a poësia narrativa pela poësia discursiva, ela vae refugiar-se no meio popular onde, até agora, mais ou menos alterada ou inovada, tem vivido com seus foros de poesia tradicional.

Ora esta alma, arreigada ás glorias, ás tradições e aos costumes da Raça Luzitana, é a que, na mór parte, passa ao Arquipelago da Madeira e que, fundindo-se com as correntes estrangeiras, nos dá esse sabor tipico, característico dos Insulanos...

A' poësia de reminescencias medievais dos Povoadores, juntam-se o figurado e a melopeia dos *contos e lengas-lengas* — linguí-linguí — arabes.

Quando a Hespanha estende o seu dominio a Portugal, por morte do Cardeal-Rei D. Henrique, começam a afluir á Madeira novas ondas de Povoadores Castelhanos que levam, com seus habitos, as velhas *romansas*.

Mais tarde, ainda, novas fornadas de colonisadores veem de países longiquos, chamados pelo desenvolvimento comercial e industrial = industria sacarina e venda de preciosas madeiras de construção = e com eles fixam-se no lindo rincão novas correntes que, tal como se déra com as anteriores, a pouco e pouco vão sendo assimiladas.

Todos estes elementos, que constituiram o nucleo de população e da vida da Madeira, foram tambem a fonte da riqueza e variedade de *lendas e contos*, como da poesia narrativa, tradicionais no Arquipelago.

Com os costumes medievais, que tão entranhadamente se infiltraram nas lindas ilhas e que, a despeito das inovações e das tentativas insistentes e criminosas de desnacionalisação, ainda perduram, de um modo particular se afincaram os processos de agricultura, as danças = **ballhos** e **mola-volta**, com reminescencias arabes = os contos fantasiosos e lendas interessantes que procuraremos reviver...

Afeitos ao lidar das terras e ao comercio com outros povos, os Madeirenses tomaram um cunho positivista e a um tempo empreendedor. As suas preocupações não os deixaram inclinar-se para a Arte nem para os feitos aguerridos. A paz do Lar e a posse de grandes haveres teem sido, desde o começo, o seu pensamento dominante.

Assim se concebe facilmente a sobriedade de seus solares, a falta de ostentosos monumentos e de grandes Palacios.

Passadas as fainas do dia, olhando a imensidade do oceano que os cerca e que, no horisonte distante, se confunde numa só linha com

o azul do firmamento, os Madeirenses sentiram a necessidade de uma paz espiritual e d'áí vem a religiosidade e a calma que os caracteriza. E a fé cristã que lhes vem desde sempre, revigorada pelo espirito das descobertas e das conquistas, tem-se mantido firme naquelas paragens.

Originais no seu viver e nos seus costumes, originaes são os seus cantares, as suas lendas e tradições...

A LENDA DE COLOMBO

A Praia do Porto Santo é de todas quantas até hoje eu tenho visto, por esse mundo alem, a mais bela e a mais convidativa, para os mezes de estio.

Nem Biarritz, nem Ostende, nem Brighton conseguem suplantal-a, nos seus predicados naturais.

Durante muitos anos, durante seculos, a praia do Porto Santo, com seus fulvos areais, contrastando com o negro das areias da Madeira, permaneceu ignorada, ou votada ao desprezo, já pela dificuldade de comunicação, já porque sendo uma prenda nacional não despertava interesse. Quando se desencadeou a furia tremenda da guerra europeia e os submersiveis audaciosos da Alemanha impossibilitaram ou dificultaram perigosa e implacavelmente a navegação aliada, os Madeirenses, que habitualmente veraneavam no Continente ou no estrangeiro, viram-se reduzidos á Praia do Porto Santo. E tantos atractivos lhe encontraram que desde então não mais a desampararam na epoca estival. Essa praia lindissima, que numa extensão de mais de uma legua corre num suave declive, foi aquela onde, por certo, approaram as naus de Zarco e onde primeiro tremulou a bandeira branca com a rubra Cruz de Cristo, que acompanhou aos portuguezes nas suas empresas audaciosas de alem-mar.

No espirito um tanto supersticioso dos Insulanos, sempre apto para aceitar ou para dar vida a estranhas lendas, afincou-se desde ha muito a convicção de que Cristovão Colombo, nas noites luarentas, vem passear sua saudade anceada, vageando sobre essas areias de ouro, parando de quando em vez e, sombreando com a mão o olhar, fica-se a interrogar o horisonte, que se alonga e se confunde na imensidade do ceu... E deslizando sobre as ondas remansosas, que num

murmúrio dolente se espreguiçam, curvando-se aqui e acolá, como que para colher uma semente ou um pedaço de madeira arrastados na corrente desde Continentes longíquos, a sombra do descobridor do Novo Mundo vai-se afastando, levada pela brisa, sempre inquirindo, sempre analisando os despojos que o mar lhe traz... E quando o dia desperta, a sombra do Navegador dilue-se nos primeiros alvares...

*
* *
*

Depois da descoberta do Arquipélago da Madeira, é positivo que Cristovão Colombo passou áquelas Ilhas e, tendo casado com a filha do 1.^o Donatário do Porto Santo, encantado com as belêças naturais daquelas paragens, por lá se deixou ficar por largo tempo.



A CASA ONDE VIVEU CRISTOVÃO COLOMBO NO FUNCHAL

Quando a portavam ao Funchal os grandes navegadores, logo Colombo os procurava e, bebendo suas narrativas das rôtas feitas, cuidadosamente anotava no seu mapa as novas descobertas ou os segredos desvendados para os lados sul do Atlântico.

Foi, por ventura, nessa vida remançosa que o Grande Navegador concebeu a ideia de que o nosso Planeta possuísse uma forma esférica e sonhou a descoberta da Índia pelos Mares Ocidentais... No Funchal, próximo da Sé, entre as velhas Ruas do Sabão e do Esmeraldo, alevantava-se outr'ora uma vivenda apalaçada com belo estilo arquitetónico, onde o gótico e a renascença marcavam vincadamente.

Era a celebre casa de Jean de Esmenault, fidalgo que da Picardia viera com os Povoadores para a Madeira e de quem descende a familia dos Esmeraldos, que à minha anda ligada ha muito por estreitos laços de sangue e de amizade. Foi nesse solar que parece ter vivido o Descobridor da America durante a sua permanencia na Ilha da Madeira.

As ruinas desse historico padrão; em vez de serem conservadas como documento precioso, já pelo valôr da tradição, já para a gloria que representavam, e ainda pelo interêsse comercial que, sob o ponto de vista do turismo, podessem e deviam ter, em 1878 eram arrasadas porque o espirito *renovador* da época não admitia aqueles muros estropeados nem via neles a preciosidade que os olhos do Artista e do Historiador veem, estimam e enaltecem...

De todo esse edificio, que deveria ter sido conservado com um verdadeiro culto, como uma reliquia inestimavel, apenas uma janela gotica existe, em poder, creio, do senhor Conselheiro Ayres de Ornellas.

Tudo o mais se perdeu... Tudo devastaram e arrasaram, para *remoçar* e *embelesar* a cidade! No Porto Santo a habitação de Colombo teve igual sorte... Aos governantes do seculo passado cabe esta afronta à Historia, à Arte, à glória dos nossos Maiores... E assim, de Cristovão Colombo que viveu, que pensou e idealizou naquelas Ilhas lindas, a ignorância ou a inconsequencia dos homens só até hoje procurou apagar todos os seus traços... Com quanto orgulho, com quanto carinho não guardariam outros povos, reliquias de menor valor, para as mostrarem aos viandantes ou ás gerações vindouras!? O que não fariam para exploração comercial, para reclame regional? E nós tudo reduzimos a pó... Apenas a lenda vive, de geração em geração, na Alma simples mas Patriota do Povo, que na sua ignorancia e no desprezo a que em regra é votado, sabe guardar com mais amor e mais zelo o que aos espíritos cultos, aos Grandes, aos que teem o dever da comprehensão das responsabilidades das situações, cumpria zelar...

A CIDADE ENCANTADA

De entre as narrativas que uma Creada dos tempos de meu Bisavô me repetia em creança e que eu mais tarde ouvi, com detalhes e pormenores interessantes, da boca do Povo, a lenda da *Cidade Encantada* foi aquela que mais me impressionou e seduziu...

Quando a boa Velhinha, satisfazendo a minha curiosidade infantil, descrevia as ruas amplas e bem lançadas, ladeadas por palacios magnificos, com seus Templos magestosos, com a sua vida agitada de grande fulcro de civilização, lá nos abismos do oceano, eu ficava sismando, com o coração confrangido e, quanta vez, na minha ingenuidade, pedia sinceramente a Deus para que permitisse que numa dessas noites de S. João, quando dizem que a cidade submergida sobe á flor da agua e os sinos dos seus Templos clamam na voz forte dos bronzes, e em todos esses seus Palacios esplendurosos lampejam fogos de mil côres e sobem aos ares preces e louvores, não mais volvesse para as profundezas do Atlantico a cidade um dia, nos seculos que se perderam no rolar dos tempos, desaparecida com esse Continente que, dizem, dos mares da Madeira se estendia a terras distantes...

E ficava á sismar na vida da *Cidade Encantada* no fundo do mar, ha seculos e seculos, e no lendario Continente que ora as aguas cobrem...

A LENDA DE ARGUIM

E' voz corrente, entre a gente do Povo, no Archipelago da Madeira, que dos lados do Porto Santo, em certas tardes, quando o sol desce para o ocase, aparece no horisonte uma Ilha envolta em brumas, onde o *Rei Desejado* dorme, desde a jornada lutuosa de Alcacer-Kebir, o seu sono de encantamento, até que uma *Alma-Forte* consiga abordar áquelas paragens...

E a credulidade popular é tão sincera e expontanea que todos os anos, na noite de São João, quando o Povo desce do arraial, e vae ao mar «vêr a sua sombra» ou ouvir os clamores distantes da *Cidade Encantada*, perdidos entre o marulhar das ondas, é vulgar soarem as trovas regionais, invocando o Rei Dom Sebastião e pedindo-lhe que

deixe o seu encantamento de Arguim para vir á terra que lhe serviu de berço e para o Povo que tanto o amou...

Arguim era um castello na costa Africana onde já tremulou a bandeira dos Reis de Portugal. Quando em 1550 a Diocese da Madeira foi apeada da imponencia do seu pedestal de Sé Metropolitana, os Prelados ficaram usando apenas o titulo de *Bispos da Madeira, Porto Santo, Desertas e Arguim*.

Como o velho Castelo Africano deu o seu nome a essa Ilha Misteriosa que vive na lenda e que de geração em geração vai correndo entre o Povo Madeirense, não sei bem precisar... O *Sebastianismo*, durante os primeiros anos que se seguiram ao desastre de Alcacer-Kebir, foi bem uma fé, uma crença no regresso do Heroico Rei que pelo engrandecimento de Portugal deu o seu sangue a beber aos areais Africanos. Porem, desde que o tempo tornou materialmente impossivel a hipotese do captiveiro do Monarca e do seu regresso á Patria, o *Sebastianismo* passou a sintetisar uma vontade e uma esperança imorredoras, acalentadas e avolumadas, dia a dia, na Alma Popular, que vivia sonhando o ressurgimento nacional e a emancipação de Castella. Foi abraçando este criterio que o celebre Jesuita e insigne orador que foi o P.^o Antonio Vieira e Dom João de Castro evidenciaram o seu *sebastianismo*. Na preparação de atmosfera para o 1.^o de Dezembro de 1640, o *Encoberto*, o espirito *sebastianista* que os Patriotas agitavam, não tinha outro fito que levar o Povo para os dias da liberdade e á Nação para um porvir honroso e cheio de gloria... Hoje mesmo, pelos nossos campos, ainda ha quem espere o milagre do desencantamento do Rei Desejado... E esta esperança que a Alma simples do Povo concretisa, revestindo-a com lendas e fantasiosas descritivas, é o motivo d'essa lenda d'*Arguim*, que no Archipelago Madeirense ainda hoje tem voga... Resumidamente, essa e outras lendas, nascidas em volta do Sebastianismo, não significam mais que o grande amor de todo um Povo a uma Patria, que todos nós desejamos vêr grande e redimida...

A ESPADA DE D. SEBASTIÃO

Dobrando, para o norte, a Ponta de S. Lourenço, que é um dos extremos da Ilha da Madeira na sua maior extensão, a costa abre-se em grandes enseadas, onde o mar repousa um pouco da sua lucta incessante contra os rochedos impassíveis... Ao fundo da mais ampla das enseadas, ao abrigo de um rochedo imenso, que de subito se levanta do mar e se interna pela terra, fica o pequeno povoado do Porto da Cruz. Apertada pelos rochedos de negra lava petreficada, pouca expansão tem conseguido ter a villa. Mas os campos que a cercam são talvez os mais ricos e mais belos de toda a Ilha. As serras, que coroam os cimos dos montes altísimos, estão revestidas de frondosas arvores centenarias e pelos abismos despenham-se espumantes caudais de agua limpida que, depois, descendo pelos vales verdejantes, vão precipitar-se no mar...

Foi neste delicioso encanto que os meus antepassados, da minha familia materna, se vincularam á terra, onde formaram grande e poderoso Morgadio. No Porto da Cruz, nesse lindo e velho Solar do Lombo dos Leaes, passei os melhores anos da minha infancia, dos quais me não posso recordar sem uma saudade tão funda que mal a sei exprimir...

Fronteiro ao «Lombo dos Leaes» avoluma-se o dorso gigantesco de um Titan de pedra e lava a quem chamam a *Penha d'Aguia*.

Olhando dos lados do Fayal, a *Penha d'Aguia* apresenta uma encosta acessivel, muito verde e mesmo fertil... Mas sobre o Porto da Cruz é arida, a prumo, rasgando-se em grandes cavernas, onde nunca entrou um ente humano e que ao romper do dia ou ao anoitecer alembra grandes olhos negros e sombrios dos monstros das lendas que detiveram durante tantos tempos a audacia dos navegadores e a expansão da Europa... Sobre o mar, onde a rocha corta verticalmente, numa só linha, como se engenhos de homens assim a talhassem, destaca-se uma elevação, que serviu de motivo á fantasia popular para crear a lenda de que a espada de El-Rei Dom Sebastião ali está enterrada... E o bom Povo lastima-se de não poder subir ao cabeço magico e, tomando pelos copos a Espada encantada, arranca-la da rocha, e trazer com o Rei Desejado o bem e engrandecimento d'esta Patria...

E a *Penha d'Agua*, a quem muitos chamam *Pena d'Agua*, na sua corporeidade de Titan, guarda a graça mimosa de uma lenda patriótica, que traduz bem a esperança e a fé imorredoras que vincadamente marcam a Raça Luza...

«AS ALMAS» DO LOMBO DOS LEAES...

Cerca de uma legua distante da vila do Porto da Cruz, em plena serra, entre arvoredos centenários e grandes moles de negras cantarias, alvejam as paredes do velho Solar dos Leaes. É uma espaçosa casa antiga, correndo em dois andares, com as janelas pequenas e estreitas abrindo para o nascente. Do lado da Estrada Real, para quem sobe da vila ou desce da serra, o Solar oferece a monotonia das suas muralhas, que se rasgam apenas para o grande portão da entrada.

Dizem que os meus antepassados prepositadamente assim fizeram construir aquele ninho adorável, para melhor garantirem a defesa, no caso de assalto dos corsários ingleses, francezes ou mouros, que frequentemente levavam a cabo suas proezas, as mais das vezes castigadas severamente, na linda Ilha...

A Quinta do Lombo dos Leaes é das mais antigas da Ilha da Madeira, e, sem duvida, das mais aprasiveis, já pela sua situação privilegiada, em plena serra, numa altitude consideravel, já pela riqueza das terras que a cercam, já pelo remansoso isolamento em que se encontra.

Os olhos perdem-se extasiados por muitas leguas de serras lindissimas encrustadas de vilarejos, ou na distancia imensa do horisonte, onde o anil do mar se confunde com o azul do Ceu.

Afirmam uns que a fundação d'aquelle Solar do Lombo dos Leaes vem dos tempos dos Reys da segunda dynastia, D. Afonso V ou mesmo D. Duarte, e outros que, apenas, do Reynado do Cardeal Dom Henrique. Em documentos, que consultei, tive ensejo de verificar que a sua fundação se deu por 1613, o que já dá um certo ar veneravel áquelas possantes muralhas, amassadas com argila e areia.

Quando o Povo do Porto da Cruz iniciou os trabalhos de edificação da Igreja Paroquial, os Senhores do Lombo dos Leaes tomaram

á sua conta a construção da Capela do Santissimo, que forma o braço direito da Cruz Latina que o Templo apresenta.

N'essa capela do Santissimo Sacramento dormem em Deus antepassados da minha Raça, que foram bons cristãos e leaes servidores da sua Patria e dos seus Reis...

Segundo rezam as tradições, num rigoroso inverno aconteceu findar-se no Solar um dos seus Senhores. E como a agua do Ceu não parava, como apostada em impedir de todo que levassem para o mau-soleu da Familia o velho Fidalgo, em vista da decomposição adiantada do cadaver, foi mister sepultal-o na Capela de São João Nepomuceno, mesmo junta a outra casa dos Leaes, a poucos minutos da Quinta do Lombo e mais conhecida pela «Casa da Capela».

Na rocha sobre que assentam os alicerces d'esta velha habitação e d'este minuscuro Santuario, fazem as corujas seus ninhos e em grandes bandos passam seu viver de noctivagas.

E, poisando nos arvoredos ou nos telhados, soltam seus gritos sinistros, que por vezes se assemelham a uma supplica plangente... O Povo, porém, apégado ás suprestições, afirma que é a Alma do Fidalgo que dorme o sono eterno na Capela solarenga, que se ergue a passear por seus dominios a matar saudades ou a chorar, censurando aquelle iólamento a que na morte o votaram, arredando-o das Cinzas dos que na morte o antecederam, e, lá em baixo, dormem naEgreja Parochial, com esse mar de Safira a salmodiar-lhes orações... E da casa da Capela, meio derrocada pelos seculos, nem vivalma se abeira desde que o sol se some no poente... Um receio supresticioso empolga aquelas Almas simples de Camponezes, que se benzem, orando, quando os gritos das aves nocturnas enchem aqueles vales...

A SÉ

A Cathedral Manuelina, que marca o coração da Cidade, é dos raros monumentos que o Funchal possui.

A sua historia é simples, se bem que a vida Insulana por essas naves se tem feito repercutir, quer nos hinos de glorificação, quer nas preces angustiosas...

Lançados os alicerces no ano de N. S. Jesus Christo de 1493 e levando a construção demasiado tempo, por não serem suficientes os

rendimentos provindos dos impostos de vinhos e do fisco, ahi por volta de 1503, mandou o Senhor Rei Dom Manuel, o Venturoso, uma caravela, propositadamente, com 40 Reaes em prata, para o seu acabamento. Treze anos mais tarde o Bispo Dom Duarte sagrava o Templo.

Nos primeiros tempos foi o Bispado do Funchal dos mais poderosos, pois que estendia a sua jurisdição a todos os nossos dominios de alem-mar... Em 1539 foi a diocése elevada a Sé metropolitana, com superintendencia nos Bispados de Angora, Cabo Verde, São Tomé e Gôa...

Em 1550 voltou á modestia de simples Bispado do Archipelago da Madeira, como ainda hoje se r antem.

Tem o Templo tres naves, em cruz latina, e dez arcos de cantaria, altissimos e donairosos, sustentam a grandiosidade preciosa do tecto de cedro dos tempos da descoberta, onde os relevos e os mil encantos de motivos arabes, prendem as vistas dos que sabem ver e apreciar as verdadeiras obras de Arte.

Outr'ora a Sé do Funchal possuiu grandes riquezas e preciosas alfaias. Levou-as, na mór parte, a pilhagem dos Corsarios inglezes, francezes e mouros, que por epocas diversas assaltaram a Madeira.. Salvaram-se os quadros magnificos que, em especial os estrangeiros, vão admirar á sacristia...

E' bem para lastimar que a ignorancia ou o indiferentismo e o mau gosto tivessem praticado o crime de lesa-Arte de cobrirem as soberbas colunas, de negras cantarias cuidadosamente buriladas, com uma pintura a oleo imitando os laivos raiados do marmore...

E a velha Catadral, toda caiada, como que trazendo afevelada uma mascara, mantem ainda o vigor dos tempos idos, abrindo o peito para receber as expansões santificadas das Almas crentes...

A' torre, altissima, soberba na sua elegancia incomparavel, revestida de antigos e valiosos azulejos, encimada por um caprichoso «cata-vento», de ferro trabalhado, que assenta sobre uma esphera armilar, não chegou até agora a mão devastadora dos sacrilegos...

E com os seus relógios de marmore e a voz de bronze, forte e harmoniosa, ela vae contando ás gentes as horas que vão vivendo...

O CONVENTO DAS MERCÊS

Quando, após uns anos vividos no Estrangeiro, eu voltei á Ilha da Madeira, impressionou-me fortemente não ter já encontrado o secular Convento de Nossa Senhora das Mercês, mais conhecido pelo Convento das Capuchinhas.

Desde a minha infancia eu habituei-me a ouvir a voz alegre do sino da torre das Capuchinhas, ao romper do dia ou ao entardecer, chamando as Monjas para os officios divinos.

E das janelas d'aquelle grande casarão de meus avós, abertas sobre o jardim tão cheio de rosas, tão profusamente florido e aprasivel, quanta vez eu distraía o tédio que me traziam as lições, que tinha de decorar, contemplando com a ternura com que se olha uma velha amiga, aquella Torre donairoza, revestida de azulejos em xadrez, azuis e brancos, dominando aquellas muralhas denegridas, onde se rasgavam pequenas janelas, defendidas por fortes gradeamentos de ferro, onde jamais alguém viu assomar uma das voluntarias enclausuradas! Menino ainda, lembra-me vagamente que me levavam ao Mosteiro e me faziam sentar na *roda* do palratorio, que girava no seu eixo pesado e que, do outro lado, me recebiam com amisade e com mimos umas senhoras, muito alegres, muito risonhas, vestidas com amplas tunicas escuras, um toucado na cabeça, os pés muito brancos, descalços, dentro das sandalias! E eu, n'aquelle Claustro tão florido, tão fresco, tão cheio de uma doce paz, andava de braço em braço, aprofando-se as Freiras em me amimarem. Davam-me bolos deliciosos e depois metiam-me de novo na *roda* e eu voltava para junto da Familia. Recordações saudosas de tempos felizes que, infelizmente, já não voltam, nunca mais! Fundado em volta de 1668 por D. Izabel de França, o Convento de Nossa Senhora das Mercês mereceu sempre uma particular estima e proteção dos meus Avoengos. Ao transporem os humbrais do Convento, as Monjas despediam-se de todas as pompas, de todas as vaidades e riquezas do mundo e faziam *voto de pobreza*. De esmolas viviam, orando pelos pecadores, humilhando-se aos olhos dos homens e prostrando-se aos pés do Christo pediam a paz, o bem-estar e a harmonia para a misera humanidade.

Chegada a epoca das colheitas era certo ver-se, no Porto da Cruz,

uma velha Creada do meu Bisavô e que era tida como pessoa de Família, asafamada na medição dos moios de trigo que ofereciam para as Capuchinhas. . . Outras casas ricas ofertavam outros generos e assim, em pobreza, da Caridade, viviam as Monjas.

Era á missa das Capuchinhas, ás 7 da manhã, que eu ia aos Domingos e dias Santificados, e na modestia d'aquela Capelinha, tanta vez os olhos presos n'aquelle quadro, da Virgem esmagando a Serpente, que enchia o tecto do Templo, eu orava com uma devoção tão forte, tão sincera e pedia a Deus os tempos de ventura e de tranquillidade que nesses dias de infancia não apreciava e até hoje não tornei a ter! Ao Oferetorio as Freiras entoavam umas lastimosas preces com acompanhamento de um rebecão com que meu Bisavô presenteára o Convento. Contaram-me sempre que esse velhissimo instrumento viera de Inglaterra e que tinha uns adornos em prata, que tiveram de arrancar porque o rigôr da Regra não permitia que metais preciosos andassem ao serviço da Comunidade. . . Na Cêrca do Mosteiro as Religiosas sepultavam as que iam falecendo. Entre essas sepulturas floridas tinha celebridade a *campa* de Madre Brites, que diziam «ter morrido com cheiro de Santidade». Sobre o coval da veneranda Monja deixavam vasos ou bilhas com agua a que attribuiam poder milagroso para certos males.

Quando em 1910 foram definitivamente extintas e expulsas as Ordens Religiosas, o Convento das Capuchinhas ficou deserto e aquele sininho alegre, que desde menino me orientava o dia, emudeceu. . . Tempo depois começaram os trabalhos de demolição do Mosteiro, para ahí erigirem o Edificio em cimento armado, creio, com florões de mau gosto e sem a menor sombra de estetica, que eu vim encontrar ao regressar do Estrangeiro. . .

Durante alguns mezes a elegante e velha torre do Convento ficou isolada e respeitada como um padrão, como uma reliquia. Mas cêdo a furia devastadora reviveu e as picaretas dos barbaros investiram contra a desditosa. . . O comodismo moderno arrasára aquella reminiscencia que nos falava do passado. . .

Arrasaram os muros da cerca para alargarem a rua, arrasaram as sepulturas das monjas para darem expansão ao novo edificio. . . As ossadas de Madre Brites, lá foram para o tumulo da Família Ornellas e Vasconcellos de onde a Freira provinha. . . Foi-se aquelle tecto de madeira pintada, com o quadro a oleo da Virgem fulminando

Satanaz que A tentava. Perderam-se tantas preciosidades que con-frange o coração lembrar! A Imagem, em ponto natural, da Virgem Dolorosa escapou ao ciclone devastador e é junto da Mãe de Deus que ainda hoje ao orar recordamos o templo e o Mosteiro das Mercês...

A CAPELA DAS ALMAS

Contam que, nos tempos da colonisação, dois amigos, cansados da falta de bulício, gastavam as noites pelos solares e casas ricas, entre-tendo as horas no jogo de azar. Sucedeu que um d'esses amigos ganhou ao outro todos os seus haveres. O desprotegido da sorte, não se conformando com a miséria que o jogo lhe cavára, resolveu assas-sinar o companheiro para o roubar. Para isso passou a esperal-o num sitio, então êrmo, onde a rocha se abria numa furna. Mas succedeu que, ao ouvir aproximarem-se os passos da victima e ao preparar-se para levar o crime a efeito, via o outro rodeado de gente que em ar de guarda o acompanhava. Ao fim de se repetir este caso por muitas noites, reparou o criminoso que todas aquelas pessoas caminhavam sem tocarem o solo. Então entrou o remorso no seu coração e se foi ao outro e lhe confessou o seu mau intento.

— Foram as Santas Almas que me salvaram a vida e vos salva-ram a alma... Todas as noites, antes de adormecer, réso a Deus pelos que morreram e não teem quem por eles peça.

Então combinaram naquela anfetuosidade do rochedo, construi-rem uma Capelinha ás Santas Almas onde ardesse dia e noite a lam-pada de azeite... Rolaram os anos e a Capelinha das Almas ainda subsiste n'aquela angulo da Tarvessa das Capuchinhas, em frente dos muros que outr'ora se ergueram a rodear a cerca das Mercês...

De geração em geração o voto tem sido cumprido. E hoje o culto mantem-se no minuscuro santuario, que é uma modesta mas preciosa reliquia que o meu parente e nosso consocio Dr. Carlos de Meyreles da Silva Carvalho, guarda com infinito carinho, herdado de seus maiores...

O BRONZE DA NECROPOLE

Foi logo ao amanhecer do dia 3 de Dezembro de 1918 que um submarino alemão, num rasgo de audacia inconcebível, torpedeou trez embarcações *aliadas* que, despreocupadamente ancoradas na baía do Funchal, se julgavam bem a seguro de qualquer surpresa. Após os primeiros instantes de assombro e de pavor, tendo voado pelos ares, em estilhaços, a canhoneira franceza «*Surprise*», atingida pelo torpedo no paiol da polyora, e quando os dois barcos inglezes sossobraram feridos de morte, a artilharia de terra abriu fogo sobre o audacioso submersivel, que de pronto se fazia ao largo e vomitava metralha sobre a cidade durante mais de duas horas.

Desde então, no terceiro dia do mez de Dezembro, teem comemorado o aniversario duma data lutuosa para a historia da Madeira. No alto da Colina das Angustias, ao entrar a cidade dos Mortos, vae o Povo em romagem até á beira de um monumento que se fica lembrando aos vindoiros essas horas amarguradas, que Francisco Franco — o grande Escultor que orgulha a Madeira de lhe ter sido berço, — soube cinzelar, deixandolhe bem impressa a vibração da Sua Alma, que recolheu a grandiosidade do martyrio dos que sossobraram e da dôr dos que regaram com prantos a sua perda . .

Num pedestal de marmore, submergindo-se nas vagas encapeladas, um vulto possante de homem, numa anciedade suprema, ergue ao Ceu, como que a implorar a derradeira proteção, os braços fortes e musculosos. . . E no crispado das mãos e na angustia imensa que se lê nas faces rugosas, o Artista descreveu no brônze imortal, toda a alma d'aquelle momento tragico.

No desespero do Pescador, que se afunda, ha o desespero de uma Raça, vae o protesto de uma Alma que vibra, que brame, e o espirito forte que faz falar os marmores e os bronzes com voz rouqueira, que se ha-de prolongar no éco dos séculos. . .

Numa das faces do quadrilato que forma o pedestal, em letras de bronze, os versos de Jayme Camara resam, no «*Suave Responso*» a eloquencia do gesto amplamente angustioso do busto do Pescador. . . No Poêta, como no Escultor, ergue-se altiva e dominante essa Alma Portuguesa que não conhece perigos, nem dores, nem temores. . .

Trez de Dezembro! O tempo vai rolando sobre essa data lutuosa. . . Dizem que o Tempo corre para apagar as recordações. . .

Mas enquanto esse Bronze magestoso e esses versos salmórosos não vergarem sob a destruição dos séculos, a lembrança d'essas horas de lagrimas e de sangue, de luto e de desespero, prevalecerá através das gerações que saibam guardar as virtudes, o sabor, o sentir e o heroico estoicismo da Raça Luzitana.

Alfredo de Freitas Branco

(VISCONDE DE PORTO DA CRUZ)

O TUMULO DE D. JOÃO DE NORONHA

EXSITENTE NO TEMPLO DE S. MARIA DA VILA DE OBIDOS

Ainda não está suficientemente estudado este notavel tumulo, nem nós temos pretensão de suprir essa falta, porque carecemos de competencia. Dele se occuparam já os distintos escritores D. José Pessanha e dr. Reynaldo dos Santos e o malogrado dr. Joaquim Teixeira Martins de Carvalho na sua obra postuma — *O Mosteiro de S. Marcos*, prefaciada pelo primeiro escritor acima citado.

Pena é, porem, que a esta notavel obra, nenhum tenha dedicado mais particularizada noticia.

Edificado na parede norte do vetusto templo de S. Maria e ultrapassando a espessura daquela, vê-se um ediculo ou capela com arco pleno e fortes abobadas ornamentadas.

O arco assenta em pomposas e artisticas colunas, três de cada lado, onde abundam curiosos trabalhos em alto relevo, medalhões e estatuetas interessantes. As colunas medias terminam no ábaco, que serve de peanha ou misula ás estatuetas e abrigadas por curiosos baldaquinos, mas as extremas elevam-se até a arquitrave e sobre cada uma está sentado um anjo.

O friso é tambem decorado com altos relevos e sobre o entablamento vê-se um novo ediculo ou nicho, no interior do qual sobresaê o retabulo da Assunção da Virgem e no vertice do frontão o Padre Eterno com a mão esquerda pousada no globo e com o indicador da dextra apontando o espaço infinito.

Na frente do ediculo e sob o arco existe o caixão, onde dois anjos ou genios, um de cada lado da cartela, pousam uma das mãos, segurando com a outra um escudo, do falecido e da mulher.

Na cartela lê-se o epitáfio seguinte :

**AQVI JAZ-O SENHOR-DOM JUAM-DE NORONHA
E A SENHORA-DONA ISABEL-DE SOVSA-SVA-MOLH-
ER-A QVAL-MANDOV-FAZER-ESTA-SEPVLTVRA-E OR-
DENOV-DE TODA A SVA-FAZENDA-HVMA CAPELA-DE
QVE-DEIXOV-POR-ADMINISTRADOR-SIMAOM-DE
SOVSA-SEV-SOBRINHO-E-SEVS-HERDEIROS-E FALE
CEO-O DITO-DOM-JOHAM-AOS-DEZ-DE-MARÇO
DE IS7(?)S.**

Não se percebe bem se o terceiro algarismo é um 2 se um 7

Não pudémos averiguar a data do falecimento deste homem notavel e até no Dicionario Popular vimos se ignora.

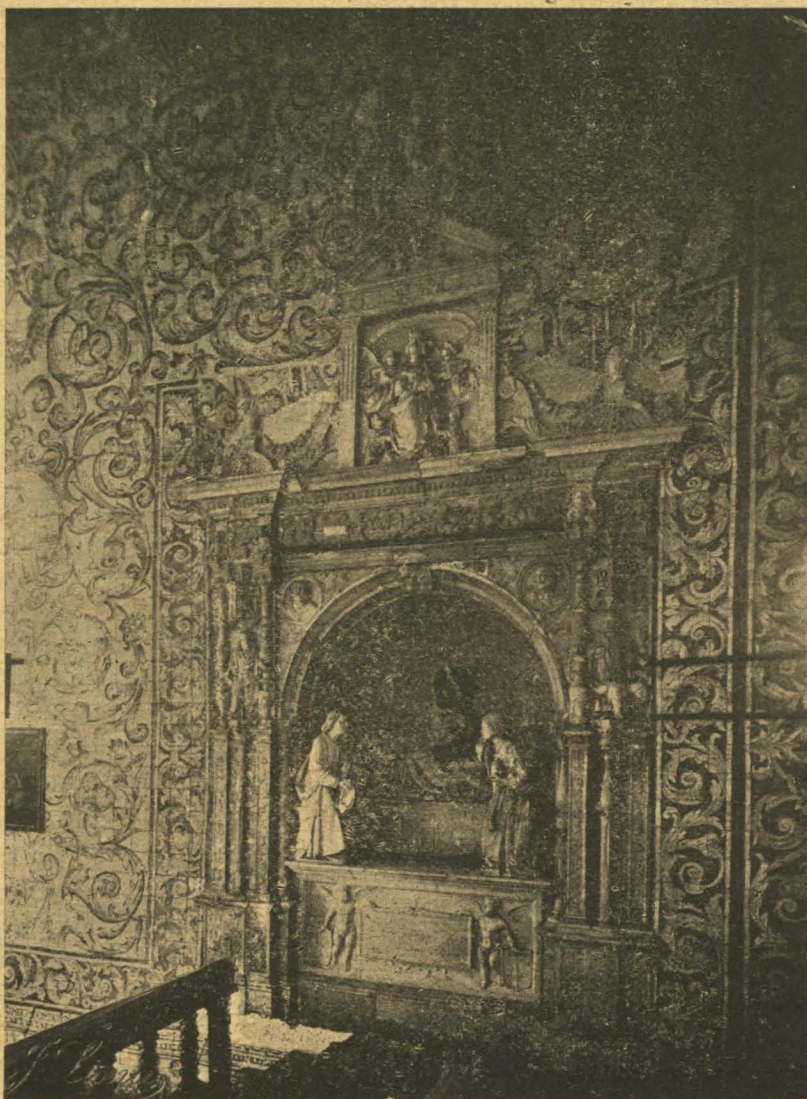
Sobre o caixão pousam um tanto inclinadas duas figuras de mulher, carpideiras, tendo uma na mão um vaso ou lacrimatorio. Ambas as estatuas estão mutiladas, faltando a mão a uma delas, estando a outra privada de alguns dedos.

Mais no interior vê-se a estatua da Virgem com Christo morto nos braços já horrivelmente mutilado, tendo os pés decepados, vendo-se ao lado um destes.

Na estatua da Virgem nota-se a dor pungente que a afflige e tem mais valor artistico que a do Christo, não parecendo obra do mesmo artista. Mais perfeitas e detalhadas são, porem, as estatuetas em meio vulto, as cabeças ou medalhões, elmos e outros altos revelos que decóram as colunas, fazendo lembrar as figuras do pulpito de S. Cruz, e, apezar de umas e outras não serem bem proporcionadas, as de Obidos não nos parecem inferiores ás do referido pulpito. O fundo do ediculo representa em alto relevo, um lindo portico, tendo um óculo atravessado por um S de pedra como obstaculo a quem quizesse introduzir-se no ediculo. A decoração das colunas é interessante, escudos, elmos, plantas etc.

A traços largos e imperfeitos tentámos dar uma ideia do notavel monumento, onde trabalharam artistas de valor, embóra de desiguais aptidões, pois, observando-o atentamente, convencemo nos de que não foi obra de um só.

E se não é obra de varios artistas e apenas dum, a conclusão a



OBIDOS — O TUMULO DE D. JOÃO DE NORONHA NA IGREJA DE SANTA MARIA

tirar seria que, nem sempre foi igualmente inspirado e feliz na execução; mas tal hipótese é pouco admissível.

Não diremos que as esculturas sejam perfeitas, como raramente

o eram outr'ora entre nós, mas estas, a obra architectonica e as decorações formam um conjunto harmonico e impressionante.

Ocorre agora perguntar: quem foi o architecto e escultor ou escultores deste curioso monumento?

Não é facil responder.

Ha quem o atribua a João de Ruão e quem manifestando-se mais afoitamente, o atribua aos lavrantes de Coimbra dos fins do seculo XV e principios do seculo XVI.

Entre esses lavrantes alguns houve efectivamente notaveis, mas nenhum se tornou tão celebre como João de Ruão e Mestre Nicolau, dois francêses insignes, alem de Jacques de Bruche (Bruges?), que acompanhou o primeiro em mais obras de architectura e escultura. Deste e do primeiro se occupou o falecido conego da Sé de Coimbra, dr. Prudencio Quintino da Silva, na sua obra — *João de Ruão*.

Entre os artistas notaveis que trabalhavam em Coimbra, devemos fazer menção de Diogo Pires o Velho, Diogo Pires o Moço, Gaspar da Costa, Tomé o Velho (da Lamarosa), João Gonçalves, Gaspar da Fonseca e Duarte Mendes, este da Batalha. Gaspar da Fonseca devia ser artista de valor, visto que tendo falecido João de Ruão em 28 de Janeiro de 1580 em Coimbra, onde era mestre d'obras da Sé, foi nomeado para substituir o grande mestre em 5 de março do referido ano.

O imaginario João de Ruão, como naquela epoca se intitulavam os architectos e escultores, viveu muitos anos em Coimbra e provavel é que fosse contemporaneo de Nicolau de Chaterene, auctor dum celebre retabulo de S. Marcos, e doutro de Evora, dos tumulos de D. Afonso Henriques e de D. Sancho, existentes na egreja de S. Cruz, em Coimbra, e tambem do retabulo de jaspe da Capela da Pena em Sintra, feito em 1432, tendo custado quatro mil cruzados, como afirma Conceição Gomes, auctor da curiosa monografia — *O Monumento de Mafra*, onde se occupou tambem de Sintra (op. cit. pag. 96).

Mas as obras de João de Ruão foram em maior numero e tantas que os traslados e noticia das escrituras em que ele se responsabilizou a executa-las, occupam um grosso volume, devido ao já citado dr. Prudencio G. da Silva, grande latinista e sabio e paciente investigador.

Como architecto e escritor trabalhou em Coimbra na Sé e templo de S. Cruz, onde carinhosamente cinzelou o pulpito, que representa uma preciosa joia devido ao seu grande talento.

Mas o seu nome anda ligado a outros trabalhos notaveis, existentes no Pedrogão, Pombal e outras povoações.

Seria tambem o auctor do monumento de Obidos?

Tanto Mestre Nicolau como João de Ruão tinham tantas encomendas que pouco provavel parece ser o terem-se encarregado da construção deste piedoso monumento.

João de Ruão, não tinha mãos a medir, como se diz, vulgarmente, não chegava para as encomendas.

E aceitava estas, fazendo o contracto com todas as cautelas e providencias, exarando-se em escritura as condições.

E' de notar que faltava até muitas vezes aos compromissos, exigindo frequentemente maiores quantias, o que lhe causou desgostos graves e demandas.

Ora costumando ele exigir que os contratos fossem reduzidos a escritura, a respeito da capelinha e tumulo de Obidos nenhum documento appareceu ainda, nem na citada obra se vê referencia alguma.

E', todavia, possivel que o monumento de Obidos fosse construido segundo o plano e desenhos do insigne *imaginario*, executados por lavrantes de Coimbra, não repugnando mesmo acreditar que as duas estatuetas das colunas, que tanta analogia tem com outras figuras do pulpito de S. Cruz, fossem obra dele :

Mais, provavel é, porem, que ele fizesse os desenhos e que os discipulos e operarios, que naturalmente tinha para o auxiliarem, se encaragassem da execução da obra.

O grande artista deveria ter officinas em Coimbra, onde tinha residencia e casas proprias e assim o mestre traçava o plano, fornecia os desenhos, e os officiais, e os discipulos executavam tudo á vista dele ou segundo as indicações que lhes desse, podendo êle executar ou aperfeicoar as peças principais. Só assim se comprehende que no paiz haja tantas obras de valor artistico, que lhe são attribuidas e de cuja autoria não é licito duvidar, por que constam de documentos como os da capela do Castelo de Pombal, por ele restaurada, por ordem dum ascendente dos condes de Castelo Melhor, que ali dispendeu somas consideraveis para desfalcar os parentes, que o haviam contraído.

O sr. Dr. Machado de Pombal informou-nos de que esta capela está em ruinas e que o retabulo que ali existia foi convenientemente transportado para uma igreja da vila. E, como se trata de uma obra

autentica de João de Ruão, ali pode ser estudado pelos amadores de obras de valor artistico.

Que o monumento de Obidos não é obra de um só artista facilmente se depreende, comparando as diferentes peças, as estatuetas e as estatuas, a não ser que, sendo obra dum só, este não tivesse sempre igual cuidado e probidade artistica na execução.

A cinzel diferente parecem devidas as estatuas da Virgem e de Christo, pois aquella é mais perfeita.

Temerario é, contudo afirmar que o ediculo e tumulo de Obidos sejam da autoria de João de Ruão ou do Mestre Nicolau, jámais sabendo-se que em Coimbra houve bons lavrantes, artistas de renome naquela epoca, como dissemos.

Outro ponto que conviria esclarecer, é se a obra foi executada, fabricando-se in loco as diferentes peças ou se estas vinham já preparadas das oficinas dos lavrantes, de Coimbra ou de outra parte.

Sendo o material tão fragil, arriscado seria nessa epoca mandar as peças de longe, porque facilmente podiam partir-se, perdendo-se assim o trabalho da mão d'obra; mas, transportando as pedras antes de trabalhadas, isso aumentaria as despesas do transporte numa epoca em que este era difficil. Esse ponto é, todavia, secundario, tanto mais que ignoramos a procedencia da pedra com que o monumento foi construido.

Pouco adeantámos a respeito da autoria do ediculo e tumulo de Obidos, porque faltam documentos que resolvam as duvidas, e que só poderão existir nos tombos dos representantes dos dois extintos. Bôa recompensa teriamos, porem, se estas humildes e singelas indagações servissem de estimulo a quem mais competencia tenha para desvendar o misterio.

Tudo leva a crer que tanto D. João de Noronha, como D. Isabel de Sousa, tiveram conhecimento do imaginario João de Ruão e do mestre Nicolau, que residiram em Coimbra, onde aquele constituiu familia, casando com Isabel Pires, filha de Pero Anes, de quem teve numerosa prole.

E', pois, muito possivel que fosse João de Ruão o autor dos desenhos da capela e tumulo de que vimos falando, atendendo á justa fama de que gosava em todo o paiz. E não admira que haja duvidas a respeito da autoria do tumulo de Obidos, pois que tambem as tem havido a respeito dos tumulos de S. Marcos, apesar dos valiosos tra-

balhos de escritores consagrados pela opinião publica, em que esse assunto foi versado.

A respeito do notavel retabulo de S. Marcos attribuido a mestre Nicolau, parece não haver duvidas, mas sobre a autoria dos tumulos subsistem algumas.

O autor do prefacio de *O Mosteiro de S. Marcos* o Snr. Dr. Reynaldo dos Santos manifesta a opinião de que João de Ruão apenas dera os desenhos de certos tumulos.

Ora, se vivendo tão perto de São Marcos, apenas se limitou a fornecer os desenhos, não é de presumir que, estando tão longe de Obidos, em Coimbra, se encarregasse da construção dos proprios tumulos e muito menos que os fizesse sem ter previamente legalizado o contrato em escritura, de que não ha a menor noticia.

E' por isso plausivel a hipotese de João de Ruão ter feito tambem os desenhos da capela e tumulo de que nos vimos ocupando.

E tanto mais quanto é certo existirem certas semelhanças entre este e o tumulo de João da Silva, VI senhor de Vagos, começado em 1554, como afirma o illustre autor de um artigo da *Ilustração Portuguesa* (2.^a serie, n.º 25, pag. 55, com o titulo — *Pantheon dos Silvas*, Dr. Manuel Gayo.

Os dois tumulos são parecidos nas linhas gerais e mesmo em certas peças e detalhes.

Ambos tem sobre o entablamento um ediculo, existindo no de Obidos o retabulo da Assunção e no de S. Marcos o brazão dos Silvas.

O tumulo de João da Silva, como o de D. João de Noronha é de construção rectangular e tem sobre o entablamento um arco pleno, tem estatuetas de apóstolos nas colunas e egualmente dois anjos cada um destes na extremidade da cartéla, onde foi aberto o epitafio.

Portanto, se o monumento de Obidos não foi feito em face de desenhos de João de Ruão, o imaginario, engenheiro, architecto e escultor, foi imitação dos tumulos de S. Marcos, que não julgamos superiores áquelle. Entre um e outro ha semelhanças, embóra tambem haja diferenças, uma delas importante e que consiste em existir no de Obidos, em vez de estatua jacente o grupo da Piedade e das carpi-deiras.

A ideia do tumulo de Obidos deve ter surgido na mente de D. Isabel de Sousa, que foi camareira mór da Rainha D. Leonor e depois da nora, naturalmente por ter noticias dos famosos tumulos de

S. Marcos, por intermedio de D. Maria de Vilhena, mulher de Fernão Teles de Menezes, mordomo daquela rainha.

D. João de Noronha e D. Isabel de Sousa eram senhores da Quinta das Flores, que foi comprada pela Rainha D. Leonor, doando-a depois ao Hospital das Caldas, fazendo agora parte da Quinta das Janelas, pertencente ao grande proprietario senhor Luiz da Gama, a quem pertence tambem a cerca e convento dos Arrabidos.

D Isabel de Sousa, mandando construir o famoso tumulo, alem de ornamentar o templo de Obidos com essa preciosa joia, prestou a homenagem á memoria do marido, perpetuando o seu nome e tambem o dela.

Caldas da Rainha, 14-VII-924.

J. M. Correia

(Socio correspondente da Associação dos Arqueólogos Portugueses)

BIBLIOGRAFIA

No cumprimento duma determinação aprovada em Assembleia Geral do ano corrente, inicia-se no presente volume da «*Arqueologia e História*» esta secção, exclusivamente destinada a dar notícia das publicações dos nossos consócios, por estes oferecidas, no decurso de 1924, á biblioteca desta Associação, em conformidade com o preceituado nos Estatutos.

Era sincero desejo, e até mesmo dever da Comissão de Redacção, apreciar desenvolvidamente aquelas das referidas obras que tratam assuntos relativos aos fins desta colectividade. Seria uma homenagem, embora modesta, ao labor dos nossos consócios e uma maneira de elucidar, acerca do valor d'esses trabalhos, os estudiosos que não fazem parte da nossa agremiação. A epoca, porem, em que a determinação acima foi tomada, quando a composição do presente volume estava já adeantadissima e, portanto, de pequeno espaço se dispunha, e ainda a escassez de tempo para nos ocuparmos de tantas obras, muitas delas de datas anteriores, mas que só agora deram entrada na nossa biblioteca, obrigam a Comissão de Redacção a limitar a projectada homenagem a uma simples resenha, exceptuando a apreciação feita pelo Snr. Dr. Lamas á obra do nosso illustre presidente, Snr. Dr. Leite de Vasconcelos — «*Da Numismática em Portugal*» — que já ha tempo estava na tipografia para ser publicada.

Que os nossos consócios, pois, nos relevem a insuficiência da homenagem prestada aos seus belos trabalhos.

Affonso de Dornellas

HISTORIA E GENEALOGIA. Vol. XI, Lisboa, 1924. In-4.º de 199 pag.

Alfredo de Freitas Branco

MADRINHA DE GUERRA. Comedia em 1 acto. A CONFIDENCIA. Episodio dramatico Lisboa, 1919. In-16.º, de 44 pag.

CHARCOS. Lisboa, 1917. In-8.º de 46 pag.

NO EXILIO. — SCENAS DA VIDA DOS CONSPIRADORES MONARCHICOS. Lisboa, 1917. In-8.º de 77 pag.

ANNA CLARA. Lisboa, s/d. In-8.º de 31 pag.

A CANÇÃO DE SOLVEIG. Peça em 3 actos. Lisboa, 1922. In-8.º de 39 pag.

Alberto Souto

APONTAMENTOS SOBRE A GEOGRAFIA DA BEIRA — LITORAL — I — ORIGENS DA RIA DE AVEIRO. (*Subsidios para o estudo do problema*). Aveiro, 1923. In-8.º de 167 pag. e 3 mapas.

JOAQUIM DE MELO FREITAS. — DESPEDIDA FUNEBRE, JUNTO AO MONUMENTO DOS MARTIRES DA LIBERDADE, NO CEMITERIO DE AVEIRO, EM 9 DE DSZEMBRO DE 1923. Aveiro, 1924. In-8.º de 15 pag.

Alberto Sousa

O TRAJO POPULAR EM PORTUGAL NOS SECULOS XVIII E XIX. Lisboa, 1924. In-folio, largamente ilustrado com fotografuras e fotocromias. Em publicação.

Alvaro Maria de las Casas

LA GOTA DE AGUA. Cuento. Valladolid, 1921. In-16 de 23 pag.

LAS UNIVERSIDADES Y LAS ASOCIACIONES DE ESTUDIANTES. Orense, 1921. In-4.º de 40 pag.

LAS CAROCHAS. Comedia en un acto y en prosa. Valladolid, 1922. In-4.º de 26 pag.

AL PORTUGAL AMIGO. Viana do Castelo, 1923. In-4.º de 11 pag.

Antonio da Costa Leão

PRONTUARIO DE ORTOGRAFIA. Segundo a reforma oficial. 2.ª edição muito aumentada e refundida. Lisboa, 1923. In-8.º de VIII — 120 pag.

Artur Lamas

EM QUE CASA NASCEU SIMÃO BOTELHO? Porto, 1924. In-8.º de 29 pag.

A QUINTA DE DIOGO DE MENDONÇA NO SITIO DA JUNQUEIRA. (EXTRA MUROS DA ANTIGA LISBOA) Lisboa, 1924. In-4.º gr. de 55 pag., com 9 grav. e 2 est.

Cesar da Silva

D. CARLOTA JOAQUINA. CRONICA EPISODICA. 1.ª edição s/d. In-8.º de 129 pag.

Cesar Vaamonde Lores

D. BERMUDO, REY DE GALICIA. La Coruña, 1924. In-4.º de 15 pag., ilust.

Francisco de Almeida Moreira

OS QUADROS DA SÉ DE VIZÉU. SUA RELAÇÃO COM OS DE SANTA CRUZ DE COIMBRA E DE S. JOÃO DE TAROUCA. Lisboa, 1916. In-4.º de 32 pag. e 1 est.

UN PEINTRE REGIONALISTE PORTUGAIS AU XVI^e SIÈCLE. VASCO FERNANDES, LE GRAND VASCO). Communication faite au Congrès d'Histoire de l'Art à Paris, en 1921. Vizeu, 1921. In-4.º de 14 pag.

MUSEU REGIONAL DE GRÃO VASCO. — CATÁLOGO E GUIA SUMÁRIO. Porto 1921. In-8.º de 69 pag. e 28 est.

F. A. Garcez Teixeira

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIA DAS ARTES EM PORTUGAL. — III. A FAMÍLIA CAMÕES EM TOMAR. Lisboa, 1924. In-4.º de 14 pag.

Frederico Gavazzo Perry Vidal

GENEALOGIAS REAES PORTUGUEZAS. — DESCENDENCIA DE S. M. EL-REI O SENHOR DOM JOÃO VI (28.º REI DE PORTUGAL). Lisboa, 1923. In-4.º de XII—212 pag. e 85 est.

Hugo Obermaier

ESCULTURA CUATERNARIA DE LA CUEVA DEL ROSCAÑO (SANTANDER). Separata do "Butlletí de la Associació Catalana d'Antropologia, Etnologia e Prehistoria. Barcelona, 1923. In-4.º de 14 pag., ilust.

LAS DIFERENTES FACIES DEL MISTERIEUSE ESPANOL Y ESPECIALMENTE DEL DE LOS YACIMIENTOS MADRILENOS. Separata de la "Revista de la biblioteca, archivo y Museu del Ayuntamiento de Madrid". Madrid, 1924. In-8.º de 37 pag. ilust.

EL DOLMEN DE LOTO. (TRIGUEIROS; HUELVA). Madrid, 1924. In-4.º de 31 pag. com grav. e 10 est.

Jordão de Freitas

CAMÕES EM MACAU. (NO 331.º ANIVERSARIO DO FALLECIMENTO DO POETA). Lisboa, 1911. In-4.º de 52 pag.

O NAUFRAGIO DE CAMÕES E OS LUSIADAS. Lisboa, 1915. In-4.º gr. de 51 pag.

DOM BENTO DE CAMÕES E O PRINCIPE DOS POETAS LUSITANOS. Edição correcta e muito ampliada dum artigo publicado no "Diario de Noticias". Lisboa, 1917. In-4.º de 16 pag.

J. M. Cordeiro de Sousa

ALGUMAS INSCRIÇÕES PORTUGUEZAS DO MUSEU DO CARMO. (CONTRIBUIÇÕES PARA O CATALOGO DO MUSEU DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUESES). Separata da "Arqueologia e Historia". Lisboa, 1923. In-4.º de 15 pag.

ALGUMAS INSCRIÇÕES PORTUGUEZAS DO MUSEU DO CARMO. (CONTRIBUIÇÕES PARA O CATÁLOGO DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUESES). — 2.ª serie — Separata da "Arqueologia e Historia". Lisboa, 1924. In-4.º de 23 pag.

D. José Pessanha

O CALIS DE OURO DO MOSTEIRO DE ALCOBAÇA. A PORCELANA EM PORTUGAL (*primeiras tentativas*). Lisboa, 1923. In-4.º de 96 pag. e 8 est.

A PORCELANA EM PORTUGAL. A FABRICA DE VISTA ALEGRE. Conferência realizada em 21 de Junho de 1924 no Museu Nacional de Arte Antiga, perante o Grupo dos Amigos do Museu, no recinto da Exposição Comemorativa do 1.º Centenário da fundação da Fábrica. Lisboa, 1924. In-8.º de 31 pag.

J. Leite de Vasconcellos

ARQUIVO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA — Vol. IX. — DA NUMISMÁTICA EM PORTUGAL. Lisboa, 1923. In-4.º de XIV — 360 pag., com 12 grav. e 4 est.

Apreciando esta obra, disse com inteira justiça, o sócio efectivo sr. Doutor Artur Lamas, na sessão de 29 de Março de 1924:

«Como amador da Numismática não devo deixar de manifestar o meu regosijo pelo aparecimento de uma das mais notáveis obras que, a respeito desta Sciência, se teem publicado no nosso País, e de dizer algumas palavras a respeito dela. Refiro-me, é claro, ao livro do nosso illustre Presidente, o sr. dr. José Leite de Vasconcelos, intitulado: *Da Numismática em Portugal*, que é um trabalho de grande vulto, feito por mão de um mestre que, á alta competência scientifica, reúne uma paciencia beneditina e uma perseverança no estudo, verdadeiramente admiráveis.

O plano da obra está traçado com a habitual e característica boa orientação do autor, que começou por sugar das antigas crónicas, das aritméticas e dos tratadinhos, o pouco que na antiguidade se escreveu entre nós sobre o assunto, e por indicar os numofilácios, ou museus numismáticos, dêsse primeiro período, dentre os quais sobresaía o do Condestavel D. Pedro, que foi o primeiro coleccionador portugueses conhecido.

Com Manuel Severim de Faria, autor do *Discurso IV sobre as moedas de Portugal*, inicia criteriosamente o autor do livro o segundo período da historia da nossa Numismática. A obra do illustre Chantre da Sé de Evora é apreciada e enaltecida com justiça. Foi êle o primeiro sistematizador da Numismática entre nós. Seguidamente a Severim, fala o autor no «patriota denodado, que nos transes aflitivos que Portugal passou sob o dominio felipino esteve sempre ao lado da justiça», D. Rodrigo da Cunha, que deixou na especialidade que nos interessa uma obrzinha curiosa; de Fr. Leão de Santo Tomás; do modesto trabalho de Fr. Antonio da Purificação, etc. e de um capítulo

da *Europa Portuguesa* de Manuel de Faria e Sousa. Visto ter falado neste illustre escritor aproveitei a ocasião para lêr a inscrição que copiei da sua campa no Convento de Pombeiro, perto de Vizela (1):

JNCLYTVS HIC IACET
 VXORE SVA SEPVLTVS
 SCRIPTOR ILLE LVSVS
 EMMANVEL DE FARIA ESOVSA
 HOC OPPIDO SATVS
 DIE 6 SEPTEMBRIS A DONI 1660

Em seguida é notado, com o devido louvor, o importante desenvolvimento que tiveram os estudos numismáticos no seio da Academia Real da História, onde floresceram, nesta especialidade, o Marquês de Abrantes, D. António Caetano de Sousa e os Condes de Assumar e da Ericeira.

Ainda no século XVIII, fala o autor do aparecimento da *Numismalogia* de Bento Morganti e do impulso dado de Beja e Evora por Cenáculo e seus amigos, entre os quais se contava Fr. Vicente Salgado, aos estudos numismáticos.

Uma *valiosa dissertação numismática* do P.^e Caetano do Bem mereceu as honras de ser cuidadosamente extratada, e os arabistas que trataram de moedas arabes, dentre os quais se destacou Fr. João de Sousa, não foram esquecidos. Nos seus devidos lugares veem indicados na obra do sr. dr. Leite de Vasconcelos, com os merecidos encómios, os dois patriarcas da Numismática Nacional, Lopes Fernandes, que desbravou muito terreno «não se limitando», como disse Herculano, «ao que sobre esta matéria se achava escrito, e consultando muitos documentos que até aqui não haviam sido aproveitados com intuitos análogos, pode chegar a resultados positivos», e Teixeira de Aragão que, segundo a frase do sr. dr. José Leite, produziu uma obra que «domina toda a Numismática Portuguesa, a mais notavel e a de maior realce».

De então até nossos dias são apontados vários outros trabalhos entre os quais ocupa lugar proeminente o de Costa Lobo. Com mi-

(1) Manuel de Faria e Sousa faleceu em Madrid em 1649 de onde o seu corpo foi trasladado para Pombeiro, terra da sua naturalidade, em 1660.

núcia são historiadas na obra quasi todas as colecções de mômos que tem havido no nosso País e dadas noticias biograficas de colleccionadores. Em apenso fala-se, entre outros assuntos, das obras notaveis de Gerson da Cunha, de Luís Nunes, «que nasceu fóra de Portugal, e lá viveu e floresceu», da nossa Numismática em países estrangeiros, de cédulas, de Tesserologia e de Medalhistica, onde o autor se refere ao meu modesto trabalho por fórma que só se justifica pela muita amisade com que me honra, e que me cumpre agradecer.

Nada faltou mencionar na obra do dr. Leite de Vasconcelos desde o trabalho capital de Teixeira de Aragão até ao mais insignificante apontamento escondido em qualquer recanto de biblioteca, ou em coluna de jornal.

Fica-se assim com ideia completa do que em Portugal se tem feito sobre o assunto.

Se algum reparo houvesse a fazer na obra colossal do nosso Mestre seria a de êle ter prestado demasiada atenção a autores que a não mereciam; mas como «somos povo de moderados recursos — servimo-nos das suas próprias palavras—, e não estamos no caso de produzir sempre muito em todos os ramos do saber», temos que aproveitar tudo, ainda o mais insignificante.

O livro tem bonito aspecto e está profusamente ilustrado com documentos e retratos.

Minhas senhoras e meus senhores, depois de ler o trabalho do nosso illustre Presidente, o sr. dr. José Leite de Vasconcelos, devo confessa-lo, orgulhei-me como português e como amator dos estudos numismáticos, porque o aparecimento desse trabalho é uma honra para a nossa Pátria».

J. Nunes de Freitas

O BRASÃO DA VILLA DE FRONTEIRA. Separata de «Arqueologia e Historia», vol. 3.º. Lisboa 1924 In-4.º de 12 pag. com 4 grav.

Ladislau Batalha

HISTORIA GERAL DOS ADÁGIOS PORTUGUESES. Com um estudo preambular do Dr. Agostinho Fortes. Lisboa, 1924. In-8.º de 326 pag.

Ludovjco de Menezes

CAMILO — DOCUMENTOS E FACTOS NOVOS. Lisboa, 1924. In-8.º de 250 pag.

Luis Bernardo L. d'Athaide

NOTAS SOBRE ARTE — SÃO MIGUEL — AÇORES — (*Subsidios historicos*). S. Miguel, 1915. In-4.º de 355 pag., ilust.

NOTICIA DE MEDICOS E ARTISTAS ANTIGOS PORTUGUESES E ESTRANGEIROS, QUE EXERCERAM A SUA ACTIVIDADE EM PORTUGAL. Separata da "Revista Michaelense". In-4.º de 13 pag., ilust.

ARCHITECTURA REGIONAL—S. MIGUEL, AÇORES. Ponta Delgada, 1920. In-4.º de 87 pag., ilust. com grav. e 6 est.

ORGANISAÇÃO DE MUSEUS EM PONTA DELGADA. Separata da "Revista Michaelense". 1922. In-4.º de 22 pag., ilust.

Luis Xavier da Costa

CAMÕES NA OBRA DE SEQUEIRA. Separata de «Arqueologia e Historia», vol. 3.º Lisboa, 1924 — In-8.º de 24 pag.

Matos Sequeira

TEMPO PASSADO. (CRONICAS ALFACINHAS). Lisboa, 1923. In-4.º de 205 pag. e 27 est.

Mosés Bensabat Amzalak

ÍNDICULO DOS TRABALHOS LITERARIOS DE J. LEITE DE VASCONCELLOS. *Livros — Folhetos — Revistas — 1879 e 1923*. Lisboa, 1924. In-8.º de 60 pag., ilust.

P. M. Laranjo Coelho

TERRAS DE ODIANA — SUBSIDIO PARA A SUA HISTORIA DOCUMENTADA— 1 — MEDROBRIGA — ARAMENHA — MARVÃO. Coimbra, 1924. In-8.º de 412 pag., ilust.

OS CARDADORES DE CASTELO DE VIDE—SUBSIDIOS PARA A ETNOGRAFIA (INDUSTRIAS) DO DISTRITO DE PORTALEGRE. Porto, 1921. In-8.º de 31 pag., ilust.

A PEDERNEIRA. Apontamentos para a historia dos seus mareantes, pescadores, calafates e das suas constrções navais nos seculos XV e XVI. Lisboa, 1924 — In-4.º de 54 pag.